

1 ATA DEGRAVADA DA 203ª PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2ª PARTE

2 Ao dia quatorze do mês de agosto de dois mil e quinze, às nove horas, no  
3 plenário da Casa de Direitos Humanos – sede do CEAS/MG - realizou-se a  
4 ducentésima terceira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidente  
5 Maria Alves de Souza, onde estavam presentes os seguintes conselheiros  
6 titulares: Rodrigo dos Santos – ASSPROM, Silvana Célia – SEE, Ítalo Mazoni  
7 – CMAS/BH, Ronaldo Gonçalves – CMAS JF, Gesiane Lima - Cáritas, , Shirley  
8 Silva – CMAS Sarzedo, Ronaldo Camargos - SEDESE, Lúcia Elena  
9 COGEMAS, Júlio César – IMSNS, Volney Lopes – PSIND, Anália Maria  
10 ,CRED III, , Wilson Sales – SEF, Hermellis Tirado – CMAS São Francisco de  
11 Paula, Denise Cunha – CRESS, Marta Souza – SES, Maria Alves  
12 ACONESQUISTAC, Simone Albuquerque – SEDESE. Conselheiros suplentes:  
13 Odette Pereira – CMAS Três Marias, Leonardo Alves – SEF, Marta Silva  
14 SEDESE, Isabela Teixeira – SEDESE, Milla Magalhães – SEPLAG, Érica  
15 Andrade – CRPMG, Mauro Alves – ACONESQUISTAC, Maria da Páscoa  
16 COGEMAS. Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani; Nilce  
17 Araújo, Ângelo Machado, Vera Lucia Rodrigues, Adelmira Serqueira, Rosalice  
18 Tassar, Maria Paula, Rosangela, Max Douglas, Maria Regina, Maria Mansur e  
19 Raquel. **MARIA:** Os conselheiros que estão fora do lugar, vamos começar a  
20 nossa reunião de hoje. Vamos, como ontem, pedir a Deus a nossa proteção,  
21 depende da fé que cada um tem, que cada um acredita, pra eu hoje, tenhamos  
22 uma ótima reunião, tudo que discutir aqui e que tomamos o melhor  
23 encaminhamento possível, e pra cada um de nós que for voltar pra suas  
24 casas, possa voltar de forma segura e tranquila. Um minuto de silencio.  
25 Considerando nosso segundo dia de plenária, a gente começa com um ponto  
26 de pauta, que ficou pendente de ontem. Que a gente debateu ontem, e vários  
27 conselheiros pediram vários esclarecimentos, Ronaldo ficou de trazer eu  
28 queria passar pra ele, pra a gente pudesse encaminhar este ponto de pauta.  
29 **RONALDO CAMARGOS:** Bom dia todos e todas. Conforme foi deliberado  
30 ontem na nossa plenária, hoje estou trazendo a emenda parlamentar do Vitor  
31 Penido, relativo a 2013, convênio 2014. Verdade esta emenda já foi debatida  
32 aqui na casa, ela previa a compra de 19 veículos para proteção especial, e  
33 alguns conselheiros me perguntaram ontem, pra quais entidades, eu li ata  
34 inclusive tinha alguns conselheiros presentes aqui quando a Albanita  
35 apresentou a emenda, e ela não apresentou, naquele momento, nomes das  
36 entidades, que seriam beneficiadas com a emenda parlamentar. Na verdade,  
37 entidades. Mas eu tenho relação das entidades. É um recurso que tem entre a  
38 SEDESE e o governo federal, eu estou com a cópia do convênio aqui. Na  
39 verdade estamos trazendo aqui a previsão das compras do veículo - colocou  
40 as previsões de 30 veículos. Ao fazer as contas, nós percebemos que o  
41 recurso não daria pra comprar 19 veículos, e depois de fazer percebemos que  
42 não daria pra comprar os 19, e sim 15. E também na época a resolução do  
43 conselho pra compras de veículos e equipamentos permanentes. Na verdade  
44 não vamos comprar equipamentos e somente veículos. As entidades que vão  
45 ser beneficiadas com essa emenda e que depois a gente vai ter que  
46 conversar, porque tem município que vai receber mais de um carro, né? E  
47 entidade do mesmo município, prefeitura de Lassance, a entidade é casa da  
48 maior idade do município, município de Itambé, CREAS de Itambé, outro  
49 veículo para o asilo de idoso do município de Itapeçerica. O outro vai pra

50 Associação Pão de Santo Antônio de Diamantina de Gerais. É pra idoso. A  
51 Casa do Menor Aparecida Ribeiro do município Carmo do Cajuru, um veículo.  
52 APAE do município de Itabirito, um veículo. Na verdade são dois veículos pra  
53 APAE de Itabirito. Vovó Domingos do município de São Domingos de Bicas,  
54 um veículo. Sociedade de São Vicente de Paula, domingo de São Joaquim de  
55 Bicas, um veículo. CAPAS, Núcleo de Nova Lima, um veículo, Lar do idoso  
56 Nossa Senhora de Sociedade São Vicente de Paula, Nova Lima, dois veículos.  
57 Asilo instituição longa permanência, casa Frederico Ozanam de Diamantina,  
58 mais um veículo. Casa Lar Estrela Mariana, um veículo. Recanto José Antônio  
59 Sales do município de Serro, um veículo. A maioria são idosos, tá? Associação  
60 do projeto Vida Sabará, um veículo. Aqui, no caso, é pra criança e  
61 adolescente. APAE do município de Corinto, um veículo, CREAS do município  
62 de São Francisco, um veículo. Lar dos Idosos Padre João de Oliveira Lima, do  
63 município de Caeté, um veículo. Asilo Padre Ribeiro Pinto, município de Rio  
64 Casca, um veículo. APAE do município de Coronel Pacheco, um veículo.  
65 APAE do município de Raposos, um veículo. Então estas são as entidades  
66 com quantidades de veículos, que formam o termo de convênio, do termo de  
67 referência que foi feito na época. A gente vai precisar rever esta questão das  
68 entidades e das unidades que vão receber, uma vez que, na verdade, não vai  
69 ser mais adquiridos 19 veículos e somente 15 veículos. Por isto, então, que a  
70 SEDESE encaminhou a discussão aqui pro CEAS, pra fazer nova resolução e  
71 conforme informação do governo federal esta questão veio devido da urgência  
72 que nós estamos tendo, até 31 de agosto de 2015. O empenho precisa ser  
73 processado, para fazer a ligação e o pagamento da emenda. Se a gente não  
74 conseguir fazer isto até dia 31, corre o risco de perder o recurso. Então que  
75 veio pra cá, pra esta plenária, mas que, na verdade, é uma plenária exclusiva  
76 sobre as conferências. Então a Superintendência de Monitoramento Fundo e  
77 Avaliação encaminhou pra cá, pra que a gente pudesse rever a resolução, e  
78 pudesse fazer uma nova resolução, pra ser encaminhada ao governo federal.  
79 Inclusive veio aqui já um documento assinado pelo nosso secretário André  
80 Quintão, né? Eu ia ler pra ministra dizendo o seguinte: Com os meus cordiais  
81 cumprimentos, solicito a vossa excelência abertura do sistema SISCOM para  
82 proceder à alteração na quantidade de item que compõem a proposta  
83 55049/2013, alterando a quantidade prevista de para 15 veículos, tendo vista  
84 que o valor total dos produtos ultrapassa o valor aprovado na proposta  
85 epígrafe. O preço médio praticado no mercado 35.923,03, o que inviabilizam  
86 aquisição 19 veículos, visto que o gasto seria de 682.543,27 acima, do valor  
87 disponível, que é de 550.000.00. Por fim, optamos que a referido ação visa  
88 melhor o detalhamento junto ao sistema SISCOM, não impactando nas  
89 atividades anteriormente proposta no convênio 78380/2013 celebrado entre  
90 esta secretaria e o MDS, atenciosamente, André Quintão. Secretário de  
91 Estado Desenvolvimento Social. Ou seja, na verdade esta discussão já  
92 ocorreu aqui no CEAS. Esta emenda foi aprovada pelo conselho estadual na  
93 época, só que na época foi aprovada para aquisição dos 19 veículos. Eu  
94 recuperei a ata do conselho e, de fato, não foi apresentada no momento a  
95 discussão da emenda, as entidades e nem os municípios foi contemplado. Eu  
96 vi aqui, a Roberta não fez esta discussão aqui no CEAS, mas a SEDESE  
97 tomou esta decisão lá. A secretaria, na época, tomou esta decisão, e fez os  
98 convênios pra estes municípios, tá? Agora, vai ter que rever e o critério que a  
99 gente vai ter que discutir internamente, e depois posso até socializar com

100 vocês, por exemplo: municípios que vão receber dois vão, um veículo só, pra  
101 gente contemplar ao máximo de município. Mas, na verdade, a emenda, ela foi  
102 pela ata que está aqui quando ela foi. O deputado apresentou emenda, que  
103 indique os municípios que gostaria que fosse contemplado com emenda  
104 parlamentar, para aquisição de veículos. Então, estes são os esclarecimentos  
105 que eu tenho estou à disposição com a documentação. Caso vocês queiram  
106 mais esclarecimento, eu estou à disposição para fazer o esclarecimento. Eu  
107 convidei a Claudinha, que trabalha no fundo estadual, diretora do fundo  
108 estadual, pra que ela possa também esclarecer qualquer dúvidas dos  
109 conselheiros, em relação a esta emenda parlamentar, no valor de 550.000,00,  
110 do deputado federal Vítor Penido, de Nova Lima. **MARIA:** Apesar de temos  
111 discutido muito ontem, o que o Ronaldo acabou de colocar, eu queria abrir  
112 para os conselheiros, queira tomar mais esclarecimento, e até refletir sobre  
113 que a gente ontem que a gente traz hoje. Wilson, da secretaria da fazenda,  
114 por favor. **WILSON:** eu queria só fazer um comentário. Esta é a sexta reunião  
115 que estou com vocês, vendo vocês e acompanhando as discussões, e  
116 aprendendo com vocês a cada dia. Eu me lembrei de um situação que  
117 aconteceu a um tempo atrás, num zoológico no Rio de Janeiro, onde um  
118 criança brincando com tigre, e com várias pessoas vendo e filmando, foi capaz  
119 de deixar aquela criança perder o braço. Eu vi um palestrante falando uma  
120 vez, falando da zona da diferencia, né? Muita pessoa vive hoje na zona de  
121 deferência. As pessoas verem coisa errada acontecendo, e não faz nada, né?  
122 E aquela pessoa que viram aquele menino perder o braço, e todos estão bem  
123 fechadinhos com as zonas de deferência. O período que eu estou vivendo com  
124 vocês aqui, eu sinto que o grupo não está na zona de diferencia e me identifico  
125 com isto, e estou muito feliz de estar aqui, e gostaria de estar expressando isto  
126 pra vocês. Vocês estão de parabéns, por isto nós não podemos ficar na zona  
127 de diferencia. Em relação à questão do veículo, eu só questionei ontem a  
128 questão que, provavelmente, tem característica específica pra ser este valor. O  
129 colega até comentou aqui, que é veículo voltado pra idoso, que tem que  
130 colocar cadeira de roda, etc. Só esta informação ainda não tem, eu posso  
131 estar enganado, eu entendo que um veículo de 35.000,00, não é veículo  
132 simples, popular, porque senão daria pra comprar os 19 ainda. **RONALDO:** Na  
133 verdade gente, o veículo é pra atender a demanda da entidade, pode ser que a  
134 utilização do veículo, cabe à entidade como vai fazer, porque ontem surgiu  
135 uma dúvida, um veículo em zona rural, pode ser da situação do município,  
136 depende, porque aqui não está colocado nem um momento isto não. Diferente  
137 da discussão que a gente fez da outra emenda parlamentar do vice-  
138 governador Antônio Andrade, que a gente vai comprar veículos pra atender  
139 demanda de zona rural das equipes social do CRAS, da Proteção Social  
140 Básica. Esta dizendo que o veículo é pra atender a proteção social, entidade  
141 vinculada, idosos, crianças. A utilização do veículo cabe ao município, ou  
142 município que vai ser contemplado através da doação. Porque, na verdade,  
143 quem vai comprar este veículo é a SEDESE, depois faz o termo de doação  
144 para que o município receba o veículo, e nem um momento está colocado isto  
145 aqui, não dos documentos que eu li, não pode ser que transporte, isto depende  
146 muito do perfil da entidade, e de como vai utilizar este veículo. O que nós  
147 estamos trazendo pra vocês de uma questão concreta, que até dia 31 agosto  
148 nós precisamos fazer alteração da resolução do conselho estadual, uma vez  
149 que na resolução antiga colocava compra de equipamento permanente com 19

150 veículos, e agora, na verdade, pelo estudo que a gente fez na SEDESE, o  
151 recurso não tem condições de comprar 19 veículos e sim 15 veículos,  
152 conforme foi apresentado aqui ontem, e resolução faz parte do processo  
153 licitação conforme a conselheira Lucia disse. E o convênio já está no SICOV, e  
154 pedindo o governo federal pra abertura de novo, para que a gente faz  
155 alteração no SICOV. **MARIA:** Simone está escrita. **SIMONE:** só quero o  
156 conselho que a comissão de normas está discutindo uma orientação  
157 parlamentares pra prioridade, para que os pontos que o conselho considera  
158 prioritário, pra que aloque recursos de suas emendas parlamentares, eu acho  
159 que o conselho deve avaliar mais, pra frente. Esta questão que o Wilson  
160 colocou é uma questão importante. O conselho deve colocar nas suas  
161 orientações que a prioridade deve ser para o serviço, para as equipes, sendo  
162 para as equipes, ele tem que a realizar a qualidade do serviço. E não para  
163 diretoria ou pra gestão, não interessa qual gestão, gestão do município e  
164 ofertas estatais, que nem as ofertas privadas. Eu acho que isto não está com o  
165 documento, e nós não tivemos plenária, este por isto não avançou na nossa  
166 comissão de normas, mas o conselho pediu a colaboração, e nós da SEDESE,  
167 estamos preparando as normativas. Uma proposta e acredito que vem e o  
168 conselho deve aprovar, e a ideia que a gente tem que eu vou levar pra  
169 presidência do conselho estadual, e que a gente vai oficialmente à Assembleia  
170 Legislativa para apresentar as prioridades do conselho estadual. Então tem  
171 uma trajetória de mudança de cultura parlamentar a que devemos trilhar, é isto  
172 que eu queria chamar atenção. **MARIA:** considerando a reflexão que a Simone  
173 fez, eu queria compreender que, neste momento, está colocada a mudança de  
174 19 pra 15 diante que o Ronaldo colocou. A gente não consegue interferir pra  
175 mudar esta realidade, é isto Ronaldo? Ontem pedimos esclarecimento e  
176 esclarecimento veio, e apesar, segundo Wilson, com a proposta de 19 pra 15  
177 se tem contrário, você queria algum esclarecimento Mauro? **MAURO:** Bom  
178 dia. Em relação que o Ronaldo falou, não é apenas de 19 pra 15, também  
179 outros equipamentos né Ronaldo? Que tinha na proposta e então de 19 pra 15  
180 e exclusão dos materiais permanente, e também me deixa mais aliviado do  
181 que vai ser revisto nas entidades, pra gerar estranheza. Minas Gerais, com  
182 quantidade de município, única entidade a ganhar dois veículos. **MARIA:** está  
183 esclarecido, então conselheiro que discorda da proposta colocada ontem se  
184 manifeste, por favor. Então concederá aprovada por unanimidade. Próximo  
185 ponto - apresentação do texto do regimento pra conferência regional. Ronaldo  
186 você que vai apresentar a nova redação do texto do regimento interno.  
187 **RONALDO:** A nova redação das plenárias temáticas com um rico debate que  
188 nós tivemos, até mesmo pra entender a metodologia do trabalho que nós  
189 vamos utilizar nas conferências regionais pra priorizar as proposta, que vão ser  
190 definidas nos relatórios finais das conferências regionais, pra levar para  
191 conferência estadual, como disse ontem Ana Maria, Maria e Simone. Além  
192 desta proposta tem a conferência estadual um leque de proposta, que estão  
193 vindo direto das conferências municipais pra conferência estadual. Por isto da  
194 necessidade de fazer este ranquiamento das propostas, e conforme foi  
195 sugerido pela presidente do conselho. Então vamos ler aqui como ficou o  
196 capítulo das plenárias temáticas. Já está na tela. Então ficou da seguinte  
197 forma. Ver se contemplou que a gente discutiu e deliberou ontem. Art.2º As  
198 Plenárias Temáticas são deliberativas em relação aos temas por elas tratados,  
199 e possuem o objetivo de apresentar propostas prioritárias para esses temas. 1º

200 Participam das Plenárias Temáticas os (as) delegados(as) convidados(as)  
201 terão direito a voto na plenária temática os delegados e delegadas que dela  
202 participam devidamente credenciados(as), e que estejam de posse do crachá  
203 de identificação, e os demais participantes terão direito a voz. Participantes da  
204 Plenária Temática poderão fazer inscrição para intervenção oral, ou  
205 encaminhar perguntas por escrito, identificadas com nome, representação e  
206 município do participante. Cada intervenção oral terá duração de, no máximo,  
207 2 minutos. A plenária temática sobre a Regionalização da Proteção Social  
208 Especial o coordenador (a) fará a leitura da diretriz do Plano Estadual  
209 Regionalização da Proteção Social pactuado pela CIB, por meio da resolução  
210 05 15/ 06/2015 e provada no Conselho Estadual de Assistência Social por  
211 meio da resolução 524, de 17/06/2015. Antes da leitura das propostas  
212 sistematizadas, oriundas das conferências municipais para debates. A nova  
213 proposta que surgirem relativas as diretriz do plano estadual serão inseridas  
214 no bloco de nova proposta desta Plenária Temático conforme prevista abaixo:  
215 As propostas destacadas serão debatidas e deliberadas por maioria simples. A  
216 metodologia da proposta terá a coordenadora, fará a leitura proposta, serão  
217 destacadas por participantes. A proposta não destacada será considerada  
218 automaticamente por unanimidade– Apresentação dos destaques solicitados.  
219 Apresentação de 1 (uma) defesa em favor e 1 (uma) contrária, quando  
220 solicitado por qualquer participante, obedecendo ao tempo máximo de 2 (dois)  
221 minutos, para cada as proposta destacada serão discutidas avaliada da  
222 seguinte forma: aprovação integral da proposta; Aprovação com alteração da  
223 proposta; Rejeição da propostas aprovadas serão ranqueadas, mediante os  
224 votos dos delegados participantes da Plenária Temática, da seguinte forma:  
225 Cada delegado receberá uma cédula impressa para votação de no máximo 4  
226 (quatro) propostas, aprovadas na plenária. As cédulas dos delegados com as  
227 propostas escolhidas serão entregues ao relator da Plenária Temática Os  
228 votos serão apurados, e as 04 (quatro) propostas mais votadas serão  
229 consideradas prioritárias; as mais votadas e as menos votadas. A apuração  
230 dos votos se dará concomitantemente ao processo de escolha de delegados  
231 para a Conferência Estadual. As mais votadas serão apresentada na plenária  
232 pelo o coordenador da plenária temática. Os delegados das plenárias  
233 temáticas poderão apresentar novas proposta deste que aprovada pela  
234 maioria simples componentes do tema de discussão por escrito relator ate às  
235 14 horas. O autor da nova proposta deverá apresentar a defesa a favor ate 2  
236 minutos. Para cada nova proposta poderá ser apresentada uma defesa  
237 contrária em ate 2 minutos em uma única vez. As propostas novas serão  
238 apreciadas do mesmo jeito das outras propostas serem aprovadas. E a  
239 aprovada será ranqueada com as demais. As propostas de moções deverão  
240 ser aprovadas nas Plenárias Temáticas necessitando da aprovação da maioria  
241 simples, para serem encaminhadas à Plenária Final. Ai da plenária final ficou  
242 da seguinte forma: A Plenária Final da Conferência Regional de Assistência  
243 Social é constituída de Delegados (as) e Convidado (as). Terão direito a voz e  
244 a voto os(as) Delegados(as) devidamente credenciados(as) na Conferência  
245 Regional de Assistência Social, e que estejam de posse do crachá de  
246 identificação. Aos demais participantes da Conferência Regional de  
247 Assistência Social será garantido o direito a voz. Cada intervenção oral deverá  
248 ser de, no máximo, 2 (dois) minutos Apresentação de 1 (uma) defesa em favor  
249 e 1 (uma) contrária, quando solicitado por qualquer participante, obedecendo

250 ao tempo máximo de 2 (dois) minutos, para cada Na Plenária Final não se  
251 admitirá a apresentação de proposta nova As moções serão apresentadas  
252 para votação após a deliberação das propostas. A apresentação dos  
253 delegados eleitos será após a deliberação das moções. Na verdade que  
254 trabalhamos na dinâmica da plenária temática, que vai suceder a plenária final.  
255 As 4 que tiverem o maior número de voto dos delegados mediante os  
256 delegados pode escolher até 4, às vezes os delegados que escolher só 1 ou 2.  
257 Você colocar 4 obriga a pessoa escolher 4, 4 porque 4? Porque foi o número  
258 que pela comissão organizadora de número de proposta que poderia ser  
259 informado no documento, pra ser apresentado na conferência estadual.  
260 **SIMONE:** Em discussão, conselheira Shirley. **SHIRLEY:** Bom dia. Eu queria  
261 voltar naquela que eu dei o destaque à respeito da plenária temática e da  
262 regionalização, eu que ficou ótima tem alguma coisa com concordância verbal,  
263 português não sei? Plenária temática, porque ali ficou claro que o coordenador  
264 vai fazer a leitura das diretrizes. E também destes dados todos aí, o  
265 coordenado fazer a leitura das diretrizes, depois da Regionalização da  
266 Proteção Social pactuado pela CIB por meio da resolução, esta sendo citado,  
267 que seja falado lá, é isto? Obrigado **VOZES AO FUNDO.** Porque esta citando  
268 ali, claro que vai ser dito lá na hora que ele abrir. A plenária temática ele vai  
269 esta falando da diretriz do plano e formando todo este histórico aí, pactuado  
270 pela CIB, por meio da resolução me pelo CEAS e tal... Fazendo uma  
271 apresentação do plano citando este histórico, seria isto, e não esta claro que  
272 isto vai ser dito lá. **RONALDO:** Ai, do caso do regimento interno eu que Shirley  
273 esta é uma contribuição pra gente colocar no documento para o coordenador.  
274 Orientação para o coordenador. O que nós fizemos Shirley, vou dizer que no  
275 regimento interno pra conferência regional nos queremos, e vamos deixar claro  
276 que este plano de regionalização já foi apresentado e pactuado o plano  
277 regionalização. Está claro isto aí? Foi decidido ontem, nós estamos dizendo,  
278 além disso. Além de ele ser pactuado, nós estamos abertos a acolher novas  
279 proposta a ser inserida no plano de regionalização. O que Shirley esta  
280 dizendo, que na hora que a pessoa for fazer a introdução do tema temático na  
281 plenária temática, dizer que passou pela CIB e pelo conselho estadual  
282 conforme a resolução. Que debatido isto, a gente pode colocar nas  
283 orientações da pessoa que vai fazer as orientações. A plenária temática, no  
284 início, ela vai ter uma introdução, e a comissão organizadora vai fazer um  
285 textinho pra quem for subsidiar as coordenações, só na regionalização,  
286 também nos usuários, trabalhador nós vamos fazer o que está chamando  
287 Shirley está chamando atenção que as pessoas façam início dos trabalhos da  
288 temáticas, não caberia Shirley colocar isto que na verdade, nos estamos  
289 citando a documentação que é referente ao plano de regionalização. **SIMONE:**  
290 Têm outros conselheiros escritos, conselheiro Ronaldo, **RONALDO CMAS:** a  
291 Shirley foi muito pertinente a sua contribuição na plenária, não tinha ligação a  
292 plenária e que seria desenvolvido pelo o coordenador nas plenárias, este  
293 acontecimento é na plenárias, ai trás o Ronaldo que contribui muito, no  
294 entendimento não a que escrever tudo até porque nós vamos ter usuário, e  
295 muito participantes que precisam até ter CIB lá dentro? Eles não vão  
296 entender pactuação CIB, precisa ser município estado como se de esta  
297 pactuação muitos não entende isto, sabe dentro das conferência e não precisa  
298 ser desenvolvido dentro das plenárias temáticas. **SIMONE:** OK, tudo bem?  
299 Hemellis. **HEMELLIS:** Ali quando coloca, no parágrafo sexto, que as novas

300 propostas que aparecem de diretriz, conforme previsto abaixo, não seria  
301 melhor trazer quando fala das novas, lá em baixo, aí depois? Parece que se  
302 aprovar e isto as novas que tem até as 14 horas da tarde, vão ser feito de novo  
303 todo processo parece que deu esta impressão, talvez se juntasse.  
304 **CONSOLAÇÃO:** A ideia de estar próxima deste tema da regionalização está  
305 crescendo primeiro, depois a gente vem com as novas proposta e as novas  
306 proposta se refere a todos os temas, por isto que está assim esta sequência.  
307 Na sequência de discussão mesmo, e específico para plenária temática da  
308 regionalização. Depois vêm todas as propostas que vai pra todas, e depois  
309 você vê que vem as novas propostas pra todas as plenárias temáticas que for  
310 nesta ordem parece um pouco repetitivo, mas é pra tentar isto. Se puxar, é no  
311 final que falamos da proposta nova, e pra falar da proposta como um todo, eu  
312 tenho que primeiro falar das leituras das propostas. Por isso que ela está ali,  
313 primeiro as propostas, e, aí, depois vem as propostas novas. **SIMONE:**  
314 Pergunto aos conselheiros se eles concordam com o conselheiro Hermellis.  
315 **WILSON:** Eu só queria lembrar que, independente da sigla ser muito  
316 conhecida, em todo texto, em todo momento que a sigla for mencionada, tem  
317 que ter a descrição do que é. **SIMONE:** Mais alguém? Esse silêncio significa o  
318 que? Que vocês estão esclarecidos pra votar? **HERMELLIS:** No parágrafo 13  
319 é a minha redação. “As propostas novas serão apreciadas da mesma forma  
320 que as outras propostas, e as aprovadas serão ranqueadas junto com as  
321 demais”. Então quer dizer que vão ter dois processos de ranqueamento?  
322 Primeiro das diretrizes, depois das novas propostas? É isso? O delegado que  
323 está lá, ele vai votar uma única vez, certo? **SHIRLEY:** Eu estou entendendo  
324 que na plenária temática você tem um ranqueamento, é isso? Ai você leva pra  
325 plenária geral e tem outro ranqueamento. **HERMELLIS:** Isso tudo bem. Não  
326 estou falando da plenária final não, estou falando da plenária temática mesmo.  
327 Vai acontecer o ranqueamento dessas propostas, mas e as novas? Aí vai ser  
328 um processo separado de novo pra ranquear as quatro? **RONALDO**  
329 **CAMARGOS:** Deixa eu te esclarecer. Pode Simone? **SIMONE:** Se está  
330 esclarecendo, é porque não está escrito bem. Eu vou chamar a atenção sobre  
331 isso. **RONALDO CAMARGOS:** Não Simone. Às vezes é porque é o  
332 entendimento, não é porque está escrito bem não, uai. As pessoas tem que  
333 entender o rito. A plenária temática ela tem dois momentos, um momento é a  
334 discussão das propostas que serão aprovadas no conjunto presentes na  
335 plenária temática. Esquece ai regionalização. Eu estou falando de todas as  
336 três plenárias temática. As propostas que aparecem na plenária, elas serão  
337 votadas. Só vão ser ranqueadas, as propostas que foram votadas pela maioria  
338 dos delegados na plenária. Por isso que lá está dizendo que o ranqueamento se  
339 dá nas propostas aprovadas na plenária, e não encaminhadas. É isso o que  
340 vocês têm que entender. Não é que vão ter dois momentos. Um momento é de  
341 discussão do tema, apresentação do conjunto de propostas que vieram dos  
342 municípios, mais apresentação de novas propostas. Suponhamos que a  
343 Denise apresentou duas propostas novas, elas foram aprovadas, então elas  
344 vão entrar no rol das propostas no conjunto. Então já não é mais proposta  
345 nova, ela passou a ser proposta aprovada na plenária temática. Então é aí  
346 Hermellis, propostas novas e propostas oriundas dos municípios, elas vão  
347 estar em um consolidado só, e que vão ser ranqueadas para a plenária final. Só  
348 vão quatro. Eu posso escolher as quatro, ou também, nenhuma. Por isso que  
349 cada delegado vai poder fazer a escolha só de quatro propostas. As quatro

350 mais votadas é que vão para a plenária final. **HERMELLIS:** Então, pelo  
351 parágrafo 13, está dizendo que vão ter dois momentos. Depois que ranqueou  
352 as quatro, as novas que surgirem é que vai ser feito o ranqueamento  
353 novamente. Então tem que altera a redação. **MARTA SILVA:** Eu queria fazer  
354 uma sugestão. Eu também tive o mesmo sentimento Hermellis. Eu acho que é  
355 só mudar a ordem do que diz das cédulas de votação. É só mudar a ordem do  
356 artigo que diz. Eu acho que aí resolve. Eu também tive a mesma sensação que  
357 seriam dois momentos. **SIMONE:** Então vamos mudar a escrita? **MILLA:** A  
358 mesma coisa que eu iria sugerir, a Marta sugeriu: a gente passar esse artigo  
359 pra cima e, aí, ficar mais claro, porque esse momento é anterior ao  
360 ranqueamento. **VOLNEY:** Olha se caberia. “As propostas novas serão  
361 apreciadas conjuntamente com as demais propostas”. Caberia? **MILLA:** Só  
362 uma outra sugestão. Eu acho que colocar “segundo a metodologia abaixo”, vai  
363 parecer que essa metodologia é só para as novas. **SIMONE:** Se é junto com  
364 as demais... **MILLA:** É. Eu não sei. **VOZES AO FUNDO SIMONE:** Gente,  
365 agora nós vamos ler o todo. Vamos esperar fazer as modificações, aí o  
366 Ronaldo fará a leitura de novo pra nós. Todos ficaremos bem atentos, pra ver  
367 se ficou mais claro pra todo mundo. Ronaldo, por favor. **RONALDO**  
368 **CAMARGOS:** Plenárias temáticas. As plenárias temáticas serão deliberativas  
369 em relação aos temas por elas tratados e por seu objetivo de apresentar  
370 propostas prioritárias para esses temas. Parágrafo 1º: Participam das plenárias  
371 temáticas delegados e convidados. Terão direito a voto nas plenárias  
372 temáticas os delegados que dela participam devidamente credenciados, e que  
373 estejam de posse do crachá de identificação. Os demais participantes terão  
374 direito a voz. Os participantes da plenária temática poderão fazer inscrição  
375 para intervenção oral por meio da entrega do crachá, ou encaminhar perguntas  
376 por escrito identificadas com nome, representação e município do participante.  
377 Cada intervenção oral terá duração de no máximo dois minutos. Parágrafo 5º:  
378 Na plenária temática, sobre regionalização da proteção social especial, o  
379 coordenador fará a leitura das diretrizes do Plano Estadual da Regionalização  
380 da Proteção Social Especial, pactuado na CIB e aprovado no CEAS, por meio  
381 da Resolução 524 de 17 de julho de 2015, antes da leitura das propostas  
382 sistematizadas oriundas das Conferências Municipais para o debate. Parágrafo  
383 6º: As novas propostas, que surgirem relativas à diretriz do plano estadual,  
384 serão inseridas no bloco das novas propostas dessa plenária, conforme  
385 previsto abaixo: As propostas serão debatidas e deliberadas por maioria  
386 simples; As propostas aprovadas nas plenária temáticas serão apreciadas e  
387 deliberadas seguindo a metodologia abaixo: A metodologia de apreciação das  
388 propostas será: O coordenador fará a leitura das propostas que poderão ser  
389 destacadas pelos participantes; As propostas não destacadas serão  
390 consideradas automaticamente aprovadas por unanimidade. Apresentação dos  
391 destaques solicitados: Apresentação de uma defesa a favor e uma contrária,  
392 quando solicitado por qualquer participante, obedecendo ao tempo máximo de  
393 dois minutos para cada; As propostas destacadas serão discutidas e  
394 aprovadas da seguinte forma: Aprovação integral da proposta, aprovação com  
395 alteração da proposta e rejeição da proposta. As propostas aprovadas serão  
396 ranqueadas, mediante os votos de delegados participantes da plenária temática  
397 da seguinte forma: Cada delegado receberá uma cédula impressa para  
398 votação de, no máximo, quatro propostas aprovadas na plenária; As cédulas  
399 dos delegados, com as propostas escolhidas, serão entregues ao relator da

400 plenária temática; Os votos serão apurados organizando as propostas em  
401 ordem e prioridade, as mais votadas para as menos votadas; A apuração dos  
402 votos se dá concomitantemente com o processo de escolha dos delegados  
403 para a Conferência Estadual; As quatro primeiras mais votadas serão  
404 apresentadas na plenária final pelo coordenador da plenária temática; Os  
405 delegados das plenárias temáticas poderão apresentar novas propostas,  
406 desde que aprovadas pela maioria simples de seus componentes dentro do  
407 tema de discussão. Esse aqui está fora do lugar, tem que ir lá pra cima. As  
408 novas propostas deverão ser apresentadas por escrito ao relator até às 14  
409 horas; O autor da nova proposta deverá apresentar defesa em favor em até  
410 dois minutos; Para cada nova proposta poderá ser apresentada uma defesa  
411 contrária em até dois minutos, uma única vez. Aí vem falando das moções. As  
412 propostas de moções deverão ser aprovadas na plenária temática  
413 necessitando de aprovação da maioria simples, para ser encaminhadas para a  
414 plenária final. **DENISE:** Só pra gente tentar achar o melhor caminho. Vocês  
415 não acham que poderia ser conveniente a gente criar um artigo só pra orientar  
416 como construir novas propostas, não? Fazer o deslocamento para um artigo  
417 só, sabe Marta? Só pra ver se fica mais claro. Cada vez que a gente ler, a  
418 gente identifica que o problema está na orientação com relação às novas  
419 propostas. Então, tudo que for de novas propostas a gente faz a descrição do  
420 processo sobre nova proposta, que aí, depois, a gente junta tudo no processo  
421 da discussão sobre todas as propostas. O que vocês acham? **WILSON:** “Os  
422 votos serão apurados organizando as propostas por prioridade, das mais  
423 votadas para as menos votadas” Como se consegue saber quem que... Está  
424 esquisito isso daí. Vocês estão entendendo? **VOZES AO FUNDO SIMONE:**  
425 Vamos esperar todos os conselheiros falar. Quem quiser que se inscreva, por  
426 favor. **WILSON:** Não ficou claro pra mim. **ANÁLIA:** Eu tive a sensação que ele  
427 está sem identidade. Nós estamos falando das plenárias temáticas, mas não  
428 estamos falando os nomes das plenárias: regionalização, participação dos  
429 trabalhadores e participação dos usuários. Deveríamos identificar quais as  
430 plenárias, e depois somar com a proposta da Denise, que é o que vai  
431 acontecer lá. Nós sabemos quais as plenárias, mas o regimento interno não  
432 está dizendo. **SHIRLEY:** A minha sugestão é que a gente pegue aquelas  
433 últimas que o Ronaldo tinha separado, e levamos ela para onde ela iria. A  
434 gente ler de novo, se não atender, aí a gente passa para a sua. Eu tenho a  
435 impressão do que ele propôs atendia. Aí eu fiquei confusa. **VOLNEY:** “As  
436 quatro primeiras propostas”. Eu posso cortar o “as mais votadas”. É tirar o “as”.  
437 **SIMONE:** Olha só. Eu vou fazer uma sugestão. De novo nós vamos destacar  
438 aqui uns três conselheiros pra sentarem ali atrás, refazer a proposta e trazer  
439 de novo pra nós, ok? Quem se habilita? Conselheira Marta, Hermellis e  
440 Denise. Agora, por favor, resolvam o conflito lá, está bem? Vamos treinar aqui  
441 gente. **RONALDO CAMARGOS:** Por favor, coloque na plenária temática,  
442 como tem na plenária final, que as plenárias temáticas terão uma mesa de  
443 apoio. **SIMONE:** Já colocou. **RONALDO CAMARGOS:** Só na plenária final, na  
444 plenária temática não. Eu estou falando pra colocar no regimento também, só  
445 isso. Entendeu? **SIMONE:** Entendi. **RONALDO CAMARGOS:** É só pra deixar  
446 claro, que teremos uma mesa de apoio em cada plenária temática. A mesa  
447 temática ela dá o suporte para a coordenação da plenária, pra receber  
448 propostas, pra fazer alteração de proposta, chama as pessoas e fazem um  
449 consenso, senão a plenária não anda. A mesma metodologia que nós vamos

450 usar na plenária final, é a mesma da plenária temática. Então, é importante ter  
451 no regimento, que a plenária temática também terá uma mesa de apoio, só  
452 isso. **SIMONE:** Então vamos seguir a pauta do Conselho. Nós agora vamos  
453 fazer uma discussão dos textos que serão guia para a discussão nas  
454 Conferências Regionais. Os senhores lembram que nós discutimos, por  
455 sugestão da comissão organizadora, de que deveríamos ter três textos, um  
456 sobre usuário, um sobre trabalhadores e outro sobre regionalização. E que  
457 esses textos então, farão parte das plenárias temáticas. Eles serão  
458 apresentados como guia de debate nas plenárias temáticas das Conferências  
459 Regionais. A ideia é que a gente faça um caderno. Todo mundo que for na  
460 Conferência Regional, receberá o caderno, e eles serão apresentados,  
461 debatidos, nas Conferências Regionais. Pra isso ocorrer, ele precisa passar  
462 pelo pleno do Conselho. O Conselho tem que dizer assim: “Nós concordamos  
463 com esse texto”. O Conselho é um ápice dentro do espaço público de debate  
464 no SUAS. A comissão organizadora solicitou, e nós estamos trazendo os  
465 textos aqui. Então, nós vamos fazer a primeira discussão sobre o texto. O novo  
466 desafio para a regionalização da assistência social em Minas Gerais”. É bom  
467 ler, não é gente? **JÚLIO CÉSAR:** Na Conferência Regional vai ter o slide, não  
468 vai? Ou só o texto que será apresentado? **SIMONE:** Sim. Nós vamos fazer as  
469 apresentações depois, entendeu Júlio? Primeiro nós vamos discutir aqui, se  
470 todo mundo concordar, nós vamos preparar as apresentações. Olha, vamos  
471 seguir o mesmo esquema? O Ronaldo está aqui, e ele vai me ajudar. Quem  
472 quiser destaque, e o destaque não precisa ser só de discordância, pode ser  
473 pra aprofundar, pra esclarecer, está bom? O Ronaldo Camargos vai ler e o  
474 Ronaldo lá de Juiz de Fora vai anotar. **RONALDO CAMARGOS:** Ronaldo ao  
475 quadrado aqui, agora. “Um novo desenho para a regionalização da assistência  
476 social em Minas Gerais. É a sinopse, não é? **LÚCIA:** Simone, você está  
477 sugerindo que leia a sinopse ou o texto? **SIMONE:** A sinopse. Todo mundo  
478 concorda? Porque a sinopse, ela traz os grandes conceitos. Você acha que  
479 devia ler tudo? **LÚCIA:** Convivendo no interior, eu queria até deixar  
480 consignado aqui, a sugestão de que os textos fossem encaminhados para os  
481 delegados previamente. Infelizmente a gente está encontrando muita  
482 dificuldade de entendimento, sabe? E como os conselheiros aqui não estarão  
483 juntos, e farão a apresentação destes textos, por mais que demore, eu acho  
484 que seria interessante. A gente fica disciplinado, e aí vai rapidinho. **SIMONE:**  
485 Mas pra isso, todo mundo tem que ter o texto na mão. **RONALDO**  
486 **CAMARGOS:** Vocês tem o texto aí gente? Então eu vou ler o texto então, tá?  
487 Ai vem uma logo, depois o cabeçalho. O título é: “Um novo desenho para a  
488 regionalização da assistência social em Minas Gerais”. A política de  
489 assistência social tem um grande desafio: assegurar que todos aqueles que  
490 precisem e possam usufruir da proteção social devida pelo Estado brasileiro.  
491 Nesse sentido, a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)  
492 é fator especialmente importante, pois estabelece as bases de organização da  
493 política de assistência social e da oferta de seus serviços e benefícios em todo  
494 o país. Desde o início da implantação deste Sistema, que se determina como  
495 descentralizado e participativo, alguns desafios foram sendo evidenciados para  
496 todos em que eles estão envolvidos: as diversidades territoriais, que combinam  
497 características específicas e diferenciadas com as outras que são  
498 interterritoriais; as diferentes capacidades de estados e municípios para a  
499 implantação do Sistema, com reflexos na capacidade de oferta das ações

500 socioassistenciais; a necessidade de integração entre os níveis de proteção  
501 social (básica e especial), bem como com outras áreas de política e outros  
502 atores públicos (estatais e não estatais); a relevância da cooperação entre os  
503 entes federados para que as seguranças socioassistenciais devidas à  
504 população sejam efetivadas; as reais possibilidades de se estimular e propiciar  
505 a participação para além do nível local; dentre outros. Nesse processo, ganhou  
506 corpo a ideia de regionalização, inclusive sendo dado um papel preponderante  
507 ao nível de governo estadual para a sua condução. Essa é uma questão que  
508 traz para a área da assistência social um conjunto de questões, algumas  
509 antigas como campo das políticas sociais, já enfrentadas pelas políticas de  
510 saúde e educação, como a questão de se constituírem unidades de  
511 planejamento ou unidades administrativas próprias. Mas traz também questões  
512 muito específicas, como a busca por um desenho de regionalização que  
513 garanta que todos os direitos socioassistenciais sejam preservados, dentre  
514 eles aqueles que garantem o convívio familiar e comunitário. Este texto busca  
515 colaborar com aqueles que pretendem enfrentar os desafios da regionalização.  
516 Inicialmente, vamos tratar do conceito de região e de regionalização, pois eles  
517 são importantes para se compreender o que se está pretendendo com essa  
518 estratégia. Depois disso, apontamos algumas reflexões sobre o processo de  
519 regionalização de políticas públicas em geral, para, só então, falar da política  
520 de assistência social e sua especificidade e, em particular do processo de  
521 regionalização dos serviços da Proteção Social Especial- PSE em Minas  
522 Gerais. I- Sobre os conceitos de região e de regionalizar. Um primeiro conceito  
523 importante para se pensar a regionalização é o conceito de território. Hoje se  
524 compreende o território como um ambiente que abrange muito mais do que os  
525 aspectos naturais, físicos, geográficos e populacionais, mas também incorpora  
526 as dimensões culturais, econômicas e políticas, ocupado por diferentes atores  
527 que fazem usos os mais variados desse ambiente e estabelecem relações as  
528 mais diversas (CONTEL, 2015; RIBEIRO, 2015). Os territórios se diferem em  
529 razão da sua trajetória histórica e das dinâmicas que neles ocorrem e que  
530 podem variar no tempo, ou seja, há relações que ocorrem simultaneamente e  
531 que incidem no território, como também há uma trajetória que deixa marcas e  
532 produz especificidades. Assim compreendido, o território pode assumir  
533 dimensões mais restritas até mais amplas, diferindo a escala desde o micro  
534 território, como regiões ou bairros de uma cidade, até o nível nacional, por  
535 exemplo. A territorialização, portanto, passa a ser compreendida como o  
536 processo de trabalho que “segue a lógica do reconhecimento do espaço” para  
537 a intervenção (DUARTE et al, 2015, p.9). Sob essa perspectiva, a região é  
538 compreendida como um território que pode fazer referência as diferentes  
539 extensões e escalas e que é tanto um “todo” como uma “parte” (GUIMARÃES,  
540 2005). Uma região é identificada pelas suas dimensões naturais, culturais,  
541 históricas, econômicas e políticas, por aspectos materiais e imateriais que dão  
542 coesão e sistematicidade à região e que geram relações de poder e práticas  
543 sociais próprias, que as caracterizam. Numa região estabelecem-se conexões  
544 entre atores e instituições que interagem, e que se identificam na dinâmica  
545 regional, mas que também estabelecem relações com outros atores e  
546 instituições que compõem outros espaços, sub-regionais ou extra-regionais.  
547 (CONTEL, 2015). Ainda que se possa pensar numa região como um espaço  
548 com limites próprios, diferenciados de outras regiões e mesmo de outros níveis  
549 ou escalas, é importante destacar que a ação humana no tempo e no espaço

550 tanto pode estruturar e cristalizar quanto desestruturar e extinguir uma região,  
551 inclusive tencionando seus limites, ou seja, as regiões podem ser expandidas  
552 ou reduzidas em suas fronteiras (CONTEL, 2015). Sendo a região um  
553 território, regionalizar significa produzir um recorte político em um determinado  
554 território usado, visando a construção de respostas, social e institucionalmente  
555 articuladas, a problemas cuja solução requer esforços colaborativos e  
556 coordenados dos atores, governamentais e não governamentais, implicados  
557 em ações locais, na região (RIBEIRO, 2015, p.7). A ideia de região e de  
558 regionalização não é nova no Brasil, uma vez que a divisão regional do país,  
559 baseada na dimensão natural, existe desde o início da década de 1940, ainda  
560 que tenha sofrido algumas modificações ao longo do tempo e orientou políticas  
561 territoriais e planejamento governamental (Guimarães, 2005). É o caso, por  
562 exemplo, da criação de instituições como a Superintendência de  
563 Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e os Planos Diretores de  
564 Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, que foram formulados e  
565 executados nas décadas de 1960 e 1970, tendo a região como foco. No  
566 entanto, não só o conceito de região foi sendo alterado, para incorporar muito  
567 mais que essas dimensões, assim como a ideia de regionalização, adotadas  
568 para o planejamento da política de saúde desde 1968 Melo e, passou a ser  
569 referência para se pensar sistemas que organizam políticas públicas, que  
570 devem alcançar a todas as pessoas do país. De qual regionalização falamos?  
571 A Constituição Federal de 1988 trouxe novos parâmetros, para se pensar a  
572 regionalização. A descentralização das políticas públicas, prevista pela  
573 Constituição em algumas áreas e regulamentada por várias Leis, como a Lei  
574 Orgânica da Assistência Social, direcionou aos municípios o papel de principal  
575 executor de ações públicas voltadas para assegurar direitos  
576 constitucionalmente garantidos. A aposta no município parte da premissa de  
577 que o nível local, lugar onde se vive efetivamente, possibilita a atenção integral  
578 às pessoas, o que seria resultante da articulação de instituições e de ações  
579 superando estratégias que fragmentam esforços e recursos. O processo de  
580 descentralização brasileiro, portanto, exigiu o fortalecimento da capacidade de  
581 planejamento e gestão dos municípios, ao privilegiar os municípios como  
582 principais agentes de efetivação de políticas públicas, especialmente as  
583 sociais. No entanto, essa ênfase não propicia o enfrentamento de problemas e  
584 necessidades que são de âmbito territorial mais amplo, como aqueles próprios  
585 de regiões que alcançam vários municípios e decorrem, por exemplo, de  
586 políticas de desenvolvimento e seus efeitos. Além disso, diferenças políticas e  
587 de perspectivas quanto às políticas públicas produziram relações de confronto  
588 e nem sempre de cooperação entre os entes municipais. A constatação dos  
589 limites da municipalização para o enfrentamento de questões que são de  
590 alcance intermunicipal e de âmbito regional trouxe ao debate a regionalização  
591 como estratégia de intervenção estatal. No entanto, mais do que criar uma  
592 unidade espacial, regionalizar significa integrar ações e responsabilidades  
593 pactuadas pelos três entes federativos, tendo como referência as  
594 especificidades apresentadas pelas dinâmicas de cada região. Portanto, a  
595 ideia não é criar um nível administrativo que se diferencia de estados,  
596 municípios e União, mas um meio de articulação e de coordenação das ações  
597 desses três entes, que possa assegurar o acesso universal à proteção  
598 socioassistencial. Nesse caso, a regionalização significa não só definir um  
599 espaço mais ampliado de oferta dos serviços do que o nível municipal, mas

600 também estabelecer novas relações de comando e de controle dessa oferta,  
601 incorporando novos parâmetros tanto para a gestão quanto para as relações  
602 entre Estado e sociedade. A definição de regionalização utilizada por Lima et  
603 al (2012) para a política de saúde é bastante sugestiva, uma vez que eles a  
604 concebem como um processo técnico-político condicionado pela capacidade  
605 de oferta e financiamento da atenção à saúde, mas também pela distribuição  
606 de poder e pelas relações estabelecidas entre governos, organizações  
607 públicas e privadas e cidadãos, em diferentes espaços geográficos (LIMA,  
608 2012, p.2). Estabelecer um processo de regionalização com essa perspectiva  
609 cria expectativas tanto de que haja integralidade da atenção e equidade no  
610 acesso às ações e aos serviços da política, na concretização do direito  
611 universal, quanto de que sejam criados novos arranjos de coordenação-  
612 integração interinstitucional. Segundo Lima, a regionalização requer o  
613 desenvolvimento de estratégias e instrumentos de planejamento, bem como  
614 coordenação, regulação e financiamento de uma rede de serviços no território,  
615 que incorpore a diversidade socioespacial e a integração dos diferentes tipos  
616 de ações, de modo a reduzir desigualdades regionais. Num país em que os  
617 três entes da federação são autônomos, essa articulação deve gerar pactos  
618 que definam responsabilidades e gerem compromissos mútuos. A discussão  
619 sobre articulação e integração das ações dentro da proposta de regionalização  
620 de serviços do SUAS vai do geral para o particular, ou seja, se é crucial para a  
621 efetivação da política do SUAS que os três entes estabeleçam um alto grau de  
622 articulação e integração, o mesmo se pode afirmar no nível local. Isso significa  
623 dizer que a regionalização na perspectiva da gestão ultrapassa os domínios da  
624 PSE e impõem a necessidade de uma agenda de trabalho entre todos os  
625 setores do SUAS, toda rede de serviços socioassistenciais, entre o SUAS e o  
626 Sistema de Garantia de Direitos - SGD, bem como com as outras políticas  
627 como saúde, educação e habitação. 3. A regionalização na assistência social.  
628 A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de  
629 Assistência Social (PNAS) estabelecem que as ações ofertadas pelo Sistema  
630 Único de Assistência Social (SUAS) devem ser organizadas tendo o território  
631 como base, ou seja, o território é considerado como a base de organização da  
632 política, observadas as diferenças e características socioterritoriais. A Norma  
633 Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) estabelece que a organização do  
634 SUAS deve respeitar as diversidade culturais, étnicas, religiosas,  
635 socioeconômicas, políticas e territoriais, e reconhece que há especificidades,  
636 injustiças e desigualdades regionais que devem ser respeitadas no processo  
637 de planejamento e execução das ações. Também estabelece a territorialização  
638 como diretriz estruturante do SUAS, ou seja, ao se planejar a oferta dos  
639 serviços socioassistenciais deve-se levar em conta que há vulnerabilidade e  
640 riscos que impactam os territórios de forma diferenciada e que pode haver  
641 algumas que são interterritoriais, ou seja, compartilhadas por mais de um  
642 território. Nesse sentido, deve-se buscar a redução das desigualdades inter-  
643 regionais. A descentralização da oferta dos serviços socioassistenciais  
644 significa que o SUAS deve propiciar que as seguranças alicerçadas pela  
645 política sejam facilmente acessadas pelos usuários e, para isso, os municípios  
646 são a principal unidade territorial para a oferta da Proteção Social Básica. No  
647 entanto, as características dos municípios podem demandar uma subdivisão  
648 territorial em microterritórios, ou seja, a existência de áreas que concentram  
649 condições de vulnerabilidade e de risco demanda a implantação de mais de

650 uma unidade de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Assim  
651 sendo, o número de CRAS vai variar entre os municípios conforme os critérios  
652 pactuados para sua implantação. Na proposta de regionalização apresentada  
653 pelo estado, o CRAS se mantém como a mais importante referência do SUAS  
654 para as famílias no território e como principal interlocutor para as equipes  
655 regionais. Assim, toda a estruturação do serviço como a elaboração de fluxos  
656 e protocolos deve contar com a participação da equipe do CRAS. No que se  
657 refere à Proteção Social Especial (PSE) a unidade territorial para a oferta dos  
658 serviços pode ser o município ou a região, ou seja, na medida em que a  
659 demanda pelos serviços da PSE é alta, o próprio município pode oferta-los,  
660 mas se não for significativa a este ponto, os serviços podem e devem ser  
661 ofertados de forma regionalizada, em Centros de Referência Especializados de  
662 Assistência Social (CREAS) que tenham abrangência territorial regional.  
663 **SIMONE:** Destaque. **RONALDO CAMARGOS:** Nesse caso, características de  
664 vulnerabilidade e de risco, que são compartilhadas por um conjunto de  
665 municípios, vão ser relevantes para implantar unidade de CREAS, que oferte a  
666 PSE para os usuários que dela necessitam. A regionalização, no âmbito da  
667 assistência social, é uma forma de oferta de serviços da PSE que considera a  
668 região como a unidade territorial de referência. Nesse sentido, a regionalização  
669 é uma estratégia de oferta de serviços que leva em consideração  
670 vulnerabilidades e riscos que se expressam numa região e que demandam a  
671 articulação de municípios e do estado para seu enfrentamento, com o  
672 cofinanciamento dos estados e da União. Segundo a PNAS, os serviços  
673 socioassistenciais prestados de forma regionalizada podem ser ofertados pelo  
674 governo estadual diretamente, por consórcios intermunicipais ou prestados por  
675 municípios de porte maior, devendo ser cofinanciados pelos governos estadual  
676 e federal, e contar com o assessoramento técnico do governo estadual. O  
677 principal objetivo da regionalização é garantir a universalização do acesso aos  
678 serviços socioassistenciais e aos direitos e seguranças afiançados pelo SUAS,  
679 bem como a integralidade da proteção socioassistencial. Ou seja, a  
680 regionalização possibilita que os serviços da PSE sejam acessados por todos  
681 os que precisarem, e que eles sejam articulados aos serviços da PSB. Além  
682 disso, a regionalização também visa à organização de conselhos no nível  
683 regional, o que possibilita que eles articulem e integrem suas ações, trocando  
684 experiências e fortalecendo suas capacidades quanto à participação e ao  
685 controle social. Para que a regionalização seja realizada, os seguintes  
686 princípios devem ser observados (Resolução CNAS 31/2013): a) Integralidade  
687 da proteção social – devem ser realizadas ofertas e atenção nos níveis de  
688 proteção social conforme as necessidades dos usuários; b) Convivência  
689 familiar e comunitária – visando à preservação e/ou restabelecimento dos  
690 vínculos; c) Equidade - considerando as diversidades territoriais e a  
691 necessidade de diminuição das desigualdades regionais e territoriais; d)  
692 Igualdade de direitos no acesso ao atendimento – garantir a inexistência de  
693 discriminação de qualquer natureza e a equivalência às populações urbanas,  
694 rurais, povos e comunidades tradicionais. Além desses princípios, algumas  
695 diretrizes apontam o caminho que deve orientar o planejamento e a execução  
696 da regionalização (Resolução CNAS 31/2013): a) Cooperação federativa –  
697 produção de acordos e compromissos entre os entes federados que  
698 assegurem suas respectivas responsabilidades; b) Gestão compartilhada – o  
699 estado e os municípios que integram a regionalização devem compartilhar a

700 condução político-administrativa da rede de serviços regional e local; c)  
701 Territorialização – considerar os distintos agravos e vulnerabilidades sociais  
702 decorrentes da presença de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e  
703 demográficos dos territórios; d) Coordenação estadual – o governo estadual  
704 deve coordenar o processo de regionalização, promovendo a articulação  
705 política, técnica e operacional entre os Municípios e realizando apoio técnico e  
706 financeiro às regiões de assistência social; e) Planejamento conjunto – o  
707 planejamento e a organização dos serviços socioassistenciais de forma  
708 regional deve ser realizado em conjunto pelos entes da federação em todos os  
709 níveis de proteção; f) Cofinanciamento – primazia de cofinanciamento dos  
710 entes estadual e federal para a oferta dos serviços regionais, respeitando as  
711 estratégias nacionais e estaduais; g) Participação e controle social – na  
712 organização e condução da política de assistência social. Uma vez que a  
713 regionalização é um processo em construção, alguns parâmetros iniciais foram  
714 definidos para a Proteção Social Especial de média e de alta complexidade,  
715 especificamente em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento  
716 Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e aos Serviços de Acolhimento  
717 para Crianças, Adolescentes e Jovens, que constam na Resolução CNAS  
718 31/13. Importante destacar que a Resolução estabelece que a regionalização  
719 deve ocorrer de forma gradativa, a depender de pactuações relacionadas a  
720 outros serviços da Proteção Social Especial, e que deve ser pactuada pelos  
721 gestores (estadual e municipais) na Comissão Intergestores Bipartite de cada  
722 estado. **LUCIA:** 3 Regionalização em Minas Gerais. Dada à extensão territorial  
723 de Minas Gerais, aliado ao grande número de municípios (853 no total) e  
724 considerando que deste quantitativo, 92% são de Porte I e II, pensar um  
725 desenho de regionalização de Proteção Social Especial para o Estado é um  
726 grande desafio. Neste sentido, a construção do Plano Estadual de  
727 Regionalização vem sendo concretizada de forma ampliada, não se limitando  
728 ao “Aceite” firmado junto ao MDS, critérios apresentados pela Resolução  
729 CNAS nº 31/2013. Esta ampliação da qual se fala tem um caráter objetivo por  
730 estender a oferta aos 17 Territórios de Desenvolvimento, mas também tem um  
731 caráter político por propor uma construção coletiva do desenho de  
732 regionalização, por provocar uma discussão mais profunda de temas que  
733 ultrapassam essa ação e retomam antigos desafios do SUAS e por enfrentar  
734 questões difíceis como o acolhimento de crianças e adolescentes no estado e  
735 os acolhimentos institucionais intermunicipais. É necessário que sejam criadas  
736 estratégias para a universalização desta proteção em Minas Gerais. Para  
737 tanto, será discutido, nessa conferência, o desmonte de um modelo de  
738 atenção que tinha como projeto a retirada de crianças e adolescentes, idosos,  
739 pessoas com deficiência e doença da convivência com sua família e sua  
740 comunidade. Na saúde, os leprosários, os manicômios; na Educação, os  
741 Internatos; e na Assistência Social, os Grandes Abrigos, as FEBEM’s. Há  
742 nessa forma de organização de ofertas uma crença de que determinadas  
743 famílias ou arranjos familiares não conseguem cuidar de seus membros mais  
744 vulneráveis. E, por outro lado, que algumas pessoas, com determinadas  
745 características, devem ser confinadas em instituições que lhes propiciem todas  
746 as ofertas. Apesar de MG ser um dos primeiros estados a desconstruir essas  
747 estruturas, ainda convivemos com esse modelo. As práticas impulsionadoras  
748 de novos modelos e arranjos requerem uma atuação preventiva, integrada e  
749 Intersetorial. O que gestão estadual planejou e pactuou? A gestão estadual

750 planejou e pactuou a ampliação da cobertura de serviços de Proteção Social  
751 Especial de média e alta complexidade para todas as regiões de Minas Gerais,  
752 considerando, para tanto, a divisão do estado em 11 (onze) Macrorregiões.  
753 Quanto à média complexidade, cada macrorregião contaria com 01 (uma)  
754 unidade de CREAS Regional, segundo Resoluções da CIB nº 02/2015 e do  
755 CEAS nº 524/2015. Após a recente redefinição das divisões regionais  
756 administrativas, com a criação dos 17 Territórios de Desenvolvimento, Minas  
757 Gerais deverá contar com a implantação de mais 06 (seis) unidades de  
758 CREAS Regionais, além das onze inicialmente pactuadas, contemplando,  
759 assim, todas as 17 novas regiões. 11 Macrorregiões – vigentes à época da  
760 pactuação: Alto Paranaíba, Central, Centro Oeste, Jequitinhonha, Mucuri,  
761 Noroeste, Norte, Rio Doce, Sul, Triângulo Mineiro e Zona da Mata. 17  
762 Territórios de Desenvolvimento: Noroeste, Norte, Médio e Baixo Jequitinhonha,  
763 Mucuri, Alto Jequitinhonha, Central, Vale do Rio Doce, Vale do Aço,  
764 Metropolitano, Oeste, Caparaó, Mata, Vertentes, Sul, Sudoeste, Triângulo  
765 Norte e Triângulo Sul. Quanto à alta complexidade, o estado ampliará a  
766 cobertura de serviços de acolhimento para adultos e famílias com a oferta de  
767 50 vagas na modalidade Casa de Passagem. A oferta desse serviço terá como  
768 foco o público migrante e será implantado para atender aos municípios que  
769 compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O estado ampliará  
770 também a cobertura de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes  
771 com a oferta de 80 vagas, priorizando a modalidade Família Acolhedora. Esta  
772 escolha baseia-se na premissa de que o Acolhimento Institucional deve ser  
773 utilizado como a última das opções protetivas. O estado se comprometerá,  
774 ademais, com o apoio técnico para o reordenamento dos serviços de  
775 acolhimento de crianças e adolescentes já existentes em Minas Gerais e,  
776 atualmente, ofertados de forma intermunicipal. Além disso, será criada a  
777 Central de Acolhimentos, dispositivo que terá como objetivo o gerenciamento  
778 das vagas e a qualificação da porta de entrada destes serviços. Comum às  
779 duas complexidades: cofinanciamento de referências técnicas para proteção  
780 especial nos município de Porte I; pactuação com o sistema de garantia de  
781 direitos (SGD) de fluxos e protocolos de atuação; implantação do sistema  
782 estadual de notificação de violação de direitos; fortalecimento das diretorias  
783 regionais da SEDESE com a promoção da política descentralizada. Todo o  
784 trabalho deverá ser planejado concomitante a ações preventivas, minimizando  
785 os fatores e incidências que levam a violação de direitos, avalizando a oferta  
786 de proteção social integralizada. Este desenho de regionalização está  
787 orientado pelo conceito de “Territórios de Proteção Social” que se constituem  
788 como regiões onde serão identificadas as áreas de maior vulnerabilidade no  
789 estado. Para além da divisão geográfica, os Territórios de Proteção Social são  
790 espaços de operacionalização da política de assistência social por meio da  
791 cobertura de serviços e benefícios socioassistenciais e da  
792 identificação/enfrentamento das demandas por proteção social básica e  
793 especial. Neles, as ofertas socioassistenciais se encontram com as do  
794 trabalho, saúde e educação, prioritariamente, com características  
795 semelhantes, sobretudo quanto aos aspectos socioeconômicos e à incidência  
796 de violação de direitos. É fundamental, portanto, que a assistência social seja  
797 compreendida na perspectiva de direitos humanos, garantindo aos indivíduos e  
798 famílias atendidas, dignidade, construção de autonomia e superação das  
799 situações de risco e violência. Destacamos a importância de instituir espaços

800 regionais de gestão compartilhada, possibilitando e fortalecendo o diálogo  
801 entre o estado, municípios e sistema de garantia de direitos. A Regionalização  
802 dos serviços e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e  
803 Adolescentes. O tema da Convivência Familiar e Comunitária exige atenção  
804 em caráter especial, integral e urgente. A Constituição Federal, o Estatuto da  
805 Criança e do Adolescente e as demais normativas vigentes que integram a  
806 atual Política Nacional de Assistência Social asseguram, com absoluta  
807 prioridade, a garantia e proteção desse direito a todas as crianças e  
808 adolescentes brasileiros. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança e  
809 do Adolescente, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710/90, prevê  
810 o seguinte: “Os Estados- Partes deverão zelar para que a criança não seja  
811 separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita a  
812 revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conjunto com a  
813 lei e com os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao  
814 interesse maior da criança.” MACIEL (2010), conceitua a convivência familiar  
815 como: “O direito fundamental de toda pessoa humana de viver junto à família  
816 de origem, em ambiente de afeto e de cuidado mútuos, configurando-se como  
817 um direito vital quando se tratar de pessoa em formação (criança e  
818 adolescente).” A convivência de crianças e adolescentes no seio da família é  
819 essencial para a garantia de sua integridade física e emocional. Por esse  
820 motivo, a proposta de regionalização dos serviços do SUAS deve ter como um  
821 de seus princípios a garantia da convivência familiar e comunitária. A  
822 salvaguarda desse direito mostra-se especialmente relevante e desafiante  
823 quando se discute uma proposta de serviços no âmbito da alta complexidade  
824 da PSE, uma vez que o ponto crucial é lograr reatar os vínculos familiares  
825 rompidos entre crianças, adolescentes e suas famílias, fazendo isso desde o  
826 ponto de vista de um serviço regionalizado. Considerando a relevância dessa  
827 questão e a necessidade de se pensar em estratégias que assegurem direitos  
828 em vez de violá-los, a proposta de um serviço de acolhimento regionalizado  
829 para crianças e adolescentes foi ponto de intensas discussões junto ao Centro  
830 de Apoio às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do  
831 Adolescente do Ministério Público de Minas Gerais (CAO-DCA). Neste ponto,  
832 importante destacar que o Ministério Público - MP, como instituição  
833 responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos  
834 direitos sociais e individuais indisponíveis, tem exercido importante papel na  
835 defesa dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo no que diz respeito  
836 ao estímulo à criação e ao reordenamento dos serviços públicos que se  
837 destinam ao atendimento desse público. Esse trabalho, que se iniciou com a  
838 nova configuração do MP, conferida pela Constituição Federal de 1988, foi  
839 reforçado pela implantação, nos anos de 2008 e 2011, das Coordenadorias  
840 Regionais das Promotorias de Justiça da Educação e de Defesa dos Direitos  
841 de Crianças e Adolescentes (CREDCAs), que têm como finalidade o  
842 fortalecimento da atuação ministerial, em âmbito regional. Também nesse viés,  
843 importante o destaque para a criação dos roteiros de atuação, elaborados pelo  
844 CAO-DCA e pelas CREDCAs, com o objetivo de auxiliar os promotores de  
845 justiça do estado, nas áreas de implantação e de reordenamento dos serviços  
846 de acolhimento familiar e, ou institucional para crianças e adolescentes, de  
847 fortalecimento da rede de proteção socioassistencial na área da criança e do  
848 adolescente e na de implantação e, ou reordenamento dos serviços de  
849 medidas socioeducativas. Essas providências, além de várias outras tendentes

850 ao fortalecimento dos serviços ligados ao Sistema de Garantia de Direitos, têm  
851 auxiliado no fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes e,  
852 sobretudo, no direito à convivência familiar e comunitária. 6- As Regiões  
853 Metropolitanas em Minas Gerais. Segundo a Constituição Brasileira, as  
854 Regiões Metropolitanas são “constituídas por agrupamentos de municípios  
855 limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de  
856 funções públicas de interesse comum”. (Art. 25 §3º) Historicamente, as regiões  
857 metropolitanas surgem a partir da expansão das áreas urbanas de grandes  
858 cidades. Esse processo traz uma série de situações que devem ser  
859 enfrentadas pelo poder público, como a questão da migração, por exemplo.  
860 Porém, como são áreas constituídas por mais de um município, as soluções  
861 para os desafios enfrentados devem ser buscados de forma conjunta. As duas  
862 regiões metropolitanas de Minas Gerais, Região Metropolitana de Belo  
863 Horizonte e Região Metropolitana do Vale do Aço, concentram quase 40% de  
864 todo o PIB estadual. Na RMBH a cobertura dos serviços socioassistenciais  
865 acompanha a tendência das demais regiões do estado, qual seja: há uma  
866 concentração de oferta nos municípios com maior densidade populacional,  
867 capacidade administrativa e financeira, segundo aponta o Plano Diretor de  
868 Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH), elaborado pela UFMG em 2010. O  
869 Plano Diretor propõe que haja uma Política Metropolitana Integrada da  
870 Assistência Social, como estratégia de planejamento específico para o  
871 território metropolitano, indicando a necessidade de que a sua implementação  
872 considere dimensões e estratégias específicas e arranjos institucionais, e  
873 participativos próprios. **RONALDO CAMARGOS:** Região Metropolitana de  
874 Belo Horizonte – RMBH. Atualmente a RMBH é constituída por 34 municípios,  
875 totalizando aproximadamente 5 milhões de habitantes. Nos últimos anos várias  
876 iniciativas para integração da região vêm sendo adotadas pelos órgãos  
877 gestores dos municípios que compõem a RMBH. O desafio de se pensar um  
878 planejamento metropolitano que envolvesse ações conjuntas fez com que os  
879 esforços fossem concentrados na produção do Plano Diretor de  
880 Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH), elaborado pela UFMG em 2010. O  
881 documento, que está dividido em 5 eixos, apresenta no Eixo Acessibilidade  
882 diretrizes sintetizadas em oito políticas, dentre elas a Política Metropolitana  
883 Integrada de Assistência Social. Dentre as propostas apresentadas, o  
884 documento chama a atenção para a necessidade de articulação da rede e  
885 oferta de serviços de proteção às populações em situação de risco social, por  
886 meio da intensificação e aprimoramento dos programas de atenção voltados  
887 para os públicos identificados, como é o caso dos migrantes. Conforme  
888 preveem as propostas apresentadas no PDDI-RMBH, o Governo do Estado,  
889 por meio da SEDESE se propõe a participar da construção de propostas  
890 conjuntas para a solução desses desafios. Região Metropolitana do Vale do  
891 Aço – RMVA. A Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA concentra  
892 2,20% da população de Minas Gerais e aproximadamente 3% do PIB estadual.  
893 (Dados do IBGE - 2010 e Fundação João Pinheiro – 2008), segundo dados da  
894 Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana, órgão do Governo de  
895 Minas Gerais responsável pelo desenvolvimento integrado das regiões  
896 metropolitanas no estado. A RMVA é formada por 26 municípios, sendo que  
897 desses, 4 formam a região metropolitana e 22 o chamado colar metropolitano -  
898 o grupo de municípios que, por estarem no entorno da RMVA, são  
899 considerados áreas de expansão da RMVA. Como ocorre na RMBH, também

900 na RMVA as necessidades, desafios e soluções para os problemas  
901 enfrentados pelos municípios da região passa pela articulação intersetorial e  
902 pelo planejamento conjunto das ações. Assim como na RMBH foi necessário  
903 se pensar um instrumento que reunisse que e que pudesse consolidar políticas  
904 públicas integradas na RMVA. Nesse sentido, o Centro Universitário do Leste  
905 de Minas Gerais (Unileste) foi escolhido para elaborar, em 2014, o Plano  
906 Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do  
907 Aço. O documento aborda as funções públicas de interesse comum da região,  
908 divididas em seis eixos temáticos: (I) ordenamento territorial, (II) mobilidade,  
909 (III) meio ambiente, recursos hídricos e saneamento, (IV) desenvolvimento  
910 social, (V) desenvolvimento econômico e (VI) arranjo institucional. O  
911 documento também apresenta um eixo de desenvolvimento social, chamando  
912 a atenção para a necessidade de ações específicas nessa área, com o  
913 aprimoramento dos programas de atenção voltados para os públicos  
914 identificados como vulneráveis como é o caso dos migrantes. Para cada uma  
915 das regiões metropolitanas do estado, se faz necessária uma melhor  
916 compreensão do fenômeno da migração, sendo importante analisar como se  
917 dão os fluxos migratórios no estado, por meio da elaboração de um  
918 diagnóstico. Juntamente com as ações de execução da oferta regionalizada, é  
919 necessário se pensar uma política de fixação dos indivíduos e famílias no  
920 município de origem, envolvendo outras políticas que atuam junto a esse  
921 público, como a política de Habitação e Saúde, especialmente a área da saúde  
922 mental. 7- As Regiões Mineiras e os Mecanismos de Participação Popular. A  
923 Constituição de Minas Gerais, de 1989, estabelece que: “Art. 193- A  
924 assistência social será prestada pelo Estado a quem dela necessitar,  
925 independentemente de contribuição, sem prejuízo da assegurada no art. 203  
926 da Constituição da República. Art. 194- As ações estaduais, na área de  
927 assistência social, serão implementadas com recursos do orçamento do  
928 Estado e de outras fontes, observadas as seguintes diretrizes: I -  
929 desconcentração administrativa, segundo a política de regionalização, com  
930 participação de entidade beneficente e de assistência social; II - participação  
931 da população, por meio de organizações representativas, na formulação das  
932 políticas e no controle das ações em todos os níveis.” Portanto, a participação  
933 social é uma diretriz da Constituição Federal e Estadual que fundamenta o  
934 SUAS e também a estratégia de gestão do atual Governo de Minas Gerais.  
935 Durante toda a sua campanha eleitoral o governador Fernando Pimentel  
936 percorreu o estado em caravanas visando “ouvir para governar”. A partir de  
937 visitas e reuniões a todas as regiões ele e a sua equipe debateram  
938 diretamente com a população, sem interlocutores, os problemas regionais. Já  
939 naquela ocasião propuseram um Programa de Governo para enfrentar, sem  
940 distinção ou privilégios, as desigualdades regionais do Estado e a ampliação  
941 da proteção social. Além disso, foi assumido o compromisso de todo o  
942 Governo em manter-se próximo e com uma escuta acurada para com o que  
943 dizem os cidadãos. A partir dessa experiência e do Programa de Governo  
944 gerado por ela, nasceram os Fóruns Regionais de Governo, implantados nos  
945 17 (dezessete) territórios de desenvolvimento estabelecidos a partir de 2015,  
946 readequando as antigas 10 macrorregiões SEPLAG existentes em MG. A nova  
947 divisão dos territórios guardou coerência com critérios populacionais, políticos,  
948 culturais, sociais, geográficos, respeitando as identidades e buscando dar  
949 maior coerência para abordagens e leituras regionais e, por conseguinte, para

950 a implantação de políticas públicas. Aos novos Territórios de Desenvolvimento  
951 segue a implantação de 17 Fóruns Regionais que, para além de  
952 representarem aspectos físicos, geográficos, dentre outros, e o  
953 reconhecimento das diversidades existentes, vem para dar voz para que os  
954 próprios moradores da região interpretem e demandem, para as políticas  
955 públicas, intervenções que respondam às suas dificuldades. É um passo  
956 adiante na maneira como, comumente, as políticas públicas são organizadas e  
957 executadas, indo além de se eleger e interpretar os indicadores regionais, não  
958 menos importantes, mas, agora, com uma forma mais ampla de participação  
959 dos interessados na sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação.  
960 Os “territórios que falam”, conceito de Dirce Koga, são aqueles que  
961 consideramos a partir da dinâmica, das alterações produzidas não só pelos  
962 meios físicos, mas, sobretudo pela população que nele habita e que cria  
963 dinâmicas próprias, formas de ocupar e de se relacionar. Portanto, os Fóruns  
964 vêm para escutar e traduzir em políticas públicas as diferentes vozes dos 17  
965 territórios mineiros. Em Minas Gerais, um dos cinco principais desafios  
966 estabelecidos pela atual gestão da SEDESE é exatamente a regionalização  
967 dos serviços socioassistenciais de média e alta complexidade,  
968 responsabilidade atribuída aos estados pela Política Nacional de Assistência  
969 Social, e até então, não ofertadas de forma direta pela secretaria. Esse novo  
970 debate estabelecido desde janeiro de 2015, com a participação do Ministério  
971 Público, Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social, Conselho  
972 Estadual de Assistência Social, Comissão Intergestores Bipartite, professores  
973 de Universidades, ganha mais força e relevância dentro da estratégia de  
974 regionalização proposta pelo Governo a partir da realização das 15  
975 Conferências Regionais de Assistência Social. As Conferências Regionais de  
976 Assistência Social, de caráter deliberativo, irão conferir ao Plano de  
977 Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial as bases para  
978 gestão compartilhada, planejamento e organização dos serviços de média e  
979 alta complexidade além do seu monitoramento, tendo por premissa as  
980 características e os arranjos de cada um dos territórios. As Conferências  
981 Regionais também tratarão de temas importantes para a organização e  
982 construção de estratégias para a participação dos usuários e trabalhadores no  
983 controle social da política de assistência social nas diferentes regiões do  
984 estado. Os Fóruns de Governo e Conferências Regionais são, portanto, uma  
985 oportunidade ainda maior para que as diretrizes da territorialização se  
986 cumpram com melhores resultados. Eles substanciam mecanismos  
987 participativos para a definição de prioridades, de previsão orçamentária e de  
988 outros aspectos relevantes para cada região uma vez que as demandas serão  
989 refletidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), no Plano  
990 Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei Orçamentária Anual  
991 (LOA). Assim, com discussões e decisões compartilhadas, vamos construindo  
992 bases para a necessária universalização da assistência social que se dará  
993 quando atingirmos os patamares previstos na Constituição Federal de 1988,  
994 ou seja, oferta de benefícios e serviços socioassistenciais para quem deles  
995 necessitar. Nesse sentido, o CEAS e a CIB apresentam para debate nas  
996 Conferências Regionais as seguintes diretrizes do Plano Estadual: 1. A  
997 articulação Regional da Rede de Proteção Social: o principal pilar na gestão de  
998 um serviço de caráter regional é a articulação entre os serviços  
999 socioassistenciais envolvidos; 2. O estabelecimento de fluxos, articulação e

1000 processos de capacitação com os Conselhos Tutelares – CT's, em razão de  
1001 serem atores fundamentais na defesa do direito à convivência familiar e  
1002 comunitária e, por se constituírem como porta de entrada para diversos casos,  
1003 o que justifica uma relação bastante estreita entre os CT's e as unidades de  
1004 atendimento do SUAS e do Sistema de Garantia de Direitos - SGD; O emprego  
1005 do acolhimento institucional somente nos casos em que todas as alternativas  
1006 forem esgotadas: com a priorização da modalidade de Família Acolhedora  
1007 para acolhimento de crianças até 6 anos. 4. A imprescindível articulação entre  
1008 a Rede SUAS, o Sistema Único de Saúde - SUS e o Sistema de Garantia de  
1009 Direitos, em especial os Conselhos Tutelares, na criação das condições para  
1010 que a convivência familiar e comunitária prevaleça aos acolhimentos; 4. A  
1011 criação de estratégias Regionais para Estudos dos Casos, indicando a melhor  
1012 alternativa de intervenção, conforme perfil da demanda; 5. O reconhecimento  
1013 do CRAS como principal referência da família no território; 6. A participação e  
1014 colaboração das Universidades no fortalecimento do SUAS, nas regionais:  
1015 fomento à produção de conhecimento à partir da realidade experimentada por  
1016 profissionais e usuários do SUAS; 7. O desenvolvimento de estratégias  
1017 intersetoriais para atendimento aos jovens institucionalizados e para jovens  
1018 ameaçados de morte; 8. A tipificação do perfil dos casos de violação de  
1019 direitos e quais modalidades de proteção mais adequadas; 09. A definição dos  
1020 fluxos e procedimentos que devem ser incluídos nos protocolos firmados entre  
1021 o SUAS e o Sistema de Garantia de Direitos, em particular o Sistema de  
1022 Justiça; 10. A constituição de Referências Técnicas nos municípios de  
1023 Pequeno Porte I que não possuem cobertura da PSE. **MARIA:** Foi uma longa  
1024 leitura, não é? Eu peguei a metade. Peço desculpas, eu tive que sair, mas já  
1025 retornei. A Simone está colocando aqui que temos três destaques. Vamos  
1026 começar pelo primeiro? **SIMONE:** Na verdade, eu destaquei aqui, pra não  
1027 perder a oportunidade pra colocar para os conselheiros, o que eu,  
1028 particularmente, considero bastante importante no debate que vai ocorrer. Eu  
1029 acho que vai ser um debate muito bom para o Estado, porque nós vamos  
1030 discutir coisas muito profundas, que passam inclusive por um debate, que eu  
1031 considero até civilizatório. Pode parecer comum, mas não tem nada de  
1032 comum, quando a gente discute a convivência familiar e comunitária,  
1033 principalmente se a gente levar em conta a história do Brasil. Por isso eu  
1034 chamo atenção aqui na página 3, no 3º parágrafo, que fala do processo de  
1035 descentralização. Eu chamei atenção aqui, porque isso gerou bastante conflito  
1036 no Brasil inteiro, e particularmente, aqui em Minas. Minas foi um dos cinco  
1037 Estados, que implantou os chamados CREAS Regionais em 2005, induzido  
1038 pelo Ministério. Esse CREAS é o modelo que até hoje os municípios tem na  
1039 cabeça deles, não tem outra experiência. Tem uma experiência de 2005. A  
1040 experiência foi o que? Implantar um CREAS no município sede e ter  
1041 municípios vinculados a ele. Isso gerou muito conflito. Porque que gerou  
1042 conflito? Porque os técnicos tinham que sair de um município e ir a outro  
1043 município, muitas das vezes sem discutir com município. É claro que isso, eu  
1044 acho que nós vamos encontrar muito no debate da regionalização. Quando  
1045 falar em regionalização, todo mundo vai pensar nesse modelo vivenciado em  
1046 Minas Gerais. Aqui nesse parágrafo coloca que: "As diferenças políticas e de  
1047 perspectivas produzam relação de confronto, nem sempre de cooperação  
1048 entre os entes municipais". Isso aconteceu não só no SUAS, mas no SUS  
1049 também. A câmara técnica, que a CIT fez, mostrou isso, que uma das grandes

1050 reflexões da saúde é exatamente os conflitos entre os municípios, porque a  
1051 municipalização gerou muita municipalidade para os municípios e pouca  
1052 responsabilidade para os governos estaduais. Outra questão que fala de  
1053 municipalização é a constatação dos limites da municipalização para os  
1054 enfrentamentos de questões, que são de alcances intermunicipais e de âmbito  
1055 regional. Aqui diz: “Além de criar uma unidade espacial, regionalizar significa  
1056 integrar ações e responsabilidades pactuadas pelos três entes federativos,  
1057 tendo como referência as especificidades apresentadas pelas dinâmicas de  
1058 cada região. Portanto, a ideia não é criar um nível administrativo que se  
1059 diferencia de Estado, Municípios e União, mas um meio de articulação de  
1060 coordenação das ações”. Então, o CREAS Regional ele tem um papel muito  
1061 mais estratégico de que articular o PAEFI. Ele tem um papel de coordenação  
1062 regional muito importante para os municípios. Eu vejo hoje que os municípios  
1063 de médio, grande porte e metrópole, eles carecem muito de uma articulação  
1064 regional, não só dos serviços, mas também da rede de proteção social  
1065 especial. Por isso eu acho tão importante a gente discutir esse papel  
1066 estratégico da regionalização, para além de ofertar os serviços. Eram essas as  
1067 ponderações que eu gostaria de fazer. **MARIA:** Os demais destaques. O  
1068 próximo. **SIMONE:** Esse aqui também é outro conflito, que é o falso conflito.  
1069 Eu gostaria de chamar a atenção, porque eu acho que os conselheiros devem  
1070 ficar atentos nos debates da regionalização. Como a gente fez o Aceite do  
1071 CREAS Regional, pode parecer que Minas Gerais terá um único modelo, só o  
1072 de CREAS Regional. Na verdade não é essa a nossa proposta. Como diz o  
1073 secretário André: “Se fosse só essa a proposta, o Estado estava lascado”. Nós  
1074 demoramos não sei quantos anos pra implantar CREAS Regionais com  
1075 cobertura a todos os municípios. E se fosse só essa proposta, a gente  
1076 respeitaria as diferenças dos territórios. É importante discutir isso, porque pode  
1077 ter CREAS em município de pequeno porte? Pode, se a incidência lá justificar  
1078 isso. É por isso que nós queremos implantar o Sistema de Notificação de  
1079 Violência e Violação de Direito. Se a gente identificar um município com uma  
1080 demanda muito alta, está extremamente esclarecido que lá deve ter um  
1081 CREAS Municipal, mesmo que ele seja município de pequeno porte. Mesmo  
1082 que o município não tenha incidência, no caso do SUAS, está normatizado que  
1083 municípios que tem para além de 50 casos, é muito caso. O município tem  
1084 mais do que isso, ele tem que ter a oferta própria. Mesmo o que tem menos, a  
1085 nossa proposta é que a gente tenha uma referência técnica nos municípios de  
1086 pequeno porte para proteção especial, para que essa referência técnica possa  
1087 levar para o município o debate da violação de direito, e ser a interlocução com  
1088 os serviços regionalizados. Às vezes eu sinto que tem um falso debate, ou a  
1089 gente faz a opção por isso, ou faz a opção por aquilo. Se a gente encaminhar  
1090 os debates assim, nós não vamos encaminhar um debate da região do  
1091 território. O mais importante é a gente discutir o território e a realidade lá, por  
1092 isso que eu fiz o destaque aqui. **JÚLIO CÉSAR:** Eu não destaquei, mas nessa  
1093 mesma página, no 3º parágrafo, me causou uma dúvida e eu gostaria de ter  
1094 um esclarecimento. “Além disso, a regionalização também visa a organização  
1095 de Conselhos no nível regional, o que possibilita que eles articulem e integrem  
1096 as relações, trocando experiência e fortalecendo as suas capacidades com  
1097 relação ao controle social”. Então, além dos Conselhos locais, teremos  
1098 também Conselhos regionais? Seria isso? Seriam as URCMAS? Então não  
1099 seria melhor destacar isso? **ÍTALO:** Eu tenho alguns destaques, mas como eu

1100 não falei, eu vou priorizar a Shirley porque ela também fez alguns. Então  
1101 depois dela, eu vou falar. **SHIRLEY:** Na verdade, eu tinha falado três  
1102 destaques aqui, mas é porque eu entendi que pra minha dúvida, as três  
1103 questões tinha haver. No estudo da assistência, como um todo, é muito falada  
1104 a questão da responsabilidade dividida, do cofinanciamento, e aqui eu vejo a  
1105 questão do estadual e do federal para a regionalização. Eu queria entender  
1106 qual que é o papel do município, porque, se ele não cofinancia, entende-se  
1107 que todo o recurso vai vim de fora, não vai entrar nada próprio. Como que é  
1108 isso? Não está muito claro. Eu coloquei os outros destaques justamente por  
1109 isso, da questão compartilhada que eu estava lendo a respeito. Aqui no final  
1110 repetiu novamente a questão dos gestores estaduais e municipais, quer dizer,  
1111 pactuada por gestores estaduais e municipais na comissão Intergestores. Está  
1112 um pouco confuso isso ai pra mim. **ÍTALO:** Eu fiz alguns destaques, mas eu  
1113 não falei, vou falar. O primeiro é na página 2, referente à citação do CONTEL.  
1114 O CONTEL não está inserido lá na bibliografia. Aí seria só pra colocar lá. Eu  
1115 queria ver quem é o CONTEL, fiquei curioso. Na página 5, o segundo  
1116 parágrafo onde se lê PNAS, a frase anterior é uma questão de português. “É  
1117 uma estratégia de oferta de serviços que levam a consideração,  
1118 vulnerabilidades e riscos de que se expressam em uma região, e que  
1119 demanda articulação de municípios e do Estado para o enfrentamento com o  
1120 cofinanciamento dos Estados e União”. É dos Estados. **VOZES AO FUNDO**  
1121 Aonde tem União. O cofinanciamento dos Estados e da União. Acho que talvez  
1122 mais que estilística do que gramática. Agora um negócio que não é de  
1123 português. Página 7, terceiro parágrafo. **VOZES AO FUNDO** Ah! Está indo por  
1124 páginas? Tudo bem. Está bom. **SHIRLEY:** Então, é a mesma questão. A  
1125 dúvida ficou nessa questão da gestão e do cofinanciamento ser ou não  
1126 envolvendo o município. Está sendo citadas em várias partes do texto. **ÍTALO:**  
1127 Nesse parágrafo é uma coisa para além do texto. “Apesar de MG ser um dos  
1128 primeiros Estados a desconstruir essas estruturas, ainda convivemos neste  
1129 modelo”. Nós parágrafos anteriores que se referem à questão do Estado pelo  
1130 Família Acolhedora, eles acabam dando um tom muito severo ao institucional,  
1131 tal como se ele não fosse uma política que pudesse trazer benefícios ou uma  
1132 política importante. O Acolhimento Institucional, ele está como estratégia  
1133 pactuada nacionalmente, tanto quanto o Família Acolhedora. A minha  
1134 preocupação é que não tenha esse tom de que a política do Acolhimento  
1135 Institucional não sirva. Ela serve gente. Eu trabalho com Acolhimento  
1136 Institucional, mas o problema é que ele não é qualificado, por exemplo. Um  
1137 trabalho com famílias deveria ser prioridade máxima de um abrigo. Uma  
1138 Unidade de Acolhimento não deveria preservar. Isso deveria ser obrigação. A  
1139 parte que a gente sempre esquece é o trabalho com as famílias. Eu tenho 42  
1140 unidades em Belo Horizonte. Está saindo uma resolução agora pra ordenar o  
1141 acolhimento no município, mas não fala da obrigatoriedade das ações com a  
1142 família pelo abrigo. O menino cai lá no acolhimento e ele fica lá por quê?  
1143 Porque o acolhimento não está funcionando para priorizar a provisoriedade.  
1144 Nesse sentido, como proposta prática, eu faço a sugestão de inclusão nesse  
1145 parágrafo de uma frase que não vai descrever nada do que está dito, vai só  
1146 acrescentar. Seria: “As práticas impulsionadoras de novos modelos e arranjos  
1147 requerem a qualificação do fomento, priorizando o acolhimento para famílias e,  
1148 conseqüentemente, a provisoriedade deste acolhimento, além de uma atuação  
1149 preventiva, integrada e setorial”. Vejam que na sequência do Plano, é dito que

1150 o Estado vai priorizar uma assistência técnica para o reordenamento dessas  
1151 unidades de acolhimento. Então, eu gostaria que os senhores avaliassem a  
1152 possibilidade de inclusão dessa frase que eu estou colocando. Como é que a  
1153 gente encaminha isso? **LÚCIA:** Bom. Conselheiro Ítalo, eu não poderia deixar  
1154 de me manifestar. Eu conversava com os técnicos que trabalham comigo lá no  
1155 município, e eu vou te dar um exemplo do que estamos querendo dizer com  
1156 esse texto. Quando eu cheguei ao meu município atual, eu tinha o que tenho  
1157 hoje enquanto rede, todas superlotadas. E aí eu pactuei com a rede que antes  
1158 de sair da gestão, eu queria vagas ociosas na rede, por quê? Porque é muito  
1159 desafiador qualificar o Conselho Tutelar como órgão de mediação que ele  
1160 deveria ser. Foi pra isso que ele foi criado. Isso foi muito discutido na Câmara  
1161 Técnica da CIB. Esse é um desafio, por isso estão citadas várias vezes ao  
1162 longo do texto. Quando eu fui presidente do Conselho de Belo Horizonte, por  
1163 vários anos, nós chegamos, inclusive, a suspeitar internação para alimentar a  
1164 questão, por quê? Porque você pegava os processos e não entrava uma única  
1165 medida preventiva e qualificada para aquela família. Eu entendo do que  
1166 precisamos agora é de quebra de paradigma, e se a gente não tiver coragem  
1167 de fazer, a realidade não vai mudar. Portanto, eu antecipo o meu  
1168 posicionamento contrário em qualquer alteração no texto nessa direção.  
1169 **SHIRLEY:** Inclusive quando a Simone falou do efeito dos CREAS que podem  
1170 ser individuais e que tem mais de 50 casos. Eu pensei nisso. E a Lúcia repetiu  
1171 agora. A questão da proteção não funcionar, alimenta essa situação nos  
1172 CREAS. Eu vejo isso cotidianamente. E piora, por quê? Porque a básica não  
1173 funciona, não faz o trabalho proativo. Quando chega lá no CREAS, fica essa  
1174 situação “pipocando”, junta com uma rede que nós temos lá de instituições  
1175 antigas, que tem todo histórico ali. Quando você vai trabalhar com elas, elas  
1176 tem essa resistência. Quando a gente trabalha a questão do abrigo, realmente  
1177 tem que inverter a lógica. Essa discussão começou inclusive em um GT,  
1178 quando o CEAS começou uma resolução junto com o CEDCA. Estava se  
1179 discutindo a regionalização, mas com a lógica reversa, valorizando o abrigo.  
1180 Quando foi fazer o levantamento da situação no Estado, ficou claro que não  
1181 fazia sentido, era perpetuar o propósito, porque o SUAS não estava  
1182 implantado como tinha que ser. Como parecia que tinha que ser. Estava dado  
1183 como implantado, mas não estava funcionando. Para que haja uma mudança  
1184 de paradigma, preciso bater muito forte nessa tecla, por quê? Se nós dividimos  
1185 as forças, vai ficar difícil de definir um norte. É claro que é uma consequência.  
1186 Se você conseguir organizar a básica, por consequência a especial, média, por  
1187 consequência a alta vai se organizar e o espaço do abrigo vai se sobressair  
1188 como ele deve ser dentro dessa nova conjuntura. Realmente, tem que voltar  
1189 nesse processo, senão não vamos conseguir caminhar não. **ÍTALO:** Desculpa.  
1190 A defesa que vocês estão fazendo insistente da mudança de paradigmas, eu  
1191 estou 100% de acordo. Ela está sendo tão bem feita, que parece que as  
1192 demais modalidades de acolhimento elas não tem serventia. É isso o que eu  
1193 estou tentando dizer. Aqui nesses três parágrafos fica parecendo isso. Ok. É  
1194 uma maneira de se posicionar. Nós vamos entrar de sola e fazer a defesa  
1195 deste reordenamento a partir dessa diretriz? Bacana, é uma maneira de se  
1196 posicionar. Eu vejo que determinada posição, também traz junto outra posição,  
1197 é isso que eu estou chamando aqui. Abrigos não funcionam. Eles não  
1198 funcionam por conta de todas as questões que a Lúcia e a Shirley colocaram.  
1199 Eles deveriam funcionar. As crianças e os adolescentes que estão lá, eles

1200 precisam de apoio técnico. O abrigo ele precisa ser fortalecido naquilo que ele  
1201 não é fortalecido. Não é cuidar da criança, é cuidar da criação, é o trabalho  
1202 com as famílias, é a priorização da prioridade. Como eu estou propondo, a  
1203 gente coloca em votação. A gente está aqui pra isso, pra resolver o que  
1204 precisa ser resolvido. **SIMONE:** Eu acho que tem compreender o rumo político  
1205 de um documento deste. Aqui nós não estamos discutindo serviços da média,  
1206 da básica e da alta. Não estamos discutindo serviços aqui, nem modalidade de  
1207 atendimento. O que nós estamos discutindo é rumo de como que nós vamos  
1208 para 2016. O rumo apontado aqui é abrigo fechado, trancado, sem nenhuma  
1209 criança dentro. Esse é o SUAS que nos queremos, ninguém lá dentro. Esse é  
1210 o rumo que nós queremos para o SUAS em Minas Gerais. Do ponto de vista  
1211 do rumo político, foi um debate que nós fizemos, está corretíssimo. Inclusive  
1212 nesse item aqui está chamando a atenção para uma coisa que isso sim  
1213 deveria ser assunto de debate, espero que seja nessa Conferência, que são a  
1214 existência em Minas Gerais de acolhimento que tem 300 pessoas, 500  
1215 pessoas, que tem 50 anos, 60 anos, nasceram lá dentro, vão morrer lá dentro,  
1216 não tiveram família. É isso que nós estamos discutindo aqui, isso é uma coisa.  
1217 A outra, não está escrito no texto que nós vamos fechar qualquer tipo de  
1218 modalidade dos serviços do SUAS. Ninguém vai fechar os abrigos, mesmo  
1219 porque em Minas tem bastante. Onde tem vazio de acolhimento é lá no norte  
1220 de Minas. Então não são só 80 vagas não, 80 são as vagas que nós  
1221 pactuamos agora em uma modalidade que não existe em Minas, vou repetir de  
1222 novo, Família Acolhedora enquanto política do Estado, fora raríssimas  
1223 experiências com o município. As que existem com experiências são os  
1224 técnicos profissionais ou as entidades que sustentam essa posição no  
1225 município. Um documento deste é político demais pra gente ficar discutindo  
1226 qualquer coisa aqui dentro de abrigo. Eu estou só fazendo coro aqui com as  
1227 conselheiras Shirley e Lúcia. Com relação ao cofinanciamento, talvez a gente  
1228 tenha pesado demais na mão, viu Shirley? Esse é sempre um debate, porque  
1229 a proteção especial tem que ser responsabilidade prioritária do Estado e  
1230 Governo Federal. Talvez a gente devesse colocar a palavra “prioritária”. Não  
1231 tem jeito o pobre do município não cofinanciar com nada, eu sei. Eu gostaria  
1232 muito, viu Shirley? Mas eu concordo com você plenamente. E a observação  
1233 que o Júlio fez, ela é pertinente. Se o rumo que nós queremos dar, e nós já  
1234 discutimos isso aqui, é de que nós vamos fomentar, fortalecer a União de  
1235 Conselhos, então tem que estar escrito claramente, porque senão, fica  
1236 parecendo que nós vamos inventar outra coisa. Então eu concordo também  
1237 com o Júlio. **DENISE:** Eu quero dialogar mesmo com o Ítalo no seguinte  
1238 sentido. Tem um ditado que diz, eu nem sei quem disse, mas eu  
1239 particularmente gosto muito e que diz: “Princípio a gente não negocia”. A gente  
1240 pode negociar estratégia, a gente pode flexibilizar estratégias, mas princípio  
1241 não. Princípio você tem ou não, acredita ou não. Esse Conselho vem  
1242 colocando este debate, essa discussão, de nenhuma criança em abrigo nos  
1243 próximos anos como princípio. Desde o ano passado, quando começaram a  
1244 enxurrada de TACS, colocando os municípios enlouquecidos, como  
1245 estratégias de promotores pra dar uma resposta imediata à sociedade local,  
1246 este Conselho, Ítalo, foi obrigado a se manifestar. Os municípios chegaram  
1247 aqui falando: “O que vocês têm a dizer pra gente?” Os prefeitos enlouquecidos  
1248 porque tinham que assinar os TACS, abrindo portinhas de casas alugadas sem  
1249 nenhuma condição e colocando os meninos lá dentro. Inclusive em uma das

1250 cláusulas do TAC que a gente leu sob pena do prefeito responder  
1251 criminalmente pelo o não cumprimento. Então a gente negociou como  
1252 princípio. Esse instrumento como é um instrumento político, que diz da direção  
1253 que esse Conselho quer dar pra essa discussão, esse princípio a gente não  
1254 pode negociar. Essas questões que você está me colocando me parecem no  
1255 campo das estratégias e elas são válidas mesmo. Enquanto os abrigos  
1256 continuarem a existir, e vão mesmo por muito tempo, você tem toda a razão,  
1257 nós precisamos investir na qualificação desse serviço, para um permanência  
1258 menos danosa enquanto essas crianças estiverem. Negociar nesse momento,  
1259 não dá. Nós podemos pautar em outro momento e discutir essas estratégias,  
1260 essas possibilidades, que podemos voltar a negociar e a discutir. O princípio  
1261 de nenhuma criança dentro de abrigo e a direção que esse texto dá pra que a  
1262 gente possa sentar nas Conferências e discutir, esse Conselho não pode  
1263 recuar, o que não nós dá nenhuma inviabilidade de você colocar a sua  
1264 proposta de texto, pra que a gente possa, ao menos, apreciar. Isso eu acho  
1265 que a gente pode e deve garantir. **MARIA:** Faltam 3 minutos para meio dia e  
1266 nós estamos com essa tanto de inscrição. É pra gente ser mais sucinto,  
1267 porque já debatemos demais o texto, não é? **MAURO:** Eu já viajei muito  
1268 espiritualmente, mesmo estando presente aqui em meu corpo. A Maria até  
1269 pensou que eu estava cochilando. Para se ter a ideia, eu escutei elas falando.  
1270 Nós estamos trazendo essa dinâmica aqui, e eu imaginando como nós vamos  
1271 fazer proposta pra ir para o meio rural, para as comunidades tradicionais que  
1272 estão lá. Eu entendo que nesse momento tomara que nem vá mesmo, porque  
1273 o nosso povo tem uma cultura diferenciada de cuidar das crianças, do povo da  
1274 terceira idade. Deus me livre e guarde se chegar lá! Eu estou pedindo muito. É  
1275 sério! Porque se a convivência gira em torno de uma cidade capital, é que o  
1276 Estado tem que cuidar, que há alguém, se for pra cuidar lá nós mesmos nos  
1277 cuidamos. A Maria é prova real disso, as crianças dela estão lá, chegam à  
1278 casa da avó, chegam à casa do tio, é assim, sabe? De repente, aonde é que  
1279 está o pai? O pai está na lavoura. Onde é que está a mãe? Foi levar comida  
1280 para os seus filhos, e onde que estão os filhos? Os filhos estão por aí. Você  
1281 não vê o Conselho Tutelar falar que vai cuidar. Eu estou na secretaria hoje e  
1282 eu vejo a equipe falando assim: “Gente, mas antes, a gente tinha tanta  
1283 dificuldade lá no meio rural. Hoje a dificuldade que chega aqui pra nós é do  
1284 povo que está aqui mesmo, dentro da cidade”. Professor só vai lá quando  
1285 inicia as aulas para pegar material, porque tem essa condição. Então assim, é  
1286 só pra dizer pra vocês. Meu coração bateu muito forte, e eu preocupado como  
1287 é que vamos fazer pra inserir a política de assistência social e outras políticas  
1288 no meio do campo. Podemos até fazer isso um dia Maria, mas, por enquanto,  
1289 nessas condições aqui, nós não vamos mesmo. As associações Volney, que  
1290 nós temos lá, elas sentam pra debater os possíveis problemas. Até mesmo pra  
1291 nossa inscrição aqui nós tivemos dificuldade. “O que vocês fazem lá?”  
1292 “Fazemos mutirões, habitações, cuidamos das nossas crianças”. “Mas qual é o  
1293 projeto?” “Eu não sei, um tanto”. “Mas qual é o principal?” “Não sei”. “Vocês  
1294 tem que prestar assistência”. Eu só sei que nós fazemos um “tiquibum”, que é  
1295 a palavra que a gente usa. É um “tiquim” de cada coisa. Eu só sei que as  
1296 nossas crianças estão bem cuidadas pela natureza divina e pela fé, que muito  
1297 de nós acreditamos. É isso, obrigado. **VOLNEY:** Quem é que escreveu o  
1298 texto? Está sem assinatura dos autores. Eu acho que nós devemos pelo  
1299 menos citar os autores que escreveram, porque senão está muito vago, não é?

1300 O que vocês acham? **SHIRLEY:** É porque nós trabalhamos muito na  
1301 assistência e como não lança relatório, não assume o trabalho. Tem que  
1302 começar a assumir. **VOLNEY:** Essa é a minha sugestão. **RONALDO**  
1303 **CAMARGOS:** Diante da discussão que foi feita aqui, eu vou me ater ao texto.  
1304 Talvez seja interessante a gente colocar no texto da mesma forma que a gente  
1305 colocou alguns conceitos, porque na verdade, eles tratam da proposta de  
1306 regionalização. Diante da intervenção do nosso companheiro Ítalo, e de outros  
1307 conselheiros, talvez seja interessante a gente falar um pouco da proteção  
1308 especial, porque aqui ficou muito restrito aos municípios de pequeno porte,  
1309 que não cabe nesse latifúndio. Nós estamos falando aqui para equipamento  
1310 para município até 20 mil habitantes. Como nós vamos fazer Conferências  
1311 Regionais não só pra município de pequeno porte, eu senti falta no texto da  
1312 gente falar um pouco do que é a política da regionalização para os municípios  
1313 acima de 20 mil habitantes. Eu acho que tem que colocar aqui o que está  
1314 colocado nas normativas do SUAS, que é responsabilidade do município, é  
1315 responsabilidade da União a questão dos CREAS, que faz um link com isso  
1316 que a Simone disse da nossa proposta. A nossa proposta ela vai além para  
1317 proposta do município de pequeno porte. Porque pode ajudar a gente também  
1318 a fazer esse debate lá na Conferência Regional. Então, é nesse sentido que eu  
1319 queria fazer a minha contribuição aqui no texto, porque eu acho que vai ajudar  
1320 para os conselheiros, vai ajudar pra nós fazermos essa discussão, esse  
1321 debate de uma forma mais tranquila diante do público que nós vamos receber  
1322 nas Conferências Regionais. **JULIO CÉSAR:** Eu vou fazer dois comentários  
1323 aqui. O primeiro é na questão do acolhimento institucional, que várias vezes  
1324 são desenvolvidos pela rede privada, não é? Eu acho que temos que nos  
1325 aproximar da rede privada levando essa ideia, senão a gente vai acabar  
1326 fazendo aquilo que a Lúcia falou que a rede privada vai acabar. Ainda existem  
1327 outros públicos que a rede privada por atuar. Na questão do acolhimento, eu  
1328 penso que o acolhimento deveria ser a última da última instância mesmo, não  
1329 é? A agressão, a pessoa que é vítima de maus tratos, ela já tem várias  
1330 violações de direitos. O direito dela é violado novamente quando ela sai do seu  
1331 ambiente e é transferido para Casa Lar. E tem mais outra violação quando ele  
1332 sai e é transferido para outro município, não é? Então a gente deveria pensar  
1333 na perspectiva de talvez o agressor, o violador, sair do ambiente, não aquele  
1334 que já está sendo violado. Então a gente tem que pensar dentro dessa lógica.  
1335 **ÍTALO:** Eu tenho perfeita consciência do conteúdo político desse texto. Na  
1336 outra plenária eu falei, fui alertado e eu compreendi dos momentos. Nesse  
1337 sentido, eu vou manter a minha proposta de colocar uma pequena mudança  
1338 no texto, e a gente coloca em votação. Eu tenho outro destaque que é na  
1339 página 10 do tópico das regiões metropolitanas. Na regionalização do serviço  
1340 de criança e adolescente foi especificado qual era a medida, aqui no tópico  
1341 das metropolitanas apenas foi citado o que a região metropolitana é. Não foi  
1342 dito a proposta, porque lá no Plano de Regionalização tem, não é? Tem duas,  
1343 a questão dos abrigos, enfim. Está lá no documento, então, eu acho que tem  
1344 que está aqui. É uma questão do texto. Outra coisa, lá no final na página 13,  
1345 também é uma questão contextual. Quando entra nos princípios, há uma  
1346 quebra do texto muito grande em relação o tópico anterior. A minha sugestão  
1347 prática é inclusão de um tópico de conclusão ou um título de conclusão. A  
1348 gente está falando das ações das participações nos Fóruns Regionais e ai de  
1349 repente a gente pula para os princípios, não faz muito sentido. Então é só pra

1350 colocar um tópico de conclusão. **VOZES AO FUNDO** É na página 13 quando  
1351 fala PPAG e LOAS. Aqui você encerrando um tópico, e aqui você começa a  
1352 conclusão do texto. A minha sugestão é que coloque um título, se os senhores  
1353 acharem pertinente e quem construiu o texto. **MARTA SILVA:** É só prestar um  
1354 esclarecimento. Esse texto foi construído realmente há várias mãos, muitos  
1355 corações e muitas cabeças. Todo mundo colocou aí o melhor que podia tentar  
1356 expressar. Texto é texto, ainda mais construído de uma forma coletiva. Nós  
1357 sabemos que uma talvez uma pessoa possa interpretar assim, em outra forma  
1358 de linguagem. A gente tentou dar um viés que fizesse a construção do texto.  
1359 Tem um pedaço que foi a Dra. Paola que ajudou a construir no item, por  
1360 exemplo, que é o da regionalização dos serviços para convivência familiar de  
1361 crianças e adolescentes. Aí está expressa uma colaboração do MP. Então  
1362 foram várias pessoas. Porque que não tem autores? Porque eram vários  
1363 autores, SEDESE, academia, MP, e tal. Na comissão organizadora, não é  
1364 porque a gente não queria dar crédito, nós entendemos que as pessoas que  
1365 trabalharam no texto, ele deixou de ser autoria e passou a ser deste Conselho  
1366 para a Conferência Regional. É só por causa disso. Eu queria dar essa  
1367 explicação. Ele passa a ser um texto desse Conselho Estadual e não apenas  
1368 de quem contribuiu no texto. Foi uma decisão da comissão organizadora,  
1369 tomar esse caminho, está bom? Inclusive com os autores, foram os eles que  
1370 discutiram isso em uma reunião na comissão organizadora. É por isso que não  
1371 aparece aí, tá? Só pra justificar pra essa plenária. **VOLNEY:** Eu acho oportuno  
1372 então, dizer que o texto foi escrito por várias mãos, vários colaboradores, e  
1373 passou pela aprovação do Conselho Estadual, porque, até mesmo, para as  
1374 pessoas terem essa compreensão de linguagem aqui ou porque dessas  
1375 mudanças de parágrafos. Eu acho que devemos sim citar. O texto não foi  
1376 escrito pelo Conselho Estadual, ele não foi escrito por nós. Eu acho que é  
1377 importante dizer isso para as pessoas, que foi escrito por várias mãos,  
1378 inclusive com colaboração do MP. **RONALDO GONÇALVES:** Quanto o que o  
1379 Volney coloca, o texto foi escrito com pontos deliberados dentro deste  
1380 Conselho. Ele foi construído baseado nisso. Ele não foi apenas apresentado.  
1381 Houve uma construção, houve um debruçar de comissões pra que fosse  
1382 construído a várias mãos esse texto. Muito bem colocado Volney. Eu sei que  
1383 vai ser revisto, mas só a título de colaboração para a secretaria. Seria na  
1384 página 7, Consolação. A gente está nesse texto ainda, não é? Ele vem logo  
1385 abaixo desse parágrafo, vem: “O que a gestão estadual planejou e pactuou?”  
1386 Está logo abaixo desse texto. É o título: “O que a gestão estadual planejou e  
1387 pactuou?” Na página 10 eu também observei aqui. No último parágrafo a  
1388 SEDESE está duas vezes. **MARIA:** Vamos começar agora os nossos  
1389 trabalhos na parte da tarde? Nós temos ainda mais um ponto de pauta, que é  
1390 o texto dos usuários e o texto dos trabalhadores. Também o nosso parecer, o  
1391 nosso ponto de vista, sobre aquela situação que ficou pendente da reunião  
1392 passada, quando nos questionaram sobre a questão da representação aqui no  
1393 Conselho. A gente ficou de na próxima reunião falar sobre, então precisamos  
1394 de um tempo ainda pra falar sobre isso. E também, a nova redação que já foi  
1395 apresentada. Então vamos já para a nova redação? Por aí a gente já fecha  
1396 logo. **DENISE:** É muito engraçado. A gente vai conversando, mas aí a gente  
1397 vai entendendo as coisas. O que a gente entendeu lá? Que a gente estava  
1398 com dificuldade na verdade, porque a gente criou uma norma específica para a  
1399 plenária, relativo ao eixo da regionalização. A gente colocou pontos

1400 específicos de propostas novas para o eixo de regionalização. Na verdade as  
1401 três dimensões que vão ser discutidas, regionalização, trabalhador e o usuário,  
1402 para os três discussões podem existir propostas novas. Então a gente saiu  
1403 desse lugar, de dizer estreitamente sobre a discussão da regionalização para  
1404 um lugar comum que eram as três temáticas. Então vamos com esse  
1405 pensamento na leitura. Das plenárias temáticas. Art. 2º: As Plenárias  
1406 Temáticas são deliberativas em relação aos temas por elas tratados e  
1407 possuem o objetivo de apresentar propostas prioritárias para esses temas.  
1408 Parágrafo 1º Os temas das plenárias são: a regionalização social especial, a  
1409 participação dos usuários, a participação dos trabalhadores do SUAS.  
1410 Parágrafo 5º As plenárias temáticas obedeceram as seguintes fases: I - leitura  
1411 dos textos guia; II - leitura e debate das propostas sistematizadas oriundas das  
1412 Conferências Municipais; III – leitura e debate das novas propostas que forem  
1413 apresentadas a relatoria até às 14h; IV – votação das propostas; V – apuração  
1414 das propostas priorizadas. Se for tendo destaque, vão fazendo que a gente  
1415 para depois. Parágrafo 2º Participam das plenárias temáticas os delegados  
1416 com direito a voz e voto, devidamente credenciados e que estejam de posse  
1417 do crachá de identificação, e os convidados com direito a voz. 3º Os  
1418 participantes da plenária temática poderão fazer inscrição para intervenção  
1419 oral ou encaminhar perguntas por escrito, identificadas com nome,  
1420 representação e município do participante. 4º Cada intervenção oral terá  
1421 duração de no máximo dois minutos. Parágrafo 6º Começa daí as criações. A  
1422 metodologia de apreciação das propostas nas plenárias temáticas será: I –  
1423 leitura das propostas que poderão ser destacadas pelos participantes; II –  
1424 propostas não destacadas serão consideradas automaticamente aprovadas  
1425 por unanimidade; III – apresentação dos destaques solicitados; IV –  
1426 apresentação de uma defesa em favor e uma contrária quando solicitado por  
1427 qualquer participante, obedecendo ao tempo máximo de dois minutos para  
1428 cada intervenção; V – as propostas destacadas serão discutidas e deliberadas  
1429 da seguinte forma: aprovação integral da proposta; aprovação com alteração  
1430 da proposta; rejeição da proposta. Parágrafo 7º Serão consideradas  
1431 aprovadas, as propostas debatidas e deliberadas por maioria simples. 8º As  
1432 propostas aprovadas serão rankeadas mediante os votos dos delegados  
1433 participantes da plenária temática da seguinte forma: a) cada delegado  
1434 receberá uma cédula impressa para votação de no máximo quatro propostas  
1435 aprovadas na plenária; b) as cédulas dos delegados com as propostas  
1436 escolhidas serão entregues ao relator da plenária temática; c) os votos serão  
1437 apurados e consideradas prioritárias as quatro propostas mais votadas; d) a  
1438 apuração dos votos se dará concomitantemente ao processo de escolha de  
1439 delegados para a Conferência Estadual; e) as propostas priorizadas serão  
1440 apresentadas na plenária final pelo coordenador da plenária temática. Até aí  
1441 sem destaques? A Simone tem um destaque. Art. 3º as moções a gente não  
1442 mexeu Vocês viram que ficou capítulo específico da plenária temática, e fala  
1443 de plenária e propostas. Da plenária temática a gente situou o que é,  
1444 colocamos quais são os temas da plenária temática. Isso aí que é novo. Quais  
1445 são as fases? Na hora que a gente chegou na plenária temática, nós vamos  
1446 iniciar com a leitura dos textos guia. **SIMONE:** Destaque aqui. **DENISE:** Então  
1447 vamos lá. **SIMONE:** Quero sugerir no item I, II e III do parágrafo 1º a gente  
1448 colocar apresentação e debate, não leitura. **DENISE:** Ali só colocou leitura e  
1449 debate. Apresentação e debate. Então chegou no grupo e é isso, a gente vai

1450 ler os textos guia. Ah! Só pra chamar atenção, antes que alguém lembre. As  
1451 diretrizes da regionalização estão dentro do texto guia da regionalização, estão  
1452 lembrados? É só pra não precisar colocar os dois documentos ali.  
1453 Apresentamos as propostas das Conferências, vamos ter as novas propostas  
1454 e vamos para votação e apuração. **VOZES AO FUNDO VOLNEY:** Item IV –  
1455 Apresentação de uma defesa em favor e uma contrária. Pode ser solicitada por  
1456 qualquer participante ou só para os delegados? Qualquer participante? Ok.  
1457 **VOZES AO FUNDO MARIA:** Ficou bom, não ficou? Todos os conselheiros  
1458 concordam com a proposta apresentada de redação? Muito bem. Não precisa  
1459 votar, só permaneça como está. Alguém contrário? Então muito bem.  
1460 Considere aprovado por unanimidade. **APLAUSOS** O próximo ponto é o texto  
1461 dos usuários. A Consolação está pedindo aqui pra justificar porque, a gente,  
1462 nós não conseguimos fazer cópia pra todo mundo, até porque ela e a Marta  
1463 acabaram de fazer algumas alterações. Inclusive eu tinha até prometido para  
1464 “os meninos” aqui da sociedade civil que a gente ia dar uma cópia para cada  
1465 um. A gente socializa no e-mail depois. A proposta é que, inclusive, a gente  
1466 possa dar sugestões. Na nossa conversa ontem de manhã, o Volney até  
1467 sugeriu que a gente pudesse estar no decorrer aqui do CEAS a médio e longo  
1468 prazo, construir documentos, resoluções, artigos, que trate dos usuários a  
1469 partir do ponto de vista deles mesmos. Foi uma proposta muito interessante.  
1470 Os espaços das Conferências Regionais é um espaço bacana da gente saber  
1471 o que os usuários pensam. Então este texto aqui vai servir de orientação  
1472 básica para as Conferências Regionais, sendo que no futuro o CEAS possa  
1473 estar aprofundando e criando novos artigos no que se trata dos usuários,  
1474 considerando essa perspectiva de colaboração dos próprios usuários, uma vez  
1475 que avaliamos que isso é uma dependência em nível nacional. O próprio  
1476 Conselho Nacional não conseguiu nos dar o suporte devido no que tange os  
1477 usuários, principalmente, no que tange a proposta dos Fóruns de usuários, que  
1478 é um aprendizado também nacional sobre essa perspectiva dos usuários. Está  
1479 todo mundo querendo saber, mas todo mundo querendo saber como,  
1480 colaborando um com o outro. **LÚCIA:** A proposta do Fórum Nacional dos  
1481 Usuários é exatamente de fazer essa construção a partir das Conferências.  
1482 Eles definiram poucos princípios agora para a coordenação nacional. Não sei  
1483 se vocês tiveram a oportunidade de assistir ao vídeo conferência, que foi feito  
1484 pelo MDS muito bem, dos usuários. Eles colocaram isso, que eles também  
1485 querem fazer essa construção ao longo da Conferência Nacional, de novo.  
1486 **VOLNEY:** Será que não seríamos muitos ousados dentro dos grupos  
1487 temáticos dos usuários, para que haja essa construção nas Conferências  
1488 Regionais, gente? Será que seríamos muitos ousados, para que, dentro da  
1489 temática do texto, essa construção seja feita nas Conferências, pra gente  
1490 começar a puxar isso? Não dá tempo? Vocês acham que não? Nem um  
1491 desenho? Nada? **LÚCIA:** Acho que na estadual talvez, não é? **MARIA:** A  
1492 reflexão fica para gente refletir. Podemos apresentar o texto enquanto vamos  
1493 melhorando a nossa reflexão. Então vamos lá? Usuário e a assistência social.  
1494 A política de Assistência Social tem passado por um processo constante de  
1495 debate e transformação social, perpassando pelas esferas federativas e  
1496 também pela sociedade civil e rede de proteção social. A oferta da Assistência  
1497 Social no Brasil a partir da promoção de proteção social, se organiza por meio  
1498 do SUAS, com ações baseadas nas orientações da PNAS - Política Nacional  
1499 de Assistência Social; caracterizada como um sistema descentralizado e

1500 participativo, evidenciando perspectivas de espaço nas agendas de debate.  
1501 Nota-se que ao longo da história da Política de Assistência tem se preocupado  
1502 com a oferta dos Serviços de Proteção Social Especial, com a atuação dos  
1503 Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, com os  
1504 programas sociais, etc., mas ainda é muito deficiente a assistência de ações,  
1505 serviços e resoluções que compreende a situação dos usuários, e ainda de  
1506 programas que observa a participação de usuários de suas diversidades: as  
1507 mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência e outros, como  
1508 população de rua, os povos tradicionais, usuários de drogas, profissionais do  
1509 sexo, etc. Contudo, estas questões requerem um novo olhar da assistência  
1510 social. O SUAS está fundamentado numa concepção emancipatória do ser  
1511 humano, focada na sua inserção social, cultural, política e econômica, baseada  
1512 na garantia de direito e na seguridade social. Essa conjuntura se fortalece,  
1513 quando construído e implementado por pessoas, que fazem dos espaços de  
1514 atuação seu lugar de vida, trabalho, cultura e relações sociais baseados no  
1515 respeito às diferenças e o combate a todas as formas de desigualdades e  
1516 discriminação, em especial de gênero, geração, raça e etnia. A lei nº 12.262 de  
1517 Julho de 1996, estabelece a Política Estadual de Assistência Social em Minas  
1518 Gerais e sistematiza seus princípios, objetiva as diretrizes da organização e da  
1519 Gestão dos benefícios, serviços e programa socioassistenciais no Estado.  
1520 Pactuando grandes avanços e conquista na sociedade, mas ainda apontando  
1521 a necessidade de reconhecer os usuários, como sujeitos políticos que  
1522 mobilizam, articulam e dinamizam o SUAS para transformar as relações  
1523 sociais e construir condições dignas de vida. Requer, ainda, elevar o SUAS a  
1524 compreender que a sociedade é um espaço complexo de vida e de riqueza  
1525 cultural, mas também de conflitos e contradições, caracterizado pela  
1526 diversidade e por relações de poder presentes em todos os espaços sociais,  
1527 na família, na comunidade, no território e nas organizações. Temos em nossa  
1528 realidade a marca de um modelo de desenvolvimento conservador e  
1529 excludente e concentrador de riquezas e de renda, que carrega um resultado  
1530 de problemas sociais, econômicos e culturais em todo país. Na década de  
1531 1990 o modelo neoliberal causou um processo de reestruturação do  
1532 capitalismo, baseado na especulação financeira, ainda hoje em curso no  
1533 campo e na cidade, que fez ampliar a exclusão e aprofundar as desigualdades  
1534 sociais. Esse modelo gerou pobreza, destruiu oportunidades de trabalho,  
1535 atentou contra as identidades e a diversidade cultural e provocou a evasão da  
1536 população do campo. A Assistência Social - SUAS veio afirmar para a  
1537 sociedade a importância da garantia de direito e de mais oportunidade de  
1538 geração de renda e de vida digna para população em vulnerabilidade social,  
1539 com desenvolvimento social capaz de possibilitar condições gerar seres  
1540 humanos mais evoluídos e emancipados da pobreza, com efetiva participação  
1541 dos usuários, trabalhadores, e ainda com processo de envolvimento e  
1542 comprometimento dos gestores públicos. Contudo, ainda, se mostrou  
1543 necessário e essencial a democratização do acesso ao SUAS como política  
1544 pública de direito com igualdade de oportunidades e exercício pleno da  
1545 cidadania, acesso à saúde, educação, lazer, cultura, habitação, segurança,  
1546 etc. Sem essas condições permanece a miséria e a fome, sobretudo da  
1547 juventude, dos negros, das mulheres e idosos indicando a falta de alternativas  
1548 para sua segurança de futuro. Transformar essa realidade só é possível com  
1549 alternativas de serviços, programa e um SUAS que invistam na integralidade

1550 das políticas e serviços, com capacidade de ofertar e reconhecer os usuários  
1551 como parte de um conjunto de sujeitos que tem suas características  
1552 específicas, modo de vida, de produção, sua cultura, e ainda que se localiza  
1553 em regiões geográficas que tem suas especificidades locais. O SUAS hoje  
1554 requer um olhar para o seu próprio objetivo, com necessidade de compreender  
1555 que qualidade de vida e dignidade humana se constrói com a articulação  
1556 dinâmica entre crescimento econômico, respeito à diversidade, a cultura, a  
1557 raça, ao patrimônio, ao meio ambiente, às tradições, relações sociais, culturas  
1558 e saberes populares, organização e participação política dos povos e  
1559 comunidades tradicionais considerando o campo, a floresta e as águas, as  
1560 questões de gênero e geração, garantindo o equilíbrio entre os espaços de  
1561 convivências e ofertas de serviços às pessoas e o meio onde elas vivem.  
1562 Considerando os avanços da Assistência Social, nota ainda a necessidade de  
1563 interagir e de se relacionar a família, com comunidade e os diversos espaços  
1564 da vida social, a novas práticas baseadas no respeito às individualidades e  
1565 diferenças, capazes de fortalecer a cooperação entre pessoas, grupos e  
1566 povos, para construir alternativas de produção, consumo, comércio, e formas  
1567 de bem viver. Onde a ação e os serviços sejam construídos com alternativas  
1568 de convivência e organização nos diversos espaços da vida cotidiana, do  
1569 trabalho e da produção, da cultura e do lazer e tendo como resultado o  
1570 combate a todas as formas de desigualdades sociais, em especial as  
1571 desigualdades de gênero, de geração, de raça e de etnia. Os próximos dez  
1572 anos o SUAS necessita desencadear ações de combate às consequências  
1573 perversas do atual modelo de exclusão social e de fragmentação dos  
1574 trabalhadores da área, vem pautar políticas públicas e sociais que visam  
1575 construir uma sociedade justa e solidária, que assegure qualidade de vida, a  
1576 alimentação saudável, a luta pela valorização da política e o combate à  
1577 pobreza. A atuação dos gestores e dos trabalhadores na implantação do  
1578 SUAS, para a inclusão e acesso dos usuários é desafiadora uma vez que  
1579 exige ações e políticas estruturantes que assegurem um processo de  
1580 mobilização, organização e capacitação permanentes. Implica, portanto, na  
1581 intervenção articulada e qualificada nos níveis local, estadual e nacional para  
1582 potencializar e garantir elevação social e conhecimento aos usuários e quebra  
1583 de paradigma dos trabalhadores e gestores. Essa atuação se efetiva em várias  
1584 frentes, como nos processos políticos eleitorais, no parlamento, nos espaços  
1585 de construção e gestão de políticas públicas e sociais (conselhos, fóruns,  
1586 grupos de trabalhos, comissões) considera aqui como fundamental os fóruns  
1587 de trabalhadores, usuários e COGEMAS. O SUAS vem ganhando uma nova  
1588 dinâmica que vem sendo construída, ampliando e fortalecendo as formas de  
1589 ofertar seus serviços, diversificando e qualificando os sujeitos e atores  
1590 envolvidos, de modo a possibilitar que os usuários assumam o papel ativo nas  
1591 políticas sociais. Que, embora importantes, não dão conta de superar as  
1592 consequências originárias do modelo de desenvolvimento neoliberal  
1593 implementados em Minas e no Brasil. Os usuários dessa forma se apresentam  
1594 como sujeitos de direito, e requer um olhar especial que considere sua unidade  
1595 na política de assistência social, considerando a oferta dos serviços, que  
1596 dialogue com a construção de um modelo socialmente justo e produtivo,  
1597 culturalmente dinâmico, potencialmente viável e com geração de renda e  
1598 trabalho permanente. Contudo uma efetivação de políticas públicas e sociais  
1599 que garantam vida digna; a configuração de novas relações sociais, entre

1600 pessoas e destas com o meio social e sua capacidade organizativa. Esses  
1601 aspectos constituem desafios permanentes para a transformação das relações  
1602 e práticas entre as pessoas, serviços, gestão e trabalhadores nos espaços DE  
1603 convivência, e de trabalho cotidiano e militância, para o exercício da  
1604 democracia e o protagonismo político dos diversos sujeitos do SUAS. Esse  
1605 processo de transformação deve se refletir nas políticas públicas e sociais de  
1606 modo a dinamizar a gestão pública e prover as necessidades dos sujeitos,  
1607 respeitando a diversidade social, cultural e política e assegurando o pleno  
1608 exercício de sua cidadania. O fortalecimento dos usuários vem dialogar com a  
1609 ampliação e fortalecimento da assistência social; pelo fim do trabalho escravo;  
1610 pela proteção infanto-juvenil; por uma integralidade das ações; por políticas de  
1611 assistência sustentável e permanente; pela dignidade humana, pela  
1612 qualificação técnica dos trabalhadores, pela ampliação das oportunidades de  
1613 emprego, trabalho e renda com igualdade de gênero, geração, raça e etnia.  
1614 Está repetitivo, não está? Muitos desafios ainda se apresentam ao SUAS com  
1615 os usuários para que possa realizar seus princípios. O enfrentamento desses  
1616 desafios deve articular ações que ampliem a democracia interna das políticas  
1617 e órgãos de oferta com dinamismo e inter-relação das suas organizações,  
1618 fortalecendo a sua capacidade de mobilização e de enfrentamento das  
1619 questões estruturais da gestão pública em Minas Gerais. O combate aos  
1620 processos de burocratização tecnicistas e das normas individualista  
1621 tradicionais de assistencialismo e da troca, como também da degeneração das  
1622 condições de vida dos trabalhadores da política, para erguer sua posição de  
1623 controle social que são essenciais para construir vida digna e superar as  
1624 desigualdades. Essa nova postura para o SUAS requer ações específicas da  
1625 categoria e articulação com outras organizações, políticas e segmentos da  
1626 sociedade. Uma assistência social que propomos só é possível de se  
1627 concretizar plenamente, se articulada a mudanças na sociedade, que ainda  
1628 implica em superar a distância entre campo e cidade, pois ambos os espaços  
1629 compõem uma dinâmica social que configura o perfil sócio econômico e  
1630 político de Minas Gerais. Necessita não somente de políticas públicas  
1631 intersetoriais que atendam ao projeto da unidade familiar e das cadeias  
1632 produtivas, mas que garantam mercados e formas de abastecimento, trabalho  
1633 e elevação da escolaridade permanente, possíveis se houver práticas  
1634 efetivamente solidárias no esforço de construir uma Minas Gerais justa,  
1635 democrática e soberana. Para tanto, o SUAS deve ser capaz de avançar em  
1636 ações, ofertas de serviços, políticas de aliança e parcerias. **VOZES AO**  
1637 **FUNDO** Sim. Pode, por favor. **WILSON:** Usuários e trabalhadores: aliança  
1638 estratégica para a travessia. Como já expresso na introdução, a realização dos  
1639 serviços que a política de assistência social se materializa. E o trabalhador é  
1640 instrumento dessa realização. O principal produto dos serviços  
1641 socioassistenciais são as aquisições relacionadas às seguranças da acolhida,  
1642 convívio familiar, comunitário e social e desenvolvimento de autonomia  
1643 individual, familiar e social. Muniz reflete sobre a necessidade da criação de  
1644 vínculos entre o trabalhador e usuário. E não há construção de vínculos sem  
1645 que o usuário seja reconhecido na condição de sujeito. “isto remete ao novo  
1646 perfil que se requer do trabalhador, voltado para a construção do espaço  
1647 público e do direito” (Muniz: 117). “Adotar a perspectiva de totalidade, afirma  
1648 Nery, na abordagem das demandas sociais requer o rompimento com posturas  
1649 profissionais individualistas e reducionistas, reposicionando-as na direção do

1650 exame crítico dos condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais  
1651 produtores da dinâmica de vulnerabilidades sociais presentes na vida cotidiana  
1652 dos usuários” (Nery: 151). Onde se poderia realizar esse vínculo se não no  
1653 exercício cotidiano do trabalho? Atuar profissionalmente na provisão de ofertas  
1654 socioassistenciais não é uma abstração teórica, mas perpassa desde “a  
1655 segurança de acolhida no CRAS, passando pelos serviços da segurança do  
1656 convívio social, familiar e comunitário, aos benefícios de renda, de  
1657 sobrevivência e aos processos de autonomia e protagonismo” (Nery: 149).  
1658 Sposati afirma que “recursos humanos na gestão da assistência social é  
1659 matéria prima e processo de trabalho fundamental”. “A assistência social não  
1660 opera por tecnologias substitutivas do trabalho humano (ibdem)”. Esses  
1661 espaços coletivos buscam a participação qualificada do usuário em variadas  
1662 construções possível de acordo com os territórios, que podem estar em  
1663 municípios de todos os portes populacionais, como várias vezes nos tem  
1664 lembrado Dirce Koga. O que vem antes da ação é sua intenção. Há outro  
1665 enfoque que se ressaltar. A questão da distinção do espaço público do  
1666 privado. A aliança a construir entre trabalhadores e usuários se pauta no fato  
1667 principal dessas duas categorias defenderem o espaço público. Sugestões e  
1668 contribuições para práticas participativas no SUAS. Longe da pretensão de  
1669 fazer recomendações, propõem-se alguns olhares possíveis para o campo de  
1670 práticas participativas. Registro de práticas alternativas, que busquem novas  
1671 formas de viabilizar os direitos. É o caso de se questionar se as deliberações  
1672 das Conferências vêm sendo observadas? Por que não são relatadas? É  
1673 pouco explicitado e exigido, que os espaços participativos se tornem mais  
1674 amplos? Comissões de bairros, assembleias, fóruns, oficinas são formas  
1675 coletivas de se tratar questões individuais. Dessa maneira como vem sendo  
1676 fomentada a participação de usuários? E por fim uma questão pode ainda ser  
1677 formulada: qual o envolvimento dos profissionais nas realizações de tais  
1678 atividades? Existem varias linhas de hipóteses sobre essa questão. Uma delas  
1679 interroga se as novas gerações profissionais que não estiveram na luta pela  
1680 conquista do Estado democrático e do direito tem menor pertinência à herança  
1681 histórica recebida. Outra, se os valores individuais da sociedade de mercado  
1682 terá internalizado somente a cultura da eficiência e eficácia pautando salários  
1683 e condições de trabalho. Outra, se a formação profissional tem sido deficiente  
1684 nesse campo. **MARIA:** Quem fez destaque? Antes, como eu li e ajudei o texto,  
1685 agora que a gente lê assim e percebe algumas coisas. Eu vou deixar a Simone  
1686 falar, pra ver se ela tem algumas observações. **SIMONE:** Na verdade, eu vou  
1687 fazer um destaque aqui, que é mais um destaque da minha forma de  
1688 compreensão, que é o penúltimo parágrafo da primeira página, que fala assim:  
1689 “A Assistência Social - SUAS veio afirmar para a sociedade a importância da  
1690 garantia de direito e de mais oportunidade de geração de renda e de vida  
1691 digna para população em vulnerabilidade social, com desenvolvimento social  
1692 capaz de possibilitar condições gerar seres humanos mais evoluídos e  
1693 emancipados da pobreza”. Eu compreendo que a assistência social, ela tem  
1694 pouca capacidade de gerar seres humanos mais evoluídos e emancipados da  
1695 pobreza na minha opinião. Eu acho que o máximo que a gente consegue  
1696 fazer, enquanto política pública, é criar condições de mudar as condições, e  
1697 não os seres humanos. Entendeu? Porque aqui fica parecendo que o  
1698 problema está no ser humano. Então a minha sugestão é: “Condições de  
1699 meios mais evoluídos, ou territórios”. Sei lá o que a gente colocaria. A minha

1700 proposta é tirar o foco dos seres humanos. **MARIA:** Deixa eu falar o sentido  
1701 que eu queria colocar, mas vamos ouvir os outros. **SHIRLEY:** Se gerar seres  
1702 humanos mais participativos, não seria o caso? É porque na palavra evoluir,  
1703 eu senti uma situação mais fechada, e não é questão. A questão é criar um  
1704 espaço para o crescimento, para construção, para questionar. Eu, pelo menos,  
1705 entendo que é isso. Com relação ao destaque que eu tinha dado, foi por causa  
1706 das palavras “política pública intersetoriais”. É só pra ter certeza que era isso o  
1707 que vocês queriam dizer. Eu queria saber o que é, mas acho que alguém já  
1708 corrigiu aí depois. É intersetoriais, não é? Então tá. É só. **DENISE:** O meu foi  
1709 mais no sentido de que eu senti falta da redação, e está pra discussão  
1710 também. Se for o caso da gente já fazer uma chamada para possibilidade de  
1711 organização desse movimento. No texto, nós não temos pra todo esse lugar.  
1712 Como é que a gente pode fazer essa chamada para os usuários se  
1713 organizarem em Fóruns, Assembleias, qual é o lugar? **WILSON:** Eu só queria  
1714 chamar a atenção, porque a palavra evolução muitas das vezes ela é usada de  
1715 uma forma equivocada, como se fosse desenvolvido. Evolução quer dizer  
1716 mudar, independente se é pra melhor ou pra pior. Então, quando você fala que  
1717 uma coisa ela é evoluída, é porque ela mudou. Nós temos essa concepção  
1718 prévia de achar que a palavra evoluir diz respeito para melhora, mas pode ser  
1719 para pior ou pra melhor. **LÚCIA:** Eu quero trazer duas pontuações. A primeira.  
1720 Eu já escutei a Maria falando ali, mas vou reafirmar. Eu acho que na primeira  
1721 parte do texto esta bastante repetitiva. Eu acho que pode dar uma enxugada  
1722 na questão da diversidade pelo menos. E a outra questão. Eu queria trazer  
1723 aqui uma frase de um usuário, morador que saiu da situação de rua. Quando  
1724 ele estava participando de grupo, que estava preparando a Conferência de  
1725 Assistência, ele foi ouvindo as técnicas. As técnicas estavam explicando para  
1726 ele a estrutura da política, como era a política e tal. De repente ele virou e  
1727 falou assim: “Ah! Agora eu entendi essas coisas que vocês fazem. Mas aqui  
1728 “fulana”, é se eu quiser tá”? Então eu acho que essa ideia tem que passar a  
1729 informação. O técnico tem que ser capaz de deixar o usuário se aproprie  
1730 daquilo que está sendo ofertado a ele na sua concepção, mas a gente também  
1731 reafirmar no texto o protagonismo do usuário quando ele diz isso, é pela  
1732 escolha dele. Se você não me trouxe para a cena, pra relação dialógica, eu  
1733 vou te dizer não. Você pode me mostrar o quanto bonito for uma coisa, mas eu  
1734 vou te dizer que não. Eu que tenho que querer, tem que ser da minha escolha.  
1735 Eu acho que são esses dois pontos que a gente podia ressaltar no texto.  
1736 **CONSOLAÇÃO:** É só uma sugestão de contribuição. No final ali, se citou um  
1737 número de Conferência, mas não tem. Nesse caso aqui que a gente estava  
1738 juntando textos: “As deliberações das Conferências”. É a 7ª, tá? Então tira isso  
1739 aí e põe: “Das Conferências”. **MAURO:** Na página 4, salvo o engano, fala  
1740 assim: “Como já expresse”. Eu queria está direcionado a alguém que  
1741 escreveu. Abaixo no texto, eu acho que tem quatro pessoas que elaboram.  
1742 Então se era isso mesmo, eu não sei. Uma palavra bem bacana que o pessoal  
1743 está dizendo é a questão de apropriação. Eu também tenho essa condição até  
1744 hoje de usuário, e às vezes muitas questões chegam até o usuário, e fica lá “o  
1745 que é que tem pra mim?” Ele não quer saber de nada dessa condição dos  
1746 textos, das palavras técnicas que vão para eles. “Me chamaram aqui e eu vim  
1747 ver. O que tem pra mim?” Então, naturalmente, o usuário não quer nem muito  
1748 compreender a dimensão totalmente. Eu acho que por hoje nós estamos tendo  
1749 muitas pessoas que estão sendo inseridos pela oportunidade de inserção,

1750 desde as crianças, os jovens permanecendo na escola. Eu acho que isso é um  
1751 ganho fantástico. No texto também fala dessa ocupação dos Fóruns, dos  
1752 Conselhos, todas essas dinâmicas. Eu acho que esse envolvimento de  
1753 apropriação da política que ele começa a ter, essa sensação de pertencimento  
1754 de uma coisa e como está sendo feita. Um exemplo é a questão do Bolsa  
1755 Família. Naturalmente quando a pessoa chega lá é assim: “Estão chamando  
1756 você lá. Cortou o seu benefício. A prefeitura cortou o meu benefício”. É só uma  
1757 questão de ajustamento de atualização de dados, e pede-se pra ele ir lá. Aí ele  
1758 já fala: “Bloqueou, cortou o meu benefício” Então ele não tem essa  
1759 compreensão que tem que fazer isso, pra ele continuar recebendo. Era isso.  
1760 **RONALDO CAMARGOS:** Eu queria dar a minha contribuição no texto. Eu  
1761 achei que o texto está muito legal, mas no final do texto, eu acho que faltou a  
1762 gente colocar ali um pouco na linha que o Mauro está dizendo de concreto. A  
1763 questão dos usuários nas Conferências Regionais a gente tem que pensar em  
1764 como trazer os usuários para política e como organizar os usuários. Eu acho  
1765 que faltou a gente apontar algumas diretrizes que pudessem acontecer. Os  
1766 municípios tem muita dificuldade de organização, por exemplo, organizar os  
1767 usuários por serviços, incentivar participação dos usuários nos Conselhos,  
1768 fomentar o Fórum de usuário por região, algumas coisas mais direcionadas  
1769 nessa linha. Eu acho que o texto, ele tem que apontar no final dele alguns  
1770 caminhos, pra que a gente pudesse fazer a discussão no grupo. Como diz a  
1771 Maria no início da apresentação do texto, é uma coisa muito nova. Nova pra  
1772 nós que somos militantes, nova pra nós enquanto gestor, nova pra nós  
1773 enquanto conselheiros. Eu acho que a gente tem que esforçar mais, já apontar  
1774 algumas diretrizes, algumas ações que a gente sugere que possam ser  
1775 deliberadas nas Conferências Regionais, na perspectiva de enfrentar todo  
1776 esse desafio que foi colocado no decorrer da apresentação do texto. Eu acho  
1777 que tem que apontar linhas de direção, de algumas diretrizes, pra que a gente  
1778 pudesse fazer essa discussão na Conferência Regional. Como é que eu vou  
1779 organizar esses usuários tão dispersos nos territórios? Como é que eu consigo  
1780 envolver esses usuários pra que ele possa ter conhecimento de uma decisão?  
1781 Eu acho que a gente tem que pontuar, como foi feito no texto da  
1782 regionalização, que já aponta algumas questões. Eu acho que nesse texto  
1783 também deveria ter o mesmo procedimento de fazer indicativos de questões,  
1784 de diretrizes, pra que a gente possa debater nas Conferências Regionais, de  
1785 como é que nós vamos de fato fazer o envolvimento dos usuários na política  
1786 de assistências social. Quais são os caminhos? Não é a receita, mas apontar  
1787 diretrizes mesmo. Eu acho que faltou isso aí no texto, pra gente inclusive  
1788 fomentar o debate com os usuários. Essa é a minha sugestão, de pontuar, no  
1789 final, diretrizes que a gente sugere enquanto Conselho Estadual, como é que a  
1790 gente pode organizar a categoria de usuários para estarem envolvidos mais  
1791 diretamente na política de assistência social. Era nesse sentido que eu queria  
1792 dar a minha contribuição. **MARIA:** Muito bem, Ronaldo. Nós temos a Simone,  
1793 o Ronaldo da mesa diretora e o Wilson inscritos. Antes deles, eu queria dizer  
1794 que está sendo muito bom o texto aqui, sabe por quê? A Márcia Pinheiro  
1795 esteve nos ajudando na construção desse texto, e aí eu entrei como usuária,  
1796 sabe? Vocês podem ver que as primeiras partes do texto estão meio que um  
1797 desabafo, não é? Então vocês não reparem não. As sugestões estão sendo  
1798 todas bem vindas. A própria Márcia Pinheiro traz alguns questionamentos que  
1799 nós não jogamos direto no texto, mas ela sugere inclusive alguns

1800 questionamentos que nesse espaço de discussão da participação, o que  
1801 queremos apontar nessas perspectivas para atuação dos gestores e  
1802 trabalhadores na implementação do SUAS para inclusão e acesso dos  
1803 usuários? Ela faz esse questionamento. Ela também faz outro questionamento  
1804 de que desafios para ações assegurem um processo de mobilização,  
1805 organização e capacitação permanente? Como fazer para que a intervenção  
1806 articulada e qualificada nos níveis local, estadual e nacional para potencializar  
1807 e garantir elevação social e conhecimento aos usuários? Quais frentes de lutas  
1808 precisam ser reforçadas? Então eu acho que são questões que precisam  
1809 entrar nessa lógica que o Ronaldo está colocando, porque eu acho que  
1810 realmente, é muito importante. Nós fizemos o texto no que tange os usuários,  
1811 a gente não focou no direcionamento e diretrizes para algumas linhas diretas  
1812 ou não de serviços, vocês entenderam? Talvez a gente precise ir nessa lógica.  
1813 No início eu tinha feito uma intervenção, porque no último parágrafo eu cito  
1814 mulheres, jovens, idoso, moradores de ruas, povos tradicionais, usuário de  
1815 drogas, profissional do sexo, etc. Já que eu especifiquei vários, a proposta é  
1816 que a gente especifique no texto também a questão das pessoas com  
1817 deficiência. Eu pensei que a Simone fosse exigir isso, e ela nem lembrou. Quer  
1818 dizer, ela lembrou, só ficou quietinha. No segundo parágrafo eu queria sugerir  
1819 que a gente especificasse também. No segundo parágrafo também, eu citei a  
1820 questão de gênero, raça e etnia, lembrando que, no decorrer do texto, eu  
1821 venho citando novamente. Aqui no terceiro parágrafo eu penso que a gente  
1822 poderia fechar o parágrafo, considerando todas as condições de acessos,  
1823 entendeu? Que eu acho que vamos dar sentido a esse mundo de usuários que  
1824 nós temos. Era isso o que eu queria dizer. **RONALDO GONÇALVES:** Na  
1825 verdade os próprios instrumentais do CNAS que trazem querendo ou não a  
1826 própria discussão da política, eles trazem muita subjetividade, e a gente dá  
1827 pouca objetividade em como operacionalizar. A gente, às vezes, temos a  
1828 intenção, mas não traduzimos de forma direta e objetiva como operacionalizar.  
1829 Vários municípios tem essa dificuldade. A gente precisa entender, até porque  
1830 estamos falando de usuários. Eu vou aproveitar um pouco a colocação que o  
1831 Volney colocou, se seria oportuno tratar sobre isso nessa Conferência  
1832 Regional. A gente tem um parágrafo ali que, inclusive, a Shirley fez essa  
1833 colocação, da possibilidade de colocar ali a participação desse usuário e do  
1834 trabalhador dentro desse mesmo texto, e nós podemos concluir de forma  
1835 objetiva e concreta no final. **WILSON:** Eu me senti contemplado pela fala do  
1836 Ronaldo, em relação essa questão de motivar a participação do usuário. Eu  
1837 encontrei nessa fala dele, e de vários colegas aqui, um ponto de intercessão  
1838 muito grande, como a questão que a gente trabalhou muito na Secretaria da  
1839 Fazenda, que é a questão da educação fiscal. As pessoas adquirem direitos  
1840 de usufruírem a assistência social, elas são cidadãos com sujeito de direitos,  
1841 mas o direito ele está relacionado há você usufruir desse direito, mas também  
1842 a obrigações. De repente em alguma oportunidade, eu não sei se nesse  
1843 Conselho é viável nesse momento em relação à iminência dessas plenárias  
1844 regionais que vão acontecer, mas eu acho seria interessante a educação fiscal  
1845 participar, sabe? Nós temos uma superintendência, que tem uma diretoria, que  
1846 tem lá um departamento de educação fiscal, pessoas preparadas pra falar  
1847 sobre educação fiscal. É mostrar pra pessoas que por mais que elas entendam  
1848 que estão sendo beneficiadas, é como se fosse um seguro que fosse pago,  
1849 algumas pessoas vão precisar utilizar esse recurso, outras não vão precisar.

1850 Eu acho que seria interessante, vocês abrirem esses espaço. Eu nem sei se  
1851 vou conseguir que a Fazenda queira participar dessas plenárias, mas eu  
1852 acredito que sim, pela convivência que eu tenho com essas pessoas. Eu acho  
1853 que seria interessante, nem que sejam 10 minutos, 15 minutos, pra que fosse  
1854 falado de educação fiscal com essa abordagem, no sentido de mostrar pra  
1855 pessoas que elas estão usufruindo de uma coisa que elas pagaram, mas ao  
1856 mesmo tempo, é importante que as pessoas não estejam omissas em relação  
1857 as suas obrigações. Se existe dinheiro público pra poder bancar a assistência  
1858 social, é porque existem impostos, e que não devemos ficar mais nessa  
1859 comodidade, de ver as pessoas, comerciantes, sonhando na cara de todo  
1860 mundo, de forma conivente como contribuinte que também é usuário, não é?  
1861 Eu queria estar pedindo ao nosso Conselho e gostaria que vocês pensassem,  
1862 se eu posso estar procurando a educação fiscal, e estar convidando mesmo,  
1863 pra participar das plenárias. É isso. **RONALDO GONÇALVES:** Eu participei  
1864 em Juiz de Fora da educação fiscal. Na verdade, eu acho que temos muito  
1865 pouco tempo, e na seara que nós temos aqui, vai desvirtuar um pouco do  
1866 tempo que temos pra Conferência esse ano, mas é de extrema importância.  
1867 Acho que 10 minutos é pouco tempo. Se não me engano, nós levamos uma  
1868 tarde de um palestrante sobre a educação fiscal, a exigência da nota fiscal, do  
1869 contribuinte, o que é feito com esse recurso que vem pra Fazenda. Então  
1870 assim, ele foi bem minucioso e deu o recado pra nós lá. Eu participei disse em  
1871 Juiz de Fora, se não me engano foi uma tarde, ou um dia, só pra falar sobre a  
1872 educação fiscal. É muito interessante realmente, só não sei se daria tempo.  
1873 **SILVANA:** Até continuando do Ronaldo, eu acho que é importante sim, mas  
1874 antes deles, pra nós, vim falar com a gente, não necessariamente para o  
1875 usuário da assistência social. Eu acho que nós todos aqui precisamos ouvir  
1876 isso. Acho que anteriormente eles, pra gente. **SIMONE:** Eu também quero  
1877 tentar colaborar. Na última parte do texto que eu acho que tem mesmo que ter  
1878 proposta, não é? Eu penso que tem alguns componentes da participação dos  
1879 usuários, que estão presente no texto e na fala dos conselheiros, só tem que  
1880 ser mais publicizado. E dos benefícios, qual a condição pra receber e perder o  
1881 benefício a sua tinha que ter uma forma de que os benefícios e seu  
1882 beneficiários, que pudesse receber e perde com conhecimento, porque é  
1883 verdade, muitas vezes os usuários, ele não sabem acessar, porque uns tem e  
1884 outros não tem, e pior muitas vezes, como disse o próprio Mauro, eles são  
1885 convocados pra dizer que eles que os seu benefícios esta bloqueado, ou se  
1886 não cessado o benefício dele, está uma questão a outra no rol de proposta pra  
1887 usuário tem a ver com método de forma como se oferta o serviço. Eu acho que  
1888 a gente tinha que sair desta conferência, contar pra os próximos dez anos de  
1889 que a participação deve ser um método de trabalho dos trabalhadores, a forma  
1890 de trabalhar. O SUAS tem que ter a participação como método nos pode  
1891 apontar coisa muito concreta, por exemplo: se participação é um método, a  
1892 metodologia, inclusive pra jovem com a liberdade assistida, ele deve ser uma  
1893 metodologia que aponte pra sua autonomia, porque hoje a liberdade assistida,  
1894 ela, automaticamente punitiva os meninos, tem que prestar serviço como se  
1895 você um castigo pra ele. Então a metodologia, não pode ser um método que  
1896 castigue. Hoje tem método bastante interessante para jovens, inclusive com a  
1897 liberdade assistida, onde ao contrário, são métodos que apontam pra um  
1898 presente muito mais libertário pra ele próprios, que nos utilizamos na  
1899 assistência social, ainda hoje o serviço pra adultos também deveria apontar

1900 pra republicas. métodos onde os adultos onde eles pudesse gerir os serviços  
1901 também, o serviço deveria conjuntamente com os adultos numas Eles devem  
1902 dizer a hora de sair e de chegar, se toma ou se não toma banho, qual perfume  
1903 que eu devo usar, os nosso serviço são altamente autoritários. Nem o contrato  
1904 da instituição com o beneficiário ele tem até hoje. Tem instituição que pega  
1905 100% dos benefícios dos nossos usuários, e não fica um tostão para o usuário.  
1906 Ele ainda não tem a roupa dele, nem cantinho com guarda roupa. Então eu  
1907 acho que tem que ter uma parte do texto que aponta pra um novo método, que  
1908 aprova de fazer o serviço social. Que até hoje os abrigos pra adultos, ele exija  
1909 que a pessoa tem que tomar banho, que não tenha tomado cachaça, uma  
1910 série de condições, ainda muito restritivas, excludentes, essa é a palavra.  
1911 Esquecendo que a proteção social brasileira é primeira família depois  
1912 comunidade, depois Estado. Se o Estado expulsa quem assume, se a família  
1913 já expulsou a comunidade já expulsou, então eu penso que esta questão deve  
1914 ser colocada como proposta pra balançar a gente mesmo. Outra questão é a  
1915 nossa unidade pública e privada. Nós temos que instituir espaço de  
1916 participação presidente os CRAS, tem que conselho, conselho de gestor de  
1917 unidade que compõe os usuários, está escrito na NOB SUAS 2012, de forma  
1918 que os usuários possam deliberar como serviço vai ser ofertado, vai abrir que  
1919 horas, fechar que horas, que ele se sinta mesmo e se aproprie. Apropriar não  
1920 está na cadeirinha, e ficar lá escutando você tem direito a isto. Mas é uma  
1921 pratica democrática que o sistema deve apontar. E, por fim, eu não teria medo  
1922 nenhum de colocar que nós devemos tirar desta conferência a organização  
1923 dos fóruns regionais de usuário pela luta contra violência das ações de  
1924 direitos. **SHIRLEY:** O comentário que eu gostaria de fazer é Wilson, eu não  
1925 conheço muito a educação fiscal, o que é? Mas eu acho que vai de acordo que  
1926 me ocorreu. No meu trabalho, lá no município, eu trabalho com o usuário, nós  
1927 técnicos aprendemos uma coisa muito interessante, nós gostamos muito de  
1928 história, a gente gosta de voltar aos primórdios. Do passo a passo pra sentir  
1929 que dá conta de acompanhar de lugar, que a gente está pra um além. Aonde  
1930 eu vejo a sua proposta até um pouco que a Simone acabou de falar, neste  
1931 empoderamento. Então, assim que queria colocar, que você trouxe pra nos  
1932 pra apresentar aqui, e conhecer, e ver como a gente pode apropriar disso para  
1933 o trabalho com o usuário muito interessante. Eu sinto falta da educação  
1934 orçamentária e financeira. Eu não vejo as pessoas ensinando. Os bancos,  
1935 sempre correndo atrás de você, vem coagindo, te ligando e enchendo a  
1936 paciência. Oferecendo-te um crédito que você não tem condições de bancar,  
1937 três, quatro vezes o salário, parece que está fazendo todo o tipo de armadilha.  
1938 Eu não entendo muito bem qual a cabeça deles, parece que ele tem o prazer  
1939 se você estiver com o nome limpo, eles ficam criando aquela situação. Porque  
1940 não faz a educação financeira, vamos apreender a trabalhar. Eu acredito que  
1941 isto tem a ver com isto, que você está falando também. Em relação do estado  
1942 da forma de gastar o dinheiro público, então, tudo isto é um método de  
1943 trabalhar com o usuário. Temos que amadurecer isto mais e trazer isto pra cá,  
1944 pra gente apropriar e apreender casar nosso trabalho e levar pra lá, eu acho  
1945 uma ideia bem legal, tá obrigada. **MARIA:** nós temos o Mauro, Lúcia. Vamo-  
1946 nos fechar e encerrar a discussão para o encaminhamento. **MAURO:** bom eu  
1947 me sinto mais à vontade, devido o texto tratado o usuário, então vou falar mais  
1948 também. Primeiro dizer que também, que no Brasil 70% alimentação na mesa  
1949 do brasileiro vem da agricultura familiar, pra gente entender quanto a gente

1950 tem campo. Minas Gerais está entre 3 e 4 produtores de leite e de carne.  
1951 Gente nós temos um povo que está lá lutando, que direitos está sendo  
1952 negado, eu sei que conselho conhece que o vamos fazer? É grande Mauro a  
1953 demanda e eu vou continuar enquanto eu estiver aqui falando nisto, pra gente  
1954 pensar. Eu trago aqui comigo política da assistência social, até mesmo no meu  
1955 município, nós temos 5 comunidade quilombola e levou capoeira pra uma  
1956 comunidade, que nem é do outro município, isto é o CRAS. Será que não teria  
1957 uma proposta, vamos implantar no período de 10 anos, os municípios que tem  
1958 acima de tanto x população do CRAS rural. Seria se pensar nisso? Por  
1959 exemplo: no SUS, ele, o agente comunitário, será que não poderia pensar  
1960 também? Nos agentes da assistência social. Outra questão, às vezes é dentro  
1961 do CADÚNICO, quantas pessoas não tem a necessidade de receber o bolsa  
1962 família, vai e mentem e continua recebendo. Quantas famílias humildes, de  
1963 simplicidade de ter acesso, chega lá fica tímido, e começa falar um monte de  
1964 pergunta pra ele, não fala e tem a necessidade. Hoje vejo isto numa  
1965 necessidade que, de repente, com os agentes sociais, eles vão direto à  
1966 comunidade e faz o cadastro lá, e ele já percebe, tem esta condição. Teve um  
1967 dia deste que falou assim, doutor Fabrício, eu não sei ele recebe bolsa família.  
1968 Eu não sei como que é aquilo, tem uma fazenda grande e está recebendo  
1969 bolsa família. Tem este tipo de caso. Creio que nós poderíamos pensar nisto.  
1970 Outra questão nós temos muitas associações, tantos de rurais como de bairro,  
1971 dentro da política da assistência de ação social. Será que não poderíamos ter  
1972 uma assistência técnica, pra contribuir com os processos destas associações?  
1973 Eu acho que seria fundamental pra esta experiência, que a gente possa  
1974 avançar com o CRAS, o recurso é público com os municípios eles vão alugam  
1975 casas para que implantar o CRAS ali. Não tem condições nenhuma aqueles  
1976 lugares, sabe? Às vezes pra poder fazer a limpeza do quintal tem dificuldade,  
1977 de ir à secretaria de obra, faz a limpeza lá pra gente, por favor. Acessibilidade  
1978 é terrível quando tem um evento pra gente, eu confesso a você que estou me  
1979 inteirando de toda ação da política social. No meu convívio eu faça muita  
1980 coisa. Mas estão vindo, eu trago e podemos pensar juntos. **MARIA: Nós**  
1981 **temos** Lucia depois vamos para o encaminhamento. **LUCIA:** Então em relação  
1982 aos usuários, eu queria muito deixar uma solicitação, que o texto foi mais  
1983 curto. Porque eu queria que os usuários, conseguisse ler este texto e  
1984 conseguisse entender. Inclusive, como marco pra ele, num momento de  
1985 participação pra ele, esta é a primeira questão. A segunda a Simone já colocou  
1986 e me contemplou em relação à gestão dos equipamentos, porque eu não sei  
1987 como a gente poderia elencar o texto e está questão em relação aos direitos  
1988 dos usuários com a questão dos trabalhador, porque é uma luta, como gestora  
1989 é uma luta, em colocar o trabalhador poder usufruir da política. Esta semana  
1990 eu tive publicar duas portarias pra que tem consequência na avaliação  
1991 funcional, entendeu? Eu gestora fui pro CRAS, fiz planejamento, marquei data,  
1992 me perguntar se fizeram? Agora vou publicar a portaria, se não fizer né? Todo  
1993 mundo em período comprobatório vai pra avaliação, então é um pouco que, a  
1994 Márcia Pinheiro colocou aí, que eu gostei muito, e já tinha lido este texto da  
1995 Márcia. No muito que ela fala desta geração atual, elas não está entendendo,  
1996 alegando que está recebendo. Então a gente precisa traduzir isto. Eu só queria  
1997 deixar este registro, como a gente tem que alinhar o texto do usuário com o  
1998 texto do trabalhador. Não adianta eu dizer pro usuário que ele pode reivindicar,  
1999 o primeiro que atende e começou a fazer o horário estendido. Eu não estou

2000 pedindo pra ficar até dez horas não, viu gente? A determinação fala que não  
2001 pode passar das 21. Porque se não é capaz de ter uma infelicidade de ter um  
2002 assalto no CRAS, vou perder a construção toda. Aí a coordenadora vem toda  
2003 feliz pra falar comigo o pessoal vem da apanha do café, vem com roupa quem  
2004 vem da roça. Eu falo e medo que eles têm de você fechar a porta antes dele  
2005 conseguir entrar. Ele nem vai em casa tomar banho, ele desce no ônibus e  
2006 entra no CRAS pra se garantir, porque nunca a porta esteve aberta. Então  
2007 precisa arrumar uma estratégia de dizer pra o trabalhador “olha eu faça parte  
2008 do trabalho”. Se você não quer trabalhar na hora que o usuário pode vir no  
2009 equipamento, você pode trabalhar em outra política, na assistência tem que  
2010 ser de outro jeito. Isto é claro que todos os direitos serão garantidos, mais a  
2011 disponibilidade ela tem que existir. Aí gente fala uma coisa pro usuário, e não  
2012 vai ter ressonância no trabalhador. **MARIA:** Páscoa. **PASCOA:** concordo com  
2013 a Lucia em tudo. Vamos ver também a precarização do trabalhador. Está difícil  
2014 né? Eu já fui trabalhadora, e já trabalhei em vários CRAS eu gestora pela  
2015 terceira, e assim a luta dos trabalhadores é muito grande, a gente divide o  
2016 horário. Muito bonito você falar que vai estender o horário, mas a gente tem  
2017 que ver a situação do trabalhador. Como foi falado em Brasília ontem,  
2018 trabalhador, psicólogo ganhando salário mínimo, como você cobra isto? Tem  
2019 que pensar nos dois lados, eu concordo que o Mauro falou. Muita coisa que  
2020 ele falou acontece no município bem perto da capital. Mas a questão do  
2021 trabalhador tem que ter bastante cuidado em falar, senão vira um campo de  
2022 guerra. **MARIA:** pra ir pra os encaminhemos a sugestão todas vão, são bem  
2023 vindas e vem com acréscimo positivo, e vamos adotar todas elas ao texto.  
2024 Compreendendo que a gente pode suscitar os debates pra diversas linhas,  
2025 desde a participação do serviço ofertado nas unidades públicas e privadas da  
2026 vulnerabilidade social. Trazer no final do texto a diretriz, suscitando este  
2027 questionamento. não proposta pronta, porque lá Nilce? Proposta da diretriz,  
2028 senão vamos apresentar nas conferências um plano, este não é um, plano de  
2029 estado é um texto básico pra discussão pra conferência regional. A gente que  
2030 suscitar o diálogo, que a gente possa partir destas preocupações pra ver o  
2031 melhor caminho pra gente poder estar caminhando nos próximos dez anos, e  
2032 estar caminhando enquanto conselho. Vocês questionaram que a gente trouxe  
2033 muito clara a questão dos seres humanos, evoluídos e emancipados da  
2034 pobreza. A compreensão que a política através da sua ação e do seu serviço,  
2035 possa estar garantindo a evolução intelectual social dos usuários, onde eles se  
2036 torna sujeito emancipados da pobreza. Justamente com ação da política do  
2037 SUAS, as pessoas vão sair da condição de miserável, pra ter condição de um  
2038 ser crítico analítico da sua própria realidade, vocês entenderam? E na  
2039 realidade O SUAS já consegui pontuar nesta lógica, entenderam? Considera  
2040 os últimos dez anos do Brasil, porque nós temos uma geração mais  
2041 emancipada, que muitas das vezes a pobreza não é só econômica. No sentido  
2042 de não ter a cama pra dormir, feijão e arroz pra se alimentar, entendeu? E uma  
2043 pobreza ideológica. São sujeitos reprodutores desta comunicação que está aí,  
2044 as pessoas não assista a Rede Globo todos os dias, me desculpa mais é uma  
2045 análise própria e reproduz exatamente que diz lá sem fazer uma análise  
2046 crítica, de onde a notícia vem e porque esta notícia está colocada na  
2047 sociedade, e pobreza vocês entenderam? Então, o texto queria trazer isto.  
2048 Esta ação do SUAS nesta lógica, da elevação da garantia da discussão da  
2049 vulnerabilidade considerasse o local, a origem e o modo de vida das pessoas

2050 que ela pudesse garantir exatamente isto, sujeito emancipado da pobreza,  
2051 porém a gente pode escrever isto de foram mais explicada que gera nesta  
2052 lógica, que traga tanta interpretação, vocês entenderam ? Diante que foi  
2053 discutido, pode considerar o texto ideia aprovada. A gente vai fazer a melhoria  
2054 diante que foi colocado, e repassa nos e-mails de vocês, pode ser?  
2055 Considerando o texto de acordo com os nossos conselheiros, a gente pode  
2056 passar para o próximo ponto de pauta? O Wilson quer da resposta pra Shirley.  
2057 **WILSON:** eu queria agradecer a Shirley e o Ronaldo também. A secretaria da  
2058 fazenda está à disposição, pra estar mandando palestrante pra falar sobre  
2059 educação fiscal. Maria o texto está maravilhoso, queria traçar elogio aqui, sem  
2060 saber que era seu. Uso da palavra evolução, 99% destas pessoas usam esta  
2061 palavra errada, não foi um acrítica específica. **MARIA:** antes de passar pra o  
2062 texto de trabalhador, a gente pensou aqui, olha se vocês concordam, pra gente  
2063 apresentar pra vocês de norma muito rápida, análise do conselho em relação à  
2064 questão do trabalhador que ficou pendente da última reunião, que a gente vai  
2065 resolvendo tudo. Que vocês acham? Porque é muito simples, a gente  
2066 apresenta e entra no texto, com ele é longo, a gente já mata em alguns  
2067 minutos, pode ser? Vocês lembram na reunião passada, vocês lembram da  
2068 conselheira Anália, fez o questionamento dela em relação aos trabalhadores e  
2069 a gente garantiu que naquele momento Maria nenhuma decisão, uma vez que  
2070 íamos fazer uma avaliação e trazer um parecer e tomar uma decisão melhor  
2071 pra todo mundo. Diante do parecer, a gente colocou aqui o que orienta,  
2072 inclusive, o CNAS. Eu gostaria que todo mundo ficasse atendo e prestasse  
2073 atenção. **RONALDO:** Não seria que esperasse que ela chegasse? **MARIA:** ela  
2074 não está não? Então vamos ler o texto dos trabalhadores. **DENISE:**  
2075 Participação dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, estamos em tempo  
2076 de conferência! Para se discutir sobre a participação dos/as trabalhadores/as  
2077 do SUAS, é muito importante entender que somos um segmento com  
2078 identidade própria e que, em conjunto com os usuários, as entidades de  
2079 Assistência Social e os gestores, ajudamos a construir, implementar e  
2080 fortalecer a Política de Assistência Social. Conforme posicionamento do  
2081 FNTSUAS- Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS o/a  
2082 trabalhador/a não representa nem é representado pelo usuário, entidade, nem  
2083 governo. A identidade de trabalhador é que define o segmento integrante da  
2084 sociedade civil, independentemente de ser servidor público, concursado,  
2085 contratado ou terceirizado. Desta forma, enquanto segmento participante da  
2086 Política Pública de Assistência Social, temos uma identidade coletiva, forjada  
2087 no lugar que ocupamos enquanto trabalhador convocado a partir do  
2088 reconhecimento da contribuição técnica-política, que podemos e devemos  
2089 oferecer à consolidação do SUAS. Essa participação do trabalhador, enquanto  
2090 ator social implica em compromisso ético conforme preconiza a NOB-RH  
2091 SUAS, “na defesa intransigente dos direitos socioassistenciais”. Significa  
2092 acompanhar, propor, exercer controle social a partir de seu local de trabalho e  
2093 nas instâncias e organizações de participação em seus diversos espaços e  
2094 possibilidades. Este texto, portanto, tem o objetivo de subsidiar as discussões  
2095 relativas à participação dos trabalhadores para a consolidação do SUAS.  
2096 Desde a Constituição Federal a participação popular é considerada uma das  
2097 formas de exercitar a cidadania, intervindo na fiscalização e proposição de  
2098 políticas públicas. Segundo Tapajós (2014), A citação, vivemos uma época  
2099 onde a participação social não é um direito social a mais, porém condição

2100 inarredável para que as novas dinâmicas democráticas no campo do controle  
2101 social se efetivem. Daí ser necessário acarear a forma pela qual está se  
2102 constituindo este direito à participação social de todos os segmentos da  
2103 sociedade civil na formulação e implementação do SUAS. Esta participação  
2104 política é, portanto, necessária a todos os segmentos que compõem a  
2105 efetivação da política de assistência social. Estes estão representados em  
2106 várias Instâncias de participação no SUAS e sabemos que a mobilização dos  
2107 segmentos do/a trabalhador/a e do/a usuário são os mais desafiantes. Na  
2108 prestação dos serviços socioassistenciais trabalhador é o principal agente para  
2109 o cumprimento das garantias de direitos socioassistenciais. Conhece a política,  
2110 os processos e condições de trabalho, seus desafios e potencialidades. É,  
2111 portanto um ator privilegiado a partir da sua formação técnica e ética para o  
2112 exercício político da participação. Em geral, trabalhador é diretamente  
2113 impactado pelas condições de trabalho. Apesar dos avanços nas  
2114 regulamentações relativas ao trabalho no SUAS, há ainda um grande desafio  
2115 da profissionalização, dada a baixa institucionalidade das secretarias de  
2116 assistência social e das entidades para a gestão do trabalho. A princípio, pode  
2117 se pensar que as bandeiras pela melhoria das condições de trabalho (vínculo,  
2118 salários, planos de cargos e salários, etc.) poderia ser a pauta exclusiva da  
2119 agenda de mobilização dos trabalhadores, entretanto a participação política  
2120 dos trabalhadores não pode ser só corporativa, desvinculada dos objetivos de  
2121 sua atuação no SUAS. A participação dos trabalhadores deve ocorrer  
2122 garantindo de um lado a efetivação da política de garantia dos direitos  
2123 socioassistenciais e de outro a garantia dos direitos trabalhistas. Estes dois  
2124 eixos da participação política estão imbricados, onde um depende do outro  
2125 para sua consolidação, especialmente no cenário atual onde se assiste um  
2126 debate da sociedade pela retração de direitos. Identidade, identificação e  
2127 reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Segundo  
2128 Siqueira (2015) “identidade é a capacidade de permanecer basicamente o  
2129 mesmo através das mudanças, independente das circunstâncias e de  
2130 pressões; é o sentimento de continuidade de si, de que algo em si mesmo  
2131 continua; é a soma das representações que se tem de si mesmo”. É  
2132 importante assinalar que ao se constituir em uma identidade coletiva há o  
2133 reconhecimento desta enquanto uma categoria com identidade própria, mesmo  
2134 que constituída pela sua heterogeneidade. O processo de identificação de  
2135 cada trabalhador e do coletivo de trabalhadores/as com esta identidade é que  
2136 torna possível um reconhecimento de grupo, segmento ou categoria. Assim em  
2137 um primeiro momento precisamos deste reconhecimento enquanto grupo ao  
2138 mesmo tempo em que nos identificamos com as bandeiras pelo qual ele se  
2139 constitui. Rizzotti nos convida a pensar que esta identificação só logrará êxito  
2140 se firmada sob sólidas bases de compromissos éticos e políticos em torno da  
2141 ampliação dos direitos em uma “aliança estratégica” entre usuários e  
2142 trabalhadores. (Rizzotti ,2011). Desta forma, caracterizar o coletivo de  
2143 trabalhadores implica em reconhecer as categorias que compõem este grupo e  
2144 as condições de seu pertencimento. Assim identidade e identificação são  
2145 atributos essenciais para a constituição deste coletivo. Mas quem são os  
2146 trabalhadores da assistência social? O reconhecimento das categorias de  
2147 trabalhadores/as do SUAS enquanto segmento está explicitado na Resolução  
2148 do CNAS nº 17, de 2011 que reconhece as categorias profissionais de nível  
2149 superior para atender as especificidades do SUAS e na Resolução do CNAS

2150 nº 09 de 2014 que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações  
2151 profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS. Foram reconhecidas  
2152 12 (doze) categorias de nível superior: assistente social, psicólogo, advogado,  
2153 administrador, antropólogo, contador, economista, economista doméstico,  
2154 pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional e Musicoterapêutas, sendo que o  
2155 psicólogo e assistente social é obrigatório em todos os níveis de proteção,  
2156 assim como o advogado na proteção social especial de média complexidade.  
2157 As ocupações profissionais ratificadas com escolaridade de ensino médio  
2158 foram o Cuidador *Social* e o Orientador *Social ou Educador Social*. São  
2159 reconhecidos também os trabalhadores de nível médio que constituem as  
2160 áreas de ocupações profissionais, no âmbito das secretarias, das Unidades  
2161 socioassistenciais e das instâncias de pactuação e deliberação do SUAS, com  
2162 as funções administrativas, de gestão financeira e orçamentária, de gestão da  
2163 informação, monitoramento, avaliação, vigilância socioassistencial, de  
2164 benefícios, transferência de renda e CADÚNICO. As ocupações de ensino  
2165 fundamental, que integram as equipes de referência do SUAS, foram  
2166 reconhecidas como aquelas relacionadas às funções essenciais de apoio ao  
2167 funcionamento operacional da gestão: função de limpeza, de lavanderia, de  
2168 cozinha, de copeirarem, de transporte e de segurança. Todos/as estes/as  
2169 trabalhadores/a que atuam nas secretarias de Assistência Social, nos  
2170 conselhos de Assistência Social, nas unidades públicas estatais do SUAS, nas  
2171 entidades e organizações de assistência social responsáveis pela gestão, e  
2172 provimento dos serviços, projetos, programas e benefícios do SUAS, sejam  
2173 eles concursados, contratados ou terceirizados compõem o coletivo dos  
2174 trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Acreditamos que estas resoluções  
2175 marcam fortemente a consolidação da profissionalização da Assistência  
2176 Social, e é uma forma altamente eficaz de combate ao clientelismo,  
2177 voluntarismo e assistencialismo que marcaram sua história, desde que os  
2178 princípios e diretrizes desta política norteiem o perfil profissional necessário  
2179 para o trabalho com uma realidade tão complexa. Estes passam a construir  
2180 uma identidade coletiva: a de trabalhador, sujeito de direitos, cidadão. Além  
2181 disto, a participação política do trabalhador é importante para a mudança de  
2182 concepção que parte da sociedade tem do público usuário da assistência  
2183 Social: Com muitos preconceitos, como se ele fosse culpado pela situação de  
2184 vulnerabilidade em que se encontra. Desta forma é fundamental que o  
2185 trabalhador estabeleça uma relação de respeito e diálogo com os usuários  
2186 promovendo uma cultura de direitos, e entendendo cidadania como mediação.  
2187 Neste sentido, cabe também ao trabalhador participar da mobilização da  
2188 sociedade em geral dando visibilidade à política de assistência social como  
2189 direito de todos. Esta função de defesa socioinstitucional está preconizada na  
2190 Política de Assistência Social. O direito à cidadania não é só declaratório, isto  
2191 é, não depende só de palavras ou texto de lei. Ele precisa ter processualidade,  
2192 precisa procedimentalizar o acesso aos direitos na gestão da política. Esses  
2193 direitos precisam estar presentes na dinâmica dos benefícios, serviços,  
2194 programas e projetos socioassistenciais. O paradigma da universalização do  
2195 direito à proteção social supõe a ruptura com ideias tutelares e de  
2196 subalternidade, que identificam os cidadãos como carentes, necessitados,  
2197 pobres, mendigos, discriminando-os e apartando-os do reconhecimento como  
2198 sujeitos de direito. A participação política conjunta dos trabalhadores e  
2199 usuários nos espaços institucionalizados de defesa de direitos como

2200 promotorias, defensorias, ouvidorias e nos espaços constituídos no âmbito do  
2201 SUAS, como comissões locais de assistência social, mobilizações  
2202 comunitárias entre outros fortalece o campo dos direitos socioassistenciais  
2203 como bem comum. Portanto, acreditamos que a participação contribui com a  
2204 formação de sujeitos autônomos, que aprendam a valorizar e aceitar as  
2205 diferenças, tendo a ética como norteadora de nossas ações. A gestão do  
2206 trabalho: A garantia dos direitos dos trabalhadores é diretamente vinculada à  
2207 qualidade da política de assistência social. Nesta seção apontamos algumas  
2208 das principais pautas dos trabalhadores relacionados à gestão do trabalho:  
2209 temas como vínculos, forma de seleção, composição da equipe, capacitação,  
2210 educação permanente, supervisão técnica, princípios ético políticos que regem  
2211 o trabalho, entre outros deveriam ser bandeiras para a participação e luta dos  
2212 trabalhadores, já que a qualidade da gestão do trabalho no SUAS garante o  
2213 direito dos trabalhadores, e tem impacto direto na qualidade do serviço  
2214 ofertado. Segundo a NOB-RH SUAS, a gestão do trabalho compreende o  
2215 planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização  
2216 do trabalhador e estruturação do processo de trabalho institucional,  
2217 envolvendo os desenhos organizacionais, educação permanente,  
2218 desprecarização do trabalho, avaliação de desempenho, adequação dos perfis  
2219 profissionais às necessidades do SUAS, processos de negociação do trabalho,  
2220 sistemas de informação e planos de cargos, carreira e salários, entre outros  
2221 aspectos. O debate da qualificação do trabalho no SUAS não pode ser  
2222 desvinculado dos direitos dos trabalhadores e dos instrumentos e condições  
2223 institucionais para a realização da política (serviços, benefícios, projetos e  
2224 programas). O trabalho profissional tem dimensões éticas, políticas e técnicas.  
2225 Segundo Raichellis, o trabalho está estrategicamente apoiado no  
2226 conhecimento e experiência do trabalhador, sua formação teórica, técnica,  
2227 ética e política e nas condições institucionais para efetivar sua intervenção.  
2228 Portanto deve se pensar a gestão do trabalho como uma questão estratégica a  
2229 partir dos eixos abaixo elencados: A gestão do trabalho como uma questão  
2230 estratégica: Concurso público. O caráter público da prestação dos serviços  
2231 socioassistenciais, faz-se necessária a existência de servidores públicos  
2232 responsáveis por sua execução, por meio de nomeação dos aprovados em  
2233 concursos públicos. De acordo com a LOAS e a partir da Resolução CNAS Nº  
2234 32/2011, até 60% do valor do cofinanciamento federal poderá ser destinado ao  
2235 pagamento das equipes de referência dos CRAS e CREAS, desde que  
2236 concursadas. Cabe fazer valer e avaliar se em seu município essa conquista  
2237 está sendo considerada. O vínculo estável que o concurso estabelece contribui  
2238 em muito para a consolidação da política pública. A gestão do trabalho como  
2239 uma questão estratégica: Desprecarização do trabalho. Garantir a  
2240 “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da  
2241 terceirização. Exemplos: Existência de um número mínimo e insuficiente de  
2242 profissionais, atuar simultaneamente em diferentes políticas e programas e até  
2243 mesmo em mais de um município, baixos salários, sem plano de carreira,  
2244 pregão de trabalhador, etc. A melhoria das condições de trabalho: Espaços  
2245 físicos adequados, mobiliários, transporte, telefone celular, garantia de sigilo  
2246 etc. A NOB-RH propõe também diretrizes e recomendações para a rede  
2247 privada: valorização dos trabalhadores, capacitação técnica, remuneração  
2248 compatível, isonomia com trabalhadores governamentais. Política Nacional de  
2249 Educação Permanente- PNEP, CAPACITA-SUAS e QUALIFICA SUAS.

2250 Segundo a PNEP, deve destinar-se formação permanente a todos atores da  
2251 área da assistência social dos setores governamentais e não governamentais,  
2252 e conselheiros, garantindo educação permanente a partir de capacitação  
2253 introdutória, de atualização e supervisão técnica bem como proporcionar  
2254 percursos formativos com cursos de formação técnica de nível médio,  
2255 aperfeiçoamento, especialização e mestrado. A gestão do trabalho como uma  
2256 questão estratégica: Mesas de Negociação. Está previsto na NOB-RH/SUAS a  
2257 criação de mesas de negociação em todos os âmbitos: Nacional, estadual e  
2258 municipal. Precisamos nos mobilizar para instalação destas Mesas. Os temas,  
2259 prioritários, a serem pautados pela Mesa de Negociação são a precarização do  
2260 trabalho, formas de contratação e ingresso no setor público; Plano de Cargos e  
2261 Carreira da Assistência Social do SUAS; Acompanhar a PNEP em seu âmbito;  
2262 Jornada de trabalho no SUAS e Saúde do trabalhador da Assistência Social,  
2263 entre outros de acordo com a realidade de cada local. A organização dos  
2264 trabalhadores. Há várias instâncias no SUAS, onde se prevê a participação do  
2265 trabalhador, no controle social, como os conselhos de Assistência Social e as  
2266 conferências e também nas instancias de organizações de trabalhadores,  
2267 como Fóruns, conselhos profissionais, sindicatos, associações, entre outros.  
2268 Além desses espaços, a militância política mais ampla também contribui com  
2269 as ações necessárias à consolidação do SUAS em, audiências públicas,  
2270 movimentos populares, partidos políticos, fóruns intersetoriais, entre outros.  
2271 Segundo a Resolução CNAS nº 06, de 2015, que regulamenta o entendimento  
2272 acerca dos trabalhadores do SUAS, há varias formas de organização legítima  
2273 dos trabalhadores do SUAS e portanto o CNAS resolve: Art. 1º: Reconhecer  
2274 como legítima todas as formas de organização de trabalhadores do setor como  
2275 associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais  
2276 sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas, fórum nacional, e  
2277 fóruns regionais, estaduais e municipais de trabalhadores, que organizam,  
2278 defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam  
2279 institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na  
2280 Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, na Política Nacional de Assistência  
2281 Social- PNAS e no Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Em algumas  
2282 instâncias citadas acima existe a possibilidade de participação direta. Outros  
2283 requerem representação. Mas só existe representação se existe um espaço de  
2284 interlocução entre representantes e representados. Essa tem sido uma das  
2285 causas da crise de representação que tem ocorrido na democracia. Portanto  
2286 não basta que o trabalhador eleja seu representante e não participe dos  
2287 espaços de discussão sobre as pautas que serão deliberadas nas instâncias  
2288 representativas. Os representantes não podem defender interesses próprios  
2289 ou apenas de sua categoria, é necessário que ele também seja pautado por  
2290 seus representados. Desta forma, o fórum de trabalhadores e trabalhadoras é  
2291 um espaço necessário para mediar a representação e representatividade entre  
2292 os trabalhadores e as instâncias de controle social. As organizações de  
2293 trabalhadores além de sua função específica em relação à categoria que  
2294 representa, deve participar dos fóruns garantindo desta forma o lastro entre as  
2295 pautas comuns dos trabalhadores do SUAS. Os fóruns são instâncias de  
2296 organização da participação política dos trabalhadores sem natureza jurídica,  
2297 que se organizam em nível municipal, estadual, regional e nacional. Participam  
2298 deles os trabalhadores do SUAS de nível fundamental, médio e superior as  
2299 organizações de natureza sindical, associativa, acadêmico-científica e de

2300 fiscalização do exercício profissional que atuem no âmbito da política de  
2301 assistência social. Para sua criação foi elaborado um “passo a passo” pelo  
2302 Fórum Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras do SUAS: 1º Passo:  
2303 mobilizar trabalhadores e entidades que atuam na política de assistência  
2304 social; 2º Passo: promover reuniões/encontros para formação de comissão  
2305 provisória de organização do fórum para articular a plenária de instituição do  
2306 fórum garantindo presença do maior número de trabalhadores e organizações  
2307 representativas de trabalhadores e construir as minutas do regimento interno e  
2308 carta de princípios para serem aprovadas em plenária; 3º Passo: realizar  
2309 plenária de instituição do fórum para aprovação dos documentos de instituição  
2310 do fórum, carta de princípios e regimento interno, e eleição da coordenação do  
2311 fórum; 4º Passo: Após instituído o Fórum é eleita sua coordenação, marca-se  
2312 uma primeira reunião com a coordenação do fórum que irá elaborar um plano  
2313 de lutas e um calendário de reuniões e ações do fórum. O plano de lutas deve  
2314 ser aprovado em plenária e as ações do fórum devem atender as demandas  
2315 levantadas pelos trabalhadores do SUAS e as entidades representativas. São  
2316 atribuições dos Fóruns de trabalhadores do SUAS: Promover discussões  
2317 referentes a assuntos relacionados aos trabalhadores do SUAS, nos âmbitos á  
2318 que se refere; Aprovar em plenária e deliberar sobre posições políticas a  
2319 serem publicizadas nas diversas instâncias; Interferir de maneira incisiva nas  
2320 instâncias de controle social, defendendo as posições deliberadas em reuniões  
2321 plenárias de trabalhadores. Promover debates, seminários e encontros que  
2322 auxiliem na formação política dos trabalhadores do SUAS, qualificando seus  
2323 integrantes aos debates nas instâncias de interferência do Fórum. Os fóruns  
2324 são, portanto, espaços de mobilização, articulação e luta dos trabalhadores por  
2325 melhores condições de trabalho no SUAS e por uma política mais efetiva e de  
2326 qualidade, que respeitem os princípios de inclusão, acesso, cidadania,  
2327 proteção social. É muito importante que o trabalhador tenha força política, uma  
2328 base de sustentação, para que tenha legitimidade também na sua  
2329 representação. Todas as questões aqui tratadas são importantes a serem  
2330 discutidas nesta Conferência e também em outros espaços de participação.  
2331 Esperamos que elas sejam debatidas, avaliadas e, a partir delas, possamos  
2332 avançar na consolidação do SUAS, ampliando a qualidade da oferta de  
2333 serviços ao usuário e os direitos sociais e políticos do trabalhador frente à  
2334 Política de Assistência Social. **SIMONE:** Muito obrigado Denise. Você quer  
2335 colocar alguma questão Ana, antes da gente abrir? Então está em discussão.  
2336 Eu vou primeiro perguntar para o Ronaldo se tem algum destaque, depois a  
2337 gente abre pra discussão. Tem algum destaque Ronaldo? **RONALDO**  
2338 **GONÇALVES:** É seu, Simone, no título: “A gestão do trabalho como uma  
2339 questão estratégica”. **SIMONE:** Na verdade não é um destaque. É só pra dizer  
2340 que a Lei 12.435, ela não existe mais. Ela foi incorporada, todos os seus  
2341 artigos, na Lei 87 de 93. Só isso. Mais alguém? **SHIRLEY:** É só um  
2342 comentário. Eu acho que esse texto tem que passar o mais rápido possível,  
2343 porque eu acho que é o único lugar que todo mundo aqui consegue identificar  
2344 e entender o papel. Quando você fala do usuário, a gente fica imaginando,  
2345 aprendendo. Mas como trabalhador todo mundo sofre na pele todo dia. Eu  
2346 acho que não tem muito o que questionar. **SIMONE:** Mais alguém? **RONALDO**  
2347 **CAMARGOS:** Eu só queria parabenizar. Eu acho que o texto está completo,  
2348 ele traz uma discussão muito importante que é a questão do trabalhador na  
2349 política da assistência social, ele aponta diretrizes, ele aponta os caminhos

2350 para as organizações dos trabalhadores. Eu, particularmente, não tenho nada  
2351 a acrescentar. Eu acho que está excelente, do ponto de vista que foi debatido  
2352 e eu acho que tem um material riquíssimo para que a gente possa fazer uma  
2353 boa discussão nas plenárias dos trabalhadores nas Conferências Regionais.  
2354 **APLAUSOS SIMONE:** Conselheiro Volney e depois conselheiro Wilson, e a  
2355 Marta. **VOLNEY:** Só quero destacar que, como representante do segmento de  
2356 trabalhadores, as colocações que eu fiz, elas foram incorporadas aqui. Eu até  
2357 pedi pra Consolação que as autoras permitissem essas contribuições, elas  
2358 acataram. Então as minhas contribuições já foram incorporadas. **SIMONE:**  
2359 Obrigada Volney. Conselheiro Wilson. **WILSON:** Eu só queria reforçar uma  
2360 coisa que eu já falei. Eu entendo que existe o Ministério Público, existe a  
2361 Defensoria Pública. Eu acho que ter advogados nessas unidades soltados só  
2362 para orientar o usuário, eu não vejo muita lógica. Desculpa a sinceridade, não  
2363 é um trabalho que eu participei, eu estou vindo depois. Eu não vejo a  
2364 necessidade de ter um advogado formado, concursado, só pra orientar as  
2365 pessoas. Eu acho que poderia ser de uma forma diferente para o Estado.  
2366 **SIMONE:** Wilson, depois eu posso até mandar pra você as competências do  
2367 advogado nas equipes de referência de média complexidade. Eu vou trazer, eu  
2368 vou pedir pra passar para todos os conselheiros. Eu posso dizer, porque eu  
2369 estava no Ministério. Fui eu que coordenei e conduzi todo o processo. Nós  
2370 fizemos toda uma discussão preparativa mesmo das funções dos  
2371 trabalhadores, com os seus conteúdos programáticos. Claro, nós não  
2372 colocaríamos nos CREAS um trabalhador advogado que tem funções que são  
2373 exercidas pelo Ministério Público ou pela Defensoria. A função do advogado  
2374 nas equipes dos CREAS elas se diferem. Você está vendo aqui, não é Wilson?  
2375 Nós estamos discutindo identidade. Nem os profissionais mais tradicionais,  
2376 psicólogos de assistência social, tem uma discussão sobre identidade da  
2377 política nova. Então por isso que muitas vezes o debate da identidade ele vem  
2378 pra tona do debate político. Mas pode deixar, eu me comprometo a repassar  
2379 para todos os conselheiros. **DENISE:** Simone é só um adendo na fala do  
2380 Volney. É importante ressaltar que assim como foram os outros textos na  
2381 discussão, tanto a Débora como a Márcia, colocaram o texto absolutamente à  
2382 disposição para as contribuições, e o texto circulou. As construções dos três  
2383 textos foram exatamente dessa forma, as meninas foram absolutamente  
2384 generosas. Elas construíram o texto base, o texto circulou. Inclusive para  
2385 quem não era trabalhador e quisesse contribuir, e deu esse fechamento.  
2386 Realmente, ficou esse texto fantástico com a base as contribuições. **ANA**  
2387 **CONEGUNDES:** Eu ia falar exatamente o que a Denise colocou, porque tanto  
2388 a Márcia, como a Débora, elas estão na comissão organizadora. As duas são  
2389 psicólogas, não sei se isso foi falado inicialmente. Eu acho que é bom colocar  
2390 um pouco isso. As duas estão na comissão organizadora, elas são psicólogas  
2391 e se dispuseram a trazer esse texto. Quando elas apresentaram para a  
2392 comissão organizadora, a comissão organizadora entendeu por bem que as  
2393 demais entidades e organizações de trabalhadores do SUAS, que o texto  
2394 fosse enviado para as demais organizações. Então foi para o Sindicato dos  
2395 Psicólogos, foi para o CREAS, pra que o texto não só do ponto de vista de dois  
2396 psicólogos, mas que fosse construção que passasse por todas as  
2397 organizações e entidades dos trabalhadores, antes que ele visse aqui pra  
2398 discussão. **MARTA SILVA:** É só reforçar isso que a Ana falou. Na comissão  
2399 organizadora a gente fez uma leitura prévia, fomos tentando fazer as

2400 contribuições, e a grande preocupação também da comissão organizadora é  
2401 que o texto expressa-se realmente a pluralidade dos trabalhadores do SUAS  
2402 dentro das diferentes categorias de formação, organização e tal. Era realmente  
2403 uma preocupação da comissão organizadora. **SIMONE:** Muito obrigada.  
2404 **ÉRICA:** Quando você disse a questão das atribuições, eu não sei se cabe aqui  
2405 talvez falar um pouco disso, qual o papel de cada trabalhador dentro do  
2406 equipamento, do serviço. Então é, às vezes, falar desse trabalho em equipe,  
2407 eu não sei, talvez de outra forma. O texto está ótimo, está lindo. Quando  
2408 termina de ler, dá vontade de bater palma. Mas às vezes é falar desse trabalho  
2409 em equipe, e trazer para esse lugar também. **WILSON:** Ela falou em função  
2410 privativa, não é? E existe essa discussão em relação à função privativa. É uma  
2411 coisa que está sendo discutida atualmente. Recentemente a Advocacia Geral  
2412 do Estado deu um parecer para o SINDFISCO, que é o Sindicato dos  
2413 Trabalhadores Fiscais de Minas Gerais, no sentido de estar diferenciando o  
2414 que é função privativa e o que é função exclusiva. Função privativa ela é  
2415 passiva de delegação. Existe essa diferenciação que é uma coisa que está em  
2416 rigor hoje no Estado. É onde eu volto na questão do advogado que eu falei.  
2417 Quero sugerir que talvez tenha estagiários da área do direito, pra orientar as  
2418 pessoas. Se a pessoa oficializar uma ação junto ao juiz e você tem que  
2419 defender essa pessoa. **SIMONE:** Gente! **WILSON:** Desculpa. **SIMONE:**  
2420 Conselheiro Wilson, eu peço ao senhor paciência histórica com a gente e  
2421 consigo mesmo. Eu me comprometo. Não é que não vamos discutir o assunto,  
2422 mas pra chegar aqui, pra chegar ao debate da equipe de referência, que é  
2423 considerada equipe mínima, foram anos. É claro que nós estamos tentando  
2424 construir a tal da equipe de referência para a assistência social. A assistência  
2425 social não entra na justiça contra ninguém. A assistência social ela protege os  
2426 usuários na defesa do direito, que é uma função do advogado, do psicólogo,  
2427 do assistente social. Esse é o patamar que nós chegamos. Nós queremos  
2428 avançar mais. Eu não estou aqui tamponando a discussão, esse texto aqui é o  
2429 que a gente conseguiu até agora. É claro que nós vamos avançar e nós vamos  
2430 fazer esse debate para o Conselho quantas vezes forem necessárias. **ANA**  
2431 **CONEGUNDES:** Eu acho o que a Érica levantou é uma questão importante.  
2432 Eu queria ponderar Érica no seguinte. Esse texto que a gente está discutindo,  
2433 ainda da importância dos trabalhadores do SUAS, o eixo dele, é sobre a  
2434 participação. Nesse momento agora, não é de interesse pelo tema da  
2435 Conferência, entrar nesse tipo de discussão, até mesmo porque essas  
2436 questões já estão todas elas normatizadas e com resolução, entendeu? Eu  
2437 acho que o texto a gente deve manter essa linha dele, porque a ênfase dele é  
2438 discutir a importância. Ele está falando isso o tempo todo, porque que é  
2439 importante o trabalhador participar das diversas instâncias na consolidação do  
2440 SUAS. Eu acho melhor que a gente não entre nessas questões de função  
2441 privativa. Isso tudo já está normatizado. **SIMONE:** Conselheiros que aprovam  
2442 o texto dos trabalhadores permaneçam como estão. Contrários? Abstenções?  
2443 Salva de palmas pra nós. **APLAUSOS** Vou aqui lembrar algumas coisas.  
2444 Nós vamos fazer um caderno. Esse caderno, por decisão desse pleno, deve  
2445 ter todo mundo que colaborou, que contribuiu com a escrita, o nome de todos  
2446 os conselheiros, da comissão organizadora e das pessoas que contribuíram.  
2447 Então vou dar um exemplo pra ficar registrado no microfone. O texto dos  
2448 trabalhadores, escreveram: Débora Ackerman, Márcia Mansur. Colaboraram:  
2449 Sindicato dos Psicólogos. Aí coloca o nome de quem colaborou: Denise,

2450 Volney, todos os que colaboraram no texto. No texto da regionalização, a  
2451 mesma coisa: Ministério Público, Promotora Dra. Paola, Simone, Rosilene,  
2452 todo mundo que colaborou. E coloca também os créditos ao Conselho, a  
2453 secretaria executiva do nosso Conselho Estadual também. Outra coisa, as  
2454 sinopses estão aqui, viu gente? Mas além da sinopse, nós temos um núcleo  
2455 dentro da comissão organizadora da Conferência, que é o núcleo que discute  
2456 a metodologia. Nós também vamos preparar as apresentações dos textos para  
2457 as Conferências Regionais. Para gente finalizar essa parte, eu quero aqui  
2458 pedir aos conselheiros uma salva de palmas para as três mulheres  
2459 maravilhosas chamadas Ana Maria Conegundes, Marta Silva e Isabela, pelos  
2460 esforços que elas fizeram. Muito obrigada a vocês. **APLAUSOS**. Obrigado  
2461 mesmo. Senão fossem elas, eu acho que a gente não teria condições pra  
2462 discutir aqui a metodologia, regimento interno, o regulamento da Conferência,  
2463 os textos, a programação, enfim. Foram dois dias intensos, mas eu sinto que  
2464 nós estamos mais seguros pra irmos às Conferências Regionais. De verdade,  
2465 em nome do Conselho, eu quero agradecer ao trabalho de vocês. **JÚLIO**  
2466 **CÉSAR**: Não é nada sobre esse assunto, mas é sobre a próxima plenária.  
2467 **SIMONE**: Há uma proposta do dia 01 e 02 de setembro, não é Consolação?  
2468 Os conselheiros podem? Porque na outra semana já começam as  
2469 Conferências Regionais. Aí vai ser o pleno da Conferência Estadual, viu Júlio?  
2470 Nós vamos ter que decidir tudo da Conferência Estadual, ou quase tudo.  
2471 **HERMELLIS**: No dia 02 eu tenho a Conferência Regional da Juventude, que  
2472 vai reunir 14 municípios em Campo Belo. Então eu já tenho esse impedimento  
2473 para o dia 02. **JÚLIO CÉSAR**: Pra nós da comissão do processo eleitoral,  
2474 seria até bom, porque tinha marcado a reunião para o dia 31. Então já seria  
2475 bom. **SIMONE**: Pode ser dia 31 e dia 1º? Vamos tirar 31 e 1º para o nosso  
2476 pleno do Conselho Estadual. A Consolação fará a circular com uma proposta  
2477 de pauta pela presidência ampliada, pra que todos nós possamos opinar. Aqui  
2478 já ficamos definido, nós nem temos muita escolha, porque nós temos que  
2479 discutir sobre a Conferência Estadual. Nós temos muitas coisas pra discutir  
2480 sobre a Conferência Estadual. O conselheiro Ronaldo está pedindo pra falar  
2481 uma questão aqui, eu vou passar pra ele. Depois então, aí sim, nós vamos  
2482 para o nosso último ponto de pauta. **RONALDO GONÇALVES**: Nós da  
2483 comissão de apoio tivemos o apoio do Sávio sobre o texto das URCMAS,  
2484 também a ser apresentado. Infelizmente por falta de agenda, não houve tempo  
2485 hábil para que fizesse a finalização. Ele deve estar mais ou menos 80%  
2486 construído, mas haveria necessidade de finalização desse texto sobre as  
2487 URCMAS para essas Conferências Regionais. A minha proposta seria  
2488 encaminhar o texto aos conselheiros, a gente faria uma prévia antes, enviaria  
2489 através da secretaria a todos os conselheiros, e tentar agregar o que viesse de  
2490 contribuição, devido a esse tempo hábil de debate. É fomentando também o  
2491 fortalecimento das URCMAS, que é pauta também dessas Conferências  
2492 Regionais. **SIMONE**: Como as URCMAS entrou no texto da regionalização,  
2493 então Ronaldo teria que fazer uma liga, que as URCMAS deve se organizar  
2494 para o controle social do serviço regionalizado, alguma coisa que fizesse um  
2495 link. Então eles vão terminar e nós vamos circular o texto entre os  
2496 conselheiros. O último ponto de pauta foi uma solicitação na última reunião, da  
2497 conselheira Anália. Ela solicitou ao Conselho Nacional que ele fizesse um  
2498 parecer sobre a possibilidade de um gestor da política de assistência social  
2499 representar trabalhadora da área, sendo indicado pelo Conselho de classe em

2500 um Conselho de Assistência Social. Como ela fez essa solicitação, a nossa  
2501 secretaria executiva então fez um parecer, que eu vou ler aqui para todos. A  
2502 Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, no inciso II, do parágrafo 1º, do  
2503 art. 17, coloca os trabalhadores da área como representantes da sociedade  
2504 civil, para compor o Conselho Nacional de Assistência Social. A Resolução do  
2505 CNAS nº 237/2006, que dispõe sobre diretrizes para a estruturação e  
2506 funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, em seu art. 7 recomenda  
2507 que os funcionários públicos em cargo de confiança ou de direção na esfera  
2508 pública, não sejam membros do Conselho, representando algum segmento  
2509 que não o do poder público. A Resolução do CNAS nº 06/2015, que  
2510 regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do SUAS, no parágrafo  
2511 3º de seu art. 1º afirma que a apresentação dos trabalhadores deve ser  
2512 distintas e autônomas em relação aos demais segmentos que compõem os  
2513 Conselhos de Assistência Social, e no processo de Conferências. Por isso, o  
2514 profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUAS, que  
2515 pela própria natureza da função representa os gestores públicos ou  
2516 organizações/entidades de assistência social, não pode ser representante dos  
2517 trabalhadores. Parecer: O trabalhador da área possui assento no Conselho de  
2518 Assistência Social representando a sua sociedade civil. Ele geralmente é  
2519 indicado por sua entidade ou organização, que foi eleita para compor o  
2520 Conselho. No entanto, em que pese a entidade ter sido eleita, a indicação do  
2521 representante deve respeitar as normativas vigentes. Assim, a definição de  
2522 sua representação, considerando as normativas apresentadas acima, afirma-  
2523 se a impossibilidade de gestor de assistência social representar o Conselho de  
2524 Classe ou qualquer outra entidade, ou organização de trabalhadores no  
2525 Conselho de Assistência Social. Belo Horizonte, 23 de agosto de 2015,  
2526 Consolação Cifani da Conceição – secretária executiva do CEAS. Em  
2527 discussão. **ANÁLIA:** De qualquer maneira eu estaria aqui nessa plenária, aqui  
2528 no público, mas eu fui convocada enquanto conselheira. Eu fui conversar essa  
2529 questão no meu Conselho. Nós fomos eleitos na última Conferência. A Adriane  
2530 que era a representante, hoje ela é a presidente do CRED, eu estou na vice-  
2531 presidência defendendo a nossa classe. A minha indicação ao CEAS se deu  
2532 no dia 24 de março, o que antecedeu a Resolução 06. Então o Conselho está  
2533 aguardando a manifestação do CEAS, porque a relação não é Anália e CEAS,  
2534 e sim CRED e CEAS. Então ele está aguardando para apresentação de outro  
2535 substituto. Eu conversei bastante com o José Crus, lá no debate público, e eu  
2536 gostaria de fazer algumas colocações. Estou totalmente de acordo, mas é de  
2537 colocar o seguinte. Quando a gente preenche o CENSO SUAS – Gestão, ai  
2538 pergunta qual é a minha formação. Eu estou lá como economista doméstica. O  
2539 economista doméstica é um título, eu sou economista doméstica, eu estou  
2540 gestora. Quem dera se a gente tivesse todos os gestores elencados ali na  
2541 Resolução nº 17/2011, não é verdade? Tudo bem. Tem que escrever mesmo,  
2542 assim como o CMAS está escrevendo usuário. A Maria é usuária ou é  
2543 trabalhadora? Isso realmente tem que ser escrito. A gente enquanto  
2544 profissional, estando gestor, a gente não deixa se exercer a função da  
2545 categoria. Outra questão, é que como, de qualquer maneira, eu estaria  
2546 presente. A partir da próxima eu posso estar também. Eu sempre participei das  
2547 reuniões, pra gente ficar mais inteirado da política. Eu coloco o meu nome à  
2548 disposição caso necessite para este processo de Conferência, em uma  
2549 questão de responsabilidade com o processo que está aberto. Agradeço a

2550 acolhida de todos, compreendo. A partir da próxima plenária, provavelmente  
2551 indo aqui pela votação do Conselho, eu não participarei enquanto gestora, mas  
2552 estou à disposição. **SIMONE:** Mais alguém? **RONALDO CAMARGOS:** Eu só  
2553 queria dizer para Anália que, independente do lugar da representação dela  
2554 aqui no Conselho, será muito bem-vinda, até porque as plenárias do Conselho  
2555 elas são abertas, e essa gestão ela está se pautando muito para ampliar a  
2556 participação, não só de trabalhadores, mas de gestores, usuários, das  
2557 entidades. Esse tem sido um princípio que tem norteado o trabalho do  
2558 Conselho Estadual. Eu acho que aqui nós temos que ter muita tranquilidade  
2559 pra fazer essa discussão, porque nós estamos discutindo o lugar que a pessoa  
2560 vai ocupar, para gente também não ferir os princípios que nós sempre  
2561 defendemos que é o princípio da paridade. Ontem nós estávamos discutindo  
2562 isso aqui, quando a Consolação levantou a questão da sociedade civil, por  
2563 exemplo, que não tem cinco vacâncias. A Maria até levantou da necessidade  
2564 de convidar entidade. Então tirou-se que na deliberação que essas vagas  
2565 seriam para a sociedade civil, conforme as normativas que já foram definidas.  
2566 Então eu queria dizer para a Anália que ela é muito bem-vinda. Ela é uma  
2567 gestora que a gente há muitos anos está na militância da política da  
2568 assistência social. A questão, ela não passa por uma questão pessoal, em  
2569 hipótese alguma. Nós estamos tratando a questão de forma institucional. Ela  
2570 pode vir, não só para participar, e será muito bem-vinda a colaboração dela, do  
2571 lugar que ela ocupa, para o Conselho, para as Conferências e para todo o  
2572 trabalho do Conselho Estadual de Minas Gerais. O nosso objetivo é cada vez  
2573 mais avançarmos de forma coerente, tranquila, na perspectiva de colocar a  
2574 assistência social no patamar que ela precisa nesse Estado de Minas Gerais,  
2575 que é o patamar de política pública, direito do cidadão e dever do Estado. O  
2576 controle social tem um papel fundamental nesse processo. Que ela se sinta à  
2577 vontade para participar de todas as plenárias, de trazer a sua contribuição, que  
2578 será muito bem aceita. **SIMONE:** Eu quero fazer minhas as palavras do  
2579 Ronaldo. Eu quero agradecê-la muito. Eu acho que nenhum de nós esperava  
2580 de você outra postura. Eu acho que é essa mesma a conduta. Eu compreendo  
2581 perfeitamente. São poucas as vezes que eu mesma sou convocada em falar  
2582 em nome dos usuários, porque sou deficiente, porque sou militante dessa  
2583 área, eu sei como é. Muitas vezes eu mesma me pego atentada, ou mesmo  
2584 falando, é assim mesmo. É aquilo que você dá outra vez, a gente é muita  
2585 coisa. Nós compreendemos muito bem a maturidade mesmo do sistema. O  
2586 sistema quer que os trabalhadores estejam aqui, que os usuários estejam aqui.  
2587 Não que nós não seremos trabalhadores amanhã, e nem usuários amanhã,  
2588 vamos ser. Eu acho que a maturidade dos SUAS exige de nós também uma  
2589 postura madura como a que você teve. Foi você que solicitou ao Conselho,  
2590 não foi ninguém, o Conselho se posicionou e você mostrou maturidade mais  
2591 uma vez. Então mais uma vez, nós conselheiros, demonstramos aqui a  
2592 admiração que temos por você. Seja sempre muito bem-vinda. O conselho  
2593 precisa muito nesse momento da colaboração de todos, principalmente da sua.  
2594 Muito obrigada, viu? **APLAUSOS MAURO:** Aí também é um caso que serve  
2595 pra mim. Quando eu entrei, eu era como usuário. Durante o caminho eu me  
2596 tornei gestor. Nesse caso também, a partir da próxima, eu não estarei aqui  
2597 mais nessa representação. Vamos cuidar de que alguém, de um dos nossos,  
2598 possa estar aqui, e assim podemos avançar. Darei as minhas contribuições  
2599 por e-mail se for o caso. No que eu puder nas minhas agendas passar por

2600 aqui, passarei. Eu tenho certeza de que aprendi muito mais do que as minhas  
2601 contribuições. Aquela questão do calendário, que sabe na época da primeira  
2602 Conferência a gente já pode ter uma indicação dos quilombolas aqui?  
2603 Obrigado. **SIMONE:** Que ótimo Mauro. Muito obrigada a você também, viu?  
2604 **APLAUSOS RONALDO GONÇALVES:** Com relação à Anália. Eu tive contato  
2605 com ela nesse mandato, da qual eu a admiro muito, como colaboradora e  
2606 defensora do que nós estamos buscando agora, que são as URCMAS. Foi a  
2607 Anália a responsável por isso. Nós nos juntamos, buscamos um Plano  
2608 Nacional de 2013, da qual ela participou, e hoje nós estamos trabalhando para  
2609 o fortalecimento das Uniões Regionais de Conselhos de Assistência Social. Eu  
2610 queria agradecer. Realmente fica aqui a minha admiração por você como  
2611 pessoa. Inclusive, se esta à disposição, vamos contribuir com o texto das  
2612 URCMAS. Vamos mandar para você como colaboradora, e será muito bem-  
2613 vinda, viu? **MARTA SILVA:** Eu tenho pouco a acrescentar, porque as pessoas  
2614 já colocaram. Nós já fomos colegas de trabalho, você já foi minha chefe, não  
2615 é? E eu conheço o seu método de trabalho, o seu cuidado para a política  
2616 pública, e a sua história neste Conselho também. Como a gente está em um  
2617 ano de Conferência e que estamos tendo um olhar sobre a história e sobre o  
2618 futuro da política em Minas Gerais. Então é isso, você faz parte da história, e  
2619 também faz parte do futuro da política em Minas Gerais. Obrigada. **SIMONE:**  
2620 Muito obrigada Marta. Mais alguém? **PÁSCOA:** Eu só queria falar que eu  
2621 deixo o meu abraço aqui para a Anália. Lembrar também que ela é referência  
2622 lá na nossa região, não é Hermellis? É uma grande companheira e referência  
2623 para os municípios. **SIMONE:** Mais alguém? Então gente, eu quero muito  
2624 agradecer a vocês. Quero cumprimentar a secretária Aline, que está aqui  
2625 atrás. Agradecer a presença dela, que só engrandece o nosso Conselho.  
2626 Agradecer a todos que participaram dessa nossa reunião. Quero dizer que foi  
2627 uma reunião muito importante. Nós discutimos sobre as Conferências  
2628 Regionais, tiramos um rumo político aqui pra essa Conferência. Eu quero de  
2629 verdade, agradecer muito a vocês. E dizer aos senhores que ontem, o Max  
2630 ficou completamente frustrado, porque, o “galão da massa falida” dele, perdeu  
2631 o pó Royal. Tchau gente! Até a próxima! RISOS APLAUSOS. FIM